U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITETURA

A Cidade Flutuante de Manaus (1920 - 1967): Origens, desenvolvimento e o caso de uma arquitetura ribeirinha na Amazônia Brasileira

Zarah de Campos Reston

M
2026

U.PORTO

Zarah de Campos Reston. A Cidade Flutuante de Manaus (1920 - 1967): Origens, desenvolvimento e o caso de uma arquitetura ribeirinha na Amazônia Brasileira

M.FAUP **2026**

A Cidade Flutuante de Manaus (1920 -1967): Origens, desenvolvimento e o caso de uma arquitetura ribeirinha na Amazônia Brasileira

Zarah de Campos Reston

FACULDADE DE ARQUITETURA

U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

A Cidade Flutuante de Manaus (1920 - 1967): Origens, desenvolvimento e o caso de uma arquitetura ribeirinha na Amazônia Brasileira

Zarah de Campos Reston - 202100098
2025.26

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientado pelos Professores Doutores Diego Beja Inglez de Souza e Ana Silva Fernandes,
apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Com amor,
para Léo, Zequinha e Cacau.

"...Nascem, crescem, vivem e morrem na beira do rio. Quer dizer: dentro d'água, na intimidade da água, na contemplação e no amor físico da água. Nem sabem viver longe dela. A água é o seu mundo e o seu destino. Vivem em função dela, e fora dela nem sabem se mexer. O Bem e o Mal — o prazer, o trabalho, o repouso — tudo eles encontram no rio, no igarapé, no igapó — na água..." [1]

Peregrino Junior

1 VASCONCELOS, Francisco. Regime das águas, 1985, p.11.

Agradeço

Aos meus orientadores, professor Diego e
professora Ana, por toda troca e discussões que tivemos
durante este último ano, e por terem
embarcado comigo nessa viagem à Amazônia brasileira.

À minha tia-avó, Lígia Macedo, que com seu relato falado,
conseguiu transmitir a história da Cidade Flutuante de
Manaus, espaço existente apenas na memória de seus
habitantes.

Aos meus amigos da faculdade, por todo carinho e
cumplicidade, noites mal dormidas por conta das entregas,
os materiais emprestados, risadas, almoços em conjunto, e
todas as outras coisas.

À Alessandra, Marta e Cássia, por me ensinarem o que é estar
junto mesmo quando tudo parece desmoronar, obrigada por
tornarem esses anos acadêmicos mais leves.

À Bianca, Murah e Leo, por serem minha família longe de casa
e sempre estarem aqui, independente das circustâncias.

À minha vovó Léo, vovô Zequinha e titio Cacau, que não estão
mais conosco, mas que me dão força todos os dias para
trilhar o meu caminho.

Ao meu pai Andrey, engenheiro civil capaz, por sempre me
incentivar a seguir o caminho da Arquitetura,
mesmo quando me sinto desmotivada.

À minha mãe Patrícia, por ter feito eu criar a coragem para
sonhar alto e criar asas, mesmo que isso signifique estar a um
oceano de distância.
À minha irmã Aminah, por todos os conselhos e ser o meu
porto seguro para sempre.
À vocês, devo tudo.

Resumo

A presente dissertação investiga as diferentes formas de habitação tradicional que constituem a prática de habitar sobre as águas no âmbito da arquitetura ribeirinha amazônica. O estudo questiona ainda a frequente classificação destas formas de habitação como inadequadas ou precárias quando comparadas com os modelos convencionais de habitação urbana, considerando de que modo tais julgamentos podem refletir paradigmas dominantes de planeamento urbano, em vez das realidades culturais, ambientais e sociais das comunidades ribeirinhas.

A investigação centra-se, posteriormente, no fenômeno histórico e urbano conhecido como **Cidade Flutuante de Manaus,** que se desenvolveu às margens do Rio Negro entre aproximadamente 1920 e 1967. Surgida no contexto da rápida expansão urbana de Manaus e das desigualdades sociais intensificadas pela economia da borracha, a Cidade Flutuante constituiu um extenso assentamento sob o espelho hídrico. Ao longo do tempo, desenvolveu uma estrutura espacial própria, percursos de circulação, atividades económicas e formas de infraestrutura, funcionando como um ecossistema urbano auto-organizado nas margens da cidade formal. Apesar da sua dimensão e complexidade, o assentamento foi progressivamente representado como um símbolo de pobreza, atraso e desordem visual.

Através da análise deste caso histórico, a dissertação investiga de que forma a Cidade Flutuante transformou a paisagem urbana de Manaus, as consequências do seu desmantelamento e em que medida a sua cultura material, os conhecimentos locais, o trabalho e a relação com o rio podem ser reinterpretados em vez de apagados. Uma análise comparativa de assentamentos construídos sobre a água em diferentes contextos geográficos e culturais permite ainda situar a habitação ribeirinha amazônica numa história internacional mais ampla de adaptação humana aos ambientes aquáticos.

Por fim, esta investigação explora de que modo os conhecimentos tradicionais e as formas de habitação sobre as águas podem contribuir para estratégias contemporâneas de resiliência socioambiental. Perante a subida do nível do mar, a ocorrência de eventos climáticos extremos, as crises habitacionais e o aumento da vulnerabilidade urbana, o estudo questiona em que medida a experiência da Cidade Flutuante de Manaus pode oferecer perspetivas alternativas para o desenvolvimento urbano futuro. Em vez de propor um retorno nostálgico ao passado, defende-se a reavaliação crítica dos conhecimentos ribeirinhos enquanto potencial fonte de abordagens inovadoras e adaptativas para o habitar em ambientes aquáticos.

Abstract

This dissertation investigates the different forms of traditional habitation that constitute the practice of living on water within Amazonian riverine architecture, focusing on the distinction between two commonly associated building typologies: the floating house and the stilt house. It examines their morphological and typological characteristics, construction techniques, materials, and the social and environmental conditions that shaped their emergence. The study also questions the frequent classification of these forms of habitation as inadequate or precarious when compared with conventional urban housing, considering how such judgements may reflect dominant urban planning paradigms rather than the cultural, environmental, and social realities of riverine communities.

The research then focuses on the historical and urban phenomenon known as the Floating City of Manaus, which developed along the Rio Negro between approximately 1920 and 1967. Emerging in the context of Manaus's rapid urban expansion and the social inequalities intensified by the rubber economy, the Floating City became an extensive settlement composed predominantly of floating houses built over açaçu logs and covered with palm thatch, functioning as a self-organised urban ecosystem at the margins of the formal city. Despite its scale and complexity, the settlement was progressively represented as a symbol of poverty, backwardness, and visual disorder.

Through the analysis of this historical case, the dissertation investigates how the Floating City transformed the urban landscape of Manaus, the consequences of its dismantling, and the extent to which its material culture, local knowledge, labour, and relationship with the river can be reinterpreted rather than erased.

Ultimately, this research explores whether traditional knowledge and water-based forms of habitation can contribute to contemporary strategies for socio-environmental resilience. Rather than proposing a nostalgic return to the past, it argues for the critical re-evaluation of riverine knowledge as a potential source of innovative approaches to inhabiting water environments.

Notas sobre a leitura

A presente dissertação adota o sistema de referenciação por notas de rodapé, sendo as referências subsequentes incorporadas ao corpo do texto. A visualização do documento foi concebida para leitura em páginas duplas.

A fim de tornar mais fluida a leitura do presente documento e evitar confusões quanto ao significado de determinadas palavras, clarificam-se aqui neste glossário algumas especificidades dos termos amazônicos. Reúnem-se, assim, palavras e expressões próprias desse dialeto, de modo a introduzir-vos a parte do universo semântico e cultural associado à Floresta Amazônica.

Os termos são organizados seguindo a ordem alfabética e têm seu significado indicado na primeira ocorrência, em nota de rodapé.

Banzeiro: Ondas causadas principalmente pela passagem de embarcações, pelo vento ou pela dinâmica natural das águas, que chegam com muita intensidade nas praias.

Breu: Ausência de luz ou claridade.

Cacimba: Cova ou poço em que se junta a água padulosa.

Carapanã: Nome comum dos mosquitos pernilongos da família dos culicídeos, muriçoca.

Catraia: Embarcação pequena e robusta, com remos e vela triangular, geralmente usada na pesca.

Igapó: Do tupi ïa'po, «charco coberto de mato». Zona da floresta amazônica que se mantém alagada mesmo durante a estiagem.

Igarapé Estreito ou pequeno canal natural entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme, que só dá passagem a embarcações pequeninas.

Tapera: Terreno ou aldeia abandonada e invadida pelo mato. Do tupi ta'pera «aldeia extinta».

Tapiri: Abrigo ou construção de caráter geralmente provisório, tradicionalmente presente em diferentes contextos da Amazônia.

Voadeira: Barco a motor muito veloz.

Índice

Resumo i

Abstract iii

Notas sobre a leitura iv

Introdução 1

O Habitar Sobre as Águas

- Amazônia: contextualização e características locais 3
- O surgimento do caboclo ribeirinho 8
- O saber-fazer tradicional 13
- As casas flutuantes do mundo 19
- As casas flutuantes da Amazônia 26

A Cidade Flutuante de Manaus

- Manaus: a "Paris dos Trópicos" 33
- A Malha Líquida: morfologia, materialidade e vivência 44
- Terra Firme *versus* Cidade Flutuante 73

Das Margens ao Futuro: A Cidade Frente à Água

- Risco, resiliência e oportunidade 88
- Plano de Transição Ecológica 94

Reflexões finais 107

Lista de imagens 109

Lista de tabelas 113

Referências bibliográficas 114

Introdução

O presente trabalho propõe estudar as diferentes formas de habitação tradicional que configuram o "Habitar sobre as águas" da Arquitetura Ribeirinha Amazônica, a partir da clarificação entre dois modelos construtivos frequentemente associados: a casa-balsa e a casa-palafita; e da exposição do fenômeno urbanístico na cidade de Manaus, situado entre o período de 1920 a 1967, mais conhecido como "A Cidade Flutuante", abordando a sua génese e o seu posterior desmantelamento.

Em um primeiro momento, pretende-se analisar as relações interpessoais de um povo em contato com o rio: como a vivência naquele contexto consegue se manifestar materialmente nessas construções tão específicas. Nesse sentido, estudar e categorizar morfo-tipologicamente a composição de uma Palafita e de uma Casa Flutuante, e investigar o porquê destas habitações serem consideradas "inadequadas" e precárias, em comparação com habitações típicamente urbanas nos grandes centros populacionais, apenas por se tratar de uma cultura local de um povo que lá está há décadas.

A partir desta constatação, relacionar essas tipologias com o contexto social frágil e a escassez de recursos económicos em que esse modo de Habitar surgiu, e prosseguir para o estudo dos materiais e soluções construtivas. Nesse contexto, também é preciso fazer uma análise comparativa e urbanística entre as construções ribeirinhas do clima e contexto Amazônico com outras cidades e culturas que praticam o Habitar sobre as águas, no âmbito internacional.

Em uma segunda instância, coloca-se em questão um momento histórico da cultura ribeirinha Amazonense: formação de uma cidade que flutuava sobre o Rio Negro, com uma malha e caracterísitcas únicas, inteiramente formada pelas casas-balsa. *"Houve uma cidade que crescia vertiginosamente na frente de Manaus (...), por volta de 1920, (...) e levada de cabo a rabo para bairros urbanizados."* [1] O fenômeno urbanístico surge como efeito do boom urbano da exportação da borracha, que manifestou-se na cidade de Manaus com forte influência europeia e art-noveau no traçado urbano, sendo conhecida como a "Paris dos Trópicos".

1 BRAGA, Robério. A Cidade Flutuante de Manaus. A Crítica, Manaus, 2004. Crônica para jornal.

Porém, toda essa prosperidade ficou sujeita à limitação do centro urbano, colocando grande parte da população crescente da floresta e migrantes sem outra escolha a não ser ocupar a margem do Mercado Adolpho Lisboa e o Porto da cidade de Manaus, em construções flutuantes. *''A Cidade Flutuante, tem mais de 6 mil casas erguidas sóbre troncos de assacu e cobertas de palha branca''*. [2]

Comparada diversas vezes em tom pejorativo com outros fenômenos urbanísticos, *'' (...) Como se morasse numa Veneza selvagem e tropical, os flutuantes usam a canoa como principal meio de transporte (...)''* [3], a verdade é que os mais de 2.500 "barracos" flutuantes boiando na frente da cidade, portão de entrada por onde se deveria chegar ao Porto, incomodavam e perturbavam a paisagem, e eventualmente os governantes do Estado do Amazonas buscaram uma solução para esta ''poluição visual''. Com a chegada dos militares ao poder no Brasil, em 1964, Arthur César Reis foi nomeado governador e, ao assumir o cargo e observar diretamente a cidade, decidiu exterminá-la. *''Um dia chegou ao fim e as casas flutuantes não deixaram nem marca, senão a alma de seus habitantes.''* [4]

Como objetivo deste estudo, pretende-se, perceber como o acontecimento da Cidade Flutuante alterou o panorama urbano da cidade de Manaus, quais foram seus desdobramentos, e também se há alguma maneira de honrar e valorizar a mão de obra e matéria-prima local e sua relação com as águas, característica marcante da vida dos ribeirinhos da Amazônia.

Por fim, é previsto responder às seguintes questões: Que caminhos futuros esse caso de estudo pode abrir? Será mesmo possível que uma cidade flutuante e os saberes tradicionais indígenas tragam uma solução socioambiental às novas cidades, face ao aumento do nível do mar e ao surgimento das crises climáticas? É preciso descobrir como esse núcleo etnográfico em resistência pode trazer uma nova perspectiva de futuro, promovendo qualidade de vida e resiliência urbana frente ao impacto ambiental causado pelo homem.

2 PASSOS, Esdros. Ao longo do Amazonas, artigo na revista Manchete. Rio de Janeiro, 1963.
3 PASSOS, Esdros. Op cit.
4 BRAGA, Robério. Op cit.

Para dar resposta às inquietações teóricas e aos objetivos traçados nesta dissertação, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, empírica e analítica. A investigação estrutura-se em torno da reconstituição histórica, arquitetônica e social do objeto de estudo, desdobrando-se nas seguintes etapas e procedimentos metodológicos:

Pesquisa Bibliográfica, Documental e Iconográfica: Mapeamento e revisão crítica de literatura especializada em livros, artigos científicos, imprensa local da época e acervos de Centros de Documentação e Pesquisa. O levantamento iconográfico compreendeu a análise de cartografias históricas, fotografias aéreas e material audiovisual para reconstituir a memória e a representação espacial deste fato arquitetônico e urbano.

Inventário e Quadro-Referência Comparativo: Coleta de dados para a estruturação de um inventário analítico que confronta a Cidade Flutuante de Manaus com outras tipologias habitacionais sobre a água em contextos geográficos distintos. Esta abordagem comparativa visou identificar condicionantes construtivas, continuidades formais e especificidades socioculturais.

Recolha de Acervos e Licenciamento de Imagens: Pesquisa e seleção de registros fotográficos do período estudado obtidos mediante concessão e licenciamento de direitos de uso junto a institutos e acervos de referência (como o Instituto Moreira Salles e o Instituto Durango Duarte), garantindo rigor documental e melhor visualização do objeto de estudo.

Trabalho de Campo (Entrevista *In Loco*): Investigação presencial na cidade de Manaus com levantamento direto de mapas, jornais e revistas de época. A dimensão empírica apoia-se fundamentalmente na recolha de história oral através de uma entrevista realizada i*n loco* com uma ex-moradora da Cidade Flutuante. Este testemunho em profundidade permitiu resgatar a memória viva do assentamento, construindo "retratos falados" das espacialidades cotidianas, das relações de vizinhança, das dinâmicas de subsistência e da experiência sensorial de habitar sobre o Rio Negro.

Produção Gráfica e Representação Arquitetônica Autoral: Elaboração de um corpo de desenhos técnicos e diagramáticos originais desenvolvidos pela autora, incluindo plantas de localização, cortes, alçados esquemáticos e axonometrias estruturais explodidas, com o intuito de detalhar a carpintaria naval, os sistemas de flutuação e a lógica construtiva das tipologias estudadas. Desenvolveram-se ainda diagramas operativos para o capítulo final, demonstrando como este caso de estudo histórico pode fundamentar propostas urbanas regenerativas frente às crises climáticas do presente e do futuro.



Fig. 1 e 2 - Amazônia e seus rios, mapas de localização geográfica em duas escalas.
Fonte: Autoral, 2026.

O Habitar Sobre as Águas

Amazônia: contextualização e características locais

"A carta da Amazônia, no trato que demora ao ocidente do Madeira, é o diagrama de seu povoamento inicial. A história da paragem nova, antes de escrever-se, desenha-se. Não se lê, vê-se. Resume-se nos longos e tortuosos riscos do Purus, do Juruá e do Javari.

São linhas naturais de comunicação a que nenhumas se emparelham no favorecer um dilatado domínio. (...)" [1]

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e ocupa uma área correspondente a 2/5 da América do Sul, estendendo-se sob nove países **(fig. 2),** sobretudo pelo Brasil, totalizando mais de 7,5 milhões de km². É marcada predominantemente pelo clima quente e úmido e variada biodiversidade, com uma vasta extensão de rios como o próprio diagrama do território: *"(...) descendo ou subindo o rio, o trajeto encanta pela paisagem que se modifica e surpreende a cada trecho. (...)"* [2]

Nesse sentido, é impossível disassociar a Amazônia de seus rios, elemento dominador e estruturante da paisagem. Eles atravessam e desenham os limites desse território, como um artista que está perpetuamente esculpindo e transformando a paisagem física, ainda que de forma tumultuada e instável. *" (...) sempre desordenado, e revolto, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios — com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontestável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido..."* (CUNHA 1999, p.9)

Portanto, a presença hídrica não só percorre e compõe a paisagem amazônica, mas também desenha a ocupação humana neste território, conforme ilustrado na Carta da Província do Amazonas **(fig.3)**.

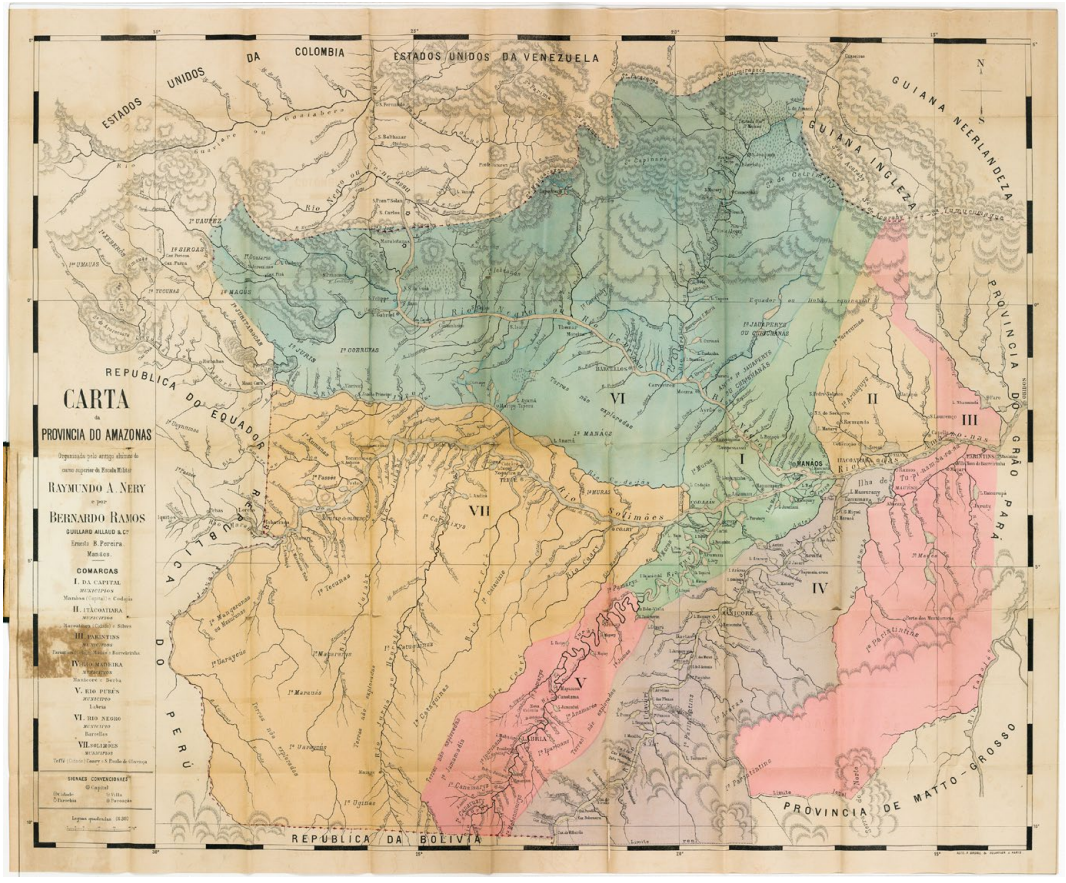
O curso dos rios é também agente transformador da paisagem, através do ciclo anual de cheias e vazantes. O ciclo oscila entre os meses de janeiro a

1 CUNHA, Euclides da. **À margem da história**, p.48. São Paulo: Cultrix, 1999.
2 VARELLA, Drauzio. **O sentido das águas: histórias do Rio Negro**, p.1. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

abril, período conhecido "inverno amazônico", com maior precipitação pluvial; e o "verão amazônico", marcado pela seca dos rios e menos precipitação, nos meses de junho a novembro. Esta oscilação do volume dos rios é responsável por alterar o desenho da largura e extensão dos leitos, além de remodelar a geografia da Bacia Amazônica, onde lagos e ilhas se fazem e desfazem em meses.

Interessa-nos interpretar os traçados dos rios amazônicos como lugares de vivência e território de experiências humanas, sobretudo do povo ribeirinho amazônico. [3] São fortemente relacionados com sua cultura, trabalho, transporte, moradia; e a água acaba por navegar a memória desses habitantes.

Fig. 3 - Carta da Província do Amazonas, com divisão das comarcas e rede hidrográfica (final do século XIX). A organização territorial da Província do Amazonas evidencia o papel estruturante dos rios na ocupação e na administração do espaço regional. As comarcas delimitadas no mapa acompanham os principais eixos hidrográficos — Amazonas/Solimões, Negro, Madeira, Purus e seus afluentes — demonstrando que a circulação fluvial constituía o principal meio de comunicação, transporte e integração econômica.
Fonte: Nery, Raymundo A.; Ramos, Bernardo, Instituto Moreira Salles.



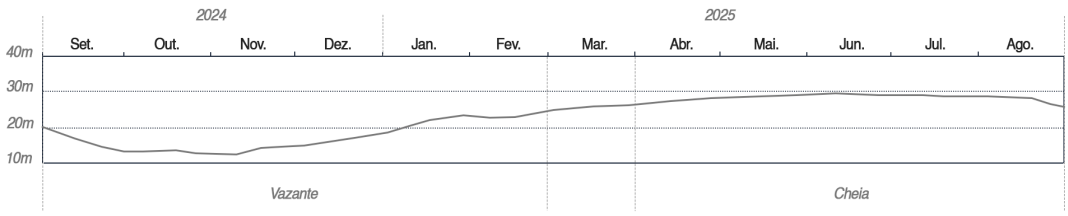
3 SOUZA, Leno José Barata. **"CIDADE FLUTUANTE" Uma Manaus Sobre As Águas (1920-1967),** p. 34. São Paulo, 2010.

Na Amazônia, com exceção das metrópoles e capitais regionais, como Manaus, é o percurso d'água, o rio, que desenha as cidades, vilarejos e municípios. São intrinsecamente dependentes, e os circuitos fluviais são mediadores das vivências cotidianas dessa população. *"O ser ribeirinho arquitetando poeticamente seu espaço a partir de uma relação visceral com o rio, a floresta,* **igarapés**[4] *e furos e, naturalmente, estabelecendo (...) uma linguagem própria de sua existência cambiante a paisagem. (...)"* [5]

É exatamente no espaço das várzeas, palco onde a terra está sendo "construída" pelo rio durante grandes enchentes através da decantação de detritos: *"(...) baixam as águas e nota-se que o terreno cresceu. (...)"* (CUNHA 1999, p.9), que tradicionalmente habita o caboclo ribeirinho. Sua vida consiste no contraste entre a floresta alta, fonte de extração e caça, e o rio que corre em frente a sua porta, servindo de estrada para suas embarcações de pequeno porte e também atuando como meio de subsistência pela pesca.

O ciclo hidrológico amazônico, e a 'constante inconstância' da altimetria dos rios e da cota de soleira para afixação dos povoamentos, forçou a flexibilidade das tipologias construtivas. Desse modo, a ocupação humana vai representar uma adaptabilidade na permanência, com construções capazes de construir uma ligação entre a Amazônia, a água e a floresta.

Fig.4 - Gráfico da diferença altimétrica do Rio Negro durante os períodos de vazante e cheia durante um ciclo anual durante 2024 a 2025.
Fonte: Autoral, 2026.



4 **Igarapé:** "Estreito ou pequeno canal natural entre duas ilhas, ou entre uma ilha e a terra firme, que só dá passagem a embarcações pequenas. " Dicionário Online da Língua Portuguesa.
5 SILVA, Felipe Kevin Ramos da. **Memória, percepção e experiência: a geopoética do habitar ribeirinho na Amazônia Marajoara (Pará)**, p.8. Curitiba, 2021.

O surgimento do caboclo ribeirinho

A ocupação desse complexo território amazônico resultou de um processo lento e contínuo. Inicialmente, o espaço era habitado por diversas nações indígenas que detinham um conhecimento profundo e simbiótico com a biodiversidade da floresta e dos rios: *"O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia colonial foi um processo predominantemente indígena."* [6] Com a chegada do colonizador luso-espanhol nos séculos XVI e XVII e a exploração das chamadas "drogas do sertão", ocorreu o primeiro grande choque cultural, originando o que o pesquisador Samuel Benchimol define como a "Amazônia Lusíndia". Desse primeiro encontro e da miscigenação biológica e cultural, começou a delinear-se uma sociedade mestiça e cabocla assente às margens dos rios.

Para suplementar a escassez demográfica e assegurar a posse desta vasta fronteira perante as disputas territoriais e as ameaças estrangeiras, a Coroa Portuguesa encetou sucessivas tentativas de conquista e colonização interna[7]. Este esforço de controlo territorial materializou-se em meados do século XVIII através das políticas pombalinas, as quais promoveram a elevação de antigas missões religiosas e aldeamentos à categoria de vilas, as chamadas cidades pombalinas. (LIMA 2014, p.45)

Em um segundo momento, a consolidação demográfica do que hoje conhecemos tipicamente como o "povo ribeirinho" ganhou seus contornos definitivos a partir da segunda metade do século XIX, fortemente impulsionada pelo Ciclo da Borracha. Fugindo das severas secas que castigavam o Nordeste e seduzidos pela promessa de riqueza do látex, milhares de nordestinos migraram para a Amazônia. [8] Essa imensa massa humana adentrou os lugares mais distantes da floresta, configurando uma ocupação difusa pelas calhas dos rios em direção ao interior, empurrando as fronteiras extrativistas.

Por fim, esta lógica de sucessivas investidas sobre a floresta culminou, já na segunda metade do século XX, nos grandes projetos estatais de integração nacional promovidos pelos governos militares. Neste período, a colonização

6 BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – formação social e cultural,** p.17. Manaus, 2009.
7 LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem: A Institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a Indução ao Processo de Metropolização do Espaço na Amazônia Ocidental,** p.19. São Paulo, 2014.
8 OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antonio de. **Arquitetura Ribeirinha na Amazônia: Habitar em ambientes extremos,** p.45. Florianópolis, 2019.

interna consolidou-se através da ruptura com o modelo estritamente fluvial, promovendo a abertura de grandes eixos rodoviários de penetração, cujo expoente máximo foi a construção da rodovia Transamazônica. (BENCHIMOL 2009, p.485)

Consequentemente, a exploração intensiva destas riquezas imprimiu marcas na paisagem amazônica através da importação de modelos urbanísticos e arquitetônicos estrangeiros. No apogeu gomífero (finais do século XIX e inícios do XX), esta lógica materializou-se na edificação de palacetes e teatros de ópera em Manaus e Belém, construções que mimetizam a Belle Époque europeia e ignoravam a matriz natural e indígena preexistente, tema que será desenvolvido no capítulo seguinte.

Mais tarde, a contínua apropriação do território ditou a criação de company towns (cidades-empresa) isoladas na selva para a extração agroindustrial e mineral. O caso paradigmático é o de **Fordlândia (fig. 5)**, estabelecida em 1927 no vale do Tapajós por Henry Ford, que adotou um rígido modelo urbanístico a fim de construir uma cidade industrial utópica, ignorando os saberes e modos de vida dessa floresta tropical. [9]

Fig.5 - "Tree burning at night", Fordlândia, Brasil, 1929. Seringueira atingida pelo fogo, evidenciando os impactos das intervenções antrópicas sobre a paisagem amazônica.
Fonte: Einar Oxholm; The Henry Ford Research and Collections.



9 GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva.** Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

A implantação urbano-arquitetônica de Fordlândia consubstanciou a imposição de um rígido zoneamento funcional e segregador, transpondo para a selva o arquétipo do subúrbio industrial norte-americano. Nesse sentido, o projeto introduziu métodos construtivos exógenos, como ruas pavimentadas, coberturas de amianto e pisos de betão. (GRANDIN 2010) Para suportar esta matriz artificial, o território sofreu um violento desmatamento para a criação dessa infraestrutura, gerando um enclave termicamente disfuncional e insalubre face ao clima equatorial, atestando o fracasso de uma arquitetura imposta e totalmente alheada da paisagem amazônica.

De igual modo, a posterior expansão da fronteira mineral deu origem a novos assentamentos industriais, de que é exemplo a **Vila Serra do Navio (fig.6)**, no estado do Amapá, construída de raiz para suportar a exploração de manganês. Nascida da associação entre a norte-americana Bethlehem Steel Corporation e a empresa nacional Icomi (do grupo Azevedo Antunes) para a extração intensiva de manganês, a vila estruturava-se a partir de um rigoroso "complexo mina-estrada-porto", que integrava o assentamento, uma Estrada de Ferro e o Porto de Santana para escoamento da produção. (BENCHIMOL 2009, p.447) Em suma, estas manifestações espaciais atestam a inserção de enclaves urbanísticos na floresta, concebidos estritamente para satisfazer as exigências do capitalismo global.

Fig.6 - Vila Serra do Navio, Oswaldo Bratke. Sistema de circulação pedonal coberto, evidenciando soluções adaptadas ao clima amazônico.
Fonte: Nelson Kon, 2015. ArchDaily Brasil.



Em retrospectiva, verifica-se que com o declínio abrupto da economia gomífera nas primeiras décadas do século XX, ocorreu uma paralisação econômica regional. Impossibilitados de retornar às suas terras de origem e desiludidos com os seringais, muitos dos migrantes nordestinos fixaram-se definitivamente nas áreas de várzea e nos "beiradões", abandonando o extrativismo exclusivo para assumir uma economia de subsistência baseada na agricultura itinerante (roçados de mandioca, milho, feijão) e na pesca. (OLIVEIRA JUNIOR 2019, p.31).

É neste contexto de adaptação para a sobrevivência que se consolida a figura do **"homem anfíbio"**, termo cunhado pela pesquisadora Therezinha Fraxe [10] para definir esse campesinato que tem o rio como principal fonte de vida e que divide seu tempo e seus modos de produção entre a terra e a água.

Para sobreviver ao profundo choque ambiental de trocar a aridez do sertão por um ecossistema úmido, aluvial e dominado por inundações sazonais, o migrante nordestino precisou absorver intensamente a herança cultural dos indígenas remanescentes. Essa transculturalidade fundiu a resistência nordestina, a influência europeia e o milenar conhecimento empírico nativo.

Dos indígenas, o novo ribeirinho aprendeu os segredos dos rios, o domínio da canoa (a "montaria") como transporte indispensável, o manejo agrícola nas várzeas e, principalmente, o uso dos recursos florestais para a construção de seus abrigos, empregando madeiras apropriadas, cipós para amarração e a palha para as coberturas.

Nesse processo de transculturalidade, ocorreu o que autores como Samuel Benchimol definem como a *"indianização"* ou *"amazonização"* do migrante. Para sobreviver, o sertanejo precisou abandonar o seu apego à terra seca e adotar o domínio da 'montaria' (canoa), o uso do **tapiri**[11] e o conhecimento dos recursos da selva. Esse novo sujeito fixou-se na várzea, um verdadeiro "entre-mundos" situado entre a floresta alta (espaço de extração e caça) e as águas (espaço de pesca e circulação).

Historicamente estigmatizado por uma visão eurocêntrica como 'indolente' ou primitivo[12], o caboclo ribeirinho é, na verdade, um produtor polivalente. Ele pauta sua vida não pelo tempo acelerado do capital, mas pelo

10 FRAXE, Therezinha J.P. **Homens anfíbios - Etnografia de um campesinato das águas**, p.182. São Paulo, 2000.

11 **Tapiri:** "Palhoça provisória que serve de abrigo a caminheiros, lavradores, etc." Infopédia Dicionário Porto Editora.

12 GUIMARÃES, Danielle Costa; PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida V. **Repensando a precariedade habitacional: Projeto, adequação e cultura nas tipologias ribeirinhas da Amazônia.** Belém, 2024.

rio, que atua como um relógio natural. É a partir da leitura precisa desse 'tempo lento' e cíclico da natureza que ele desenvolve suas múltiplas habilidades, de pescador a carpinteiro, criando uma arquitetura e um modo de vida adaptados e resilientes ao ambiente inscrito. [13]

Assim, o caboclo ribeirinho contemporâneo é o resultado vivo dessa sobreposição cultural. Dessa maneira, a arquitetura torna-se um elemento de mediação por onde é materializada a história dessas populações. Trata-se de um saber-fazer vernacular que traduz a afinidade do homem com o rio, e que resultou em tipologias moldadas inteiramente para dialogar de forma inteligente com as forças da natureza amazônica. [14]

Longe de representarem meras estruturas precárias, as palafitas e as casas flutuantes consagram-se, portanto, como a síntese da relação entre natureza e cultura, evidenciando a profunda resiliência de um povo que aprendeu a fazer dos contínuos ciclos das águas o seu verdadeiro lar.

Fig.7 - Mulheres ribeirinhas a viver o dia-a-dia em suas casas flutuantes.
Fonte: Marcel Gautherot, Manaus, 1944. Instituto Moreira Salles.



13 SILVA, Luiz de Jesus Dias da; AZEVEDO, Matheus Silva. **Arquitetura vernacular amazônica: uma etnografia dos saberes e fazeres tradicionais no rio Campompema, Ilhas de Abaetetuba-PA**. Pará, 2025.
14 SILVA, Moacyr Paixão. **Sobre uma Geografia Social da Amazônia**, p.83. Manaus, 2021.

O saber-fazer tradicional

O conceito do **saber-fazer**, o *know-how* vernacular, amplamente explorado por Paul Oliver em "Built to Meet Needs: Cultural Issues in Vernacular Architecture", faz referência ao conhecimento, ao entendimento e até mesmo à intuição de um povo. [15] Esse conhecimento abrange um vasto mapa cognitivo que engloba a sabedoria coletiva e as normas do grupo sobre o ambiente natural: o clima, a topografia, as variações sazonais, os perigos naturais e a adequação do local, além da compreensão de como utilizar e repor os recursos naturais disponíveis. Para além disso, o saber-fazer engloba conhecimentos e experiência coletiva herdados, como normas sobre o que é aceite ou não para o ambiente em que se insere. Nesse sentido, a construção indígena é ancorada em um complexo *know-how*. Ao contrário de combater a dinâmica fluvial e ambiental, as populações originárias desenvolveram modos de vida baseados na simbiose com os ciclos das águas, através de práticas culturais e na forma como constroem.[16]

Contudo, a eficiência dessa arquitetura não deve ser vista apenas sob a ótica do determinismo climático e ambiental; ela é, sobretudo, uma resposta cultural. Os abrigos e os assentamentos não são ditados apenas pelo clima, mas expressam traços culturais relacionados ao suporte à vida, estrutura familiar, hierarquias e sistemas de crenças. (OLIVER 2006, p.64)

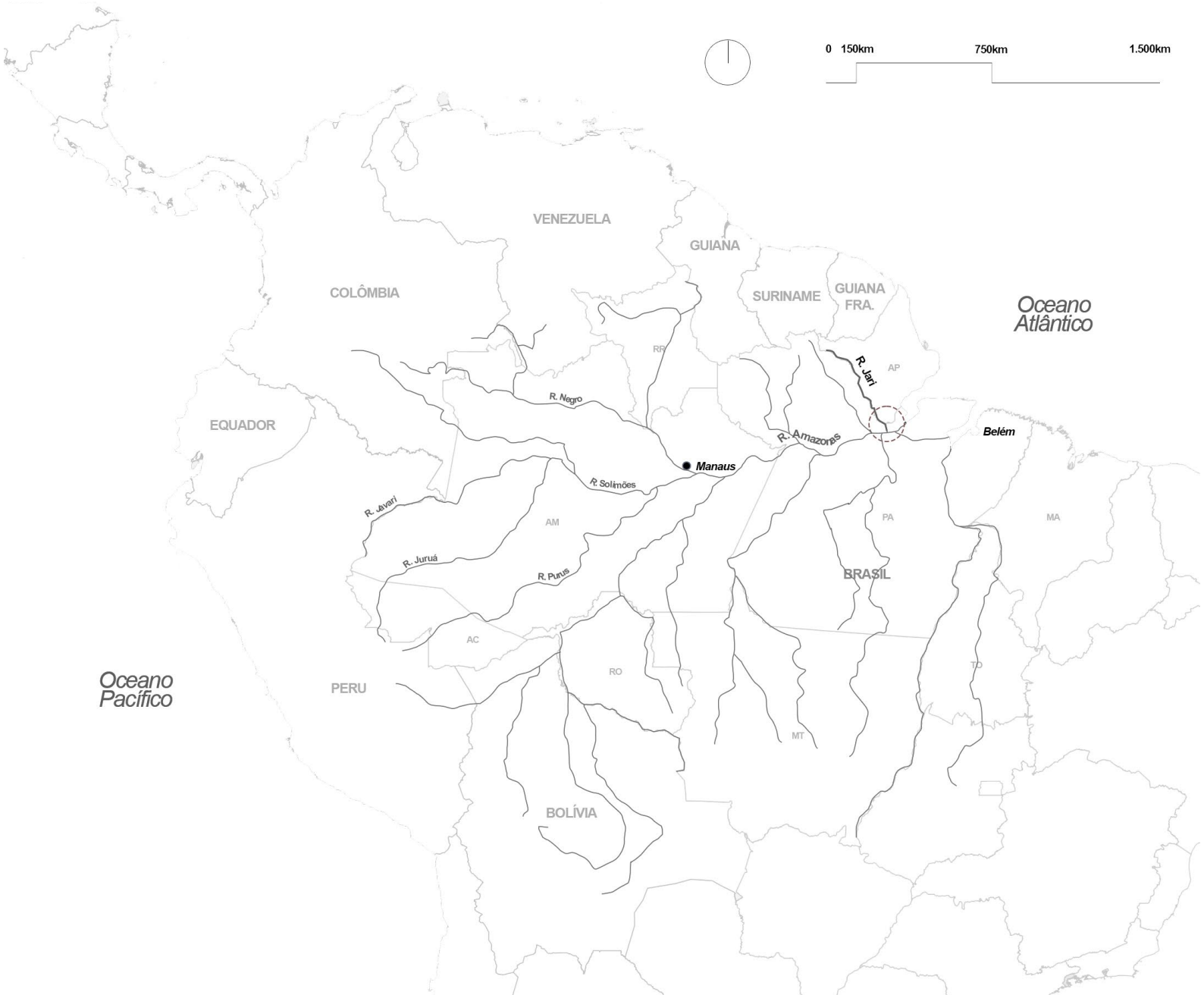
A primeira resposta arquitetônica à vida em terrenos alagadiços e de várzea é a elevação. A **arquitetura palafítica** (casas sobre estacas ou pilares) é uma solução vernacular encontrada não apenas na Amazônia, mas em diversas regiões como na Oceania, Sudeste Asiático e Europa (a exemplo da arquitetura Avieira), servindo para proteger os moradores de inundações, melhorar a ventilação e isolá-los de predadores.

É também importante referir que a elevação dos pavimentos acima do nível do solo através de um sistema estrutural de estacas, muitas vezes a uma altura considerável em relação à dimensão dos espaços habitáveis, seja um padrão recorrente em regiões de calor quase constante e elevada umidade. [17]

15 OLIVER, Paul. **Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture,** p.110. Oxford: Architectural Press, 2006.
16 WATSON, Julia. **Lo-TEK: Design by Radical Indigenism**, p.1. Köln: Taschen, 2019.
17 WATERSON , R. **The Living House: An Anthropology of Architecture in South-East Asia**, p.78. Oxford University Press8, 1990.

Na Amazônia, a relação indígena com o espaço reflete essa fusão entre inteligência adaptativa e valores culturais. Entre os indígenas *Waiãpi,* comunidade assente no rio *Nipuku*, afluente do rio *Jari* **(fig.8)**, no estado do Amapá (Brasil); a casa *iura*, ou **casa palafítica (fig.9)**, é o modelo tradicional de habitação permanente.

Fig.8 – Mapa que registra os principais rios da bacia Amazônica, evidenciando o Rio Jari, no estado do Amapá, onde assenta a comunidade dos indígenas Waiâpi.
Fonte: Autoral, 2026.



Consiste em um estrado colocado sobre estacas a 1,5 ou 2 metros do chão, ao qual se acede por uma escada de tronco entalhado (*iura* propriamente dito). A estrutura segue um padrão de base retangular, sem distinção de paredes no interior e cobertura de palha. Essa elevação palafítica marca o estágio de transição onde o homem ainda está ancorado na terra firme, mas já se projeta arquitetonicamente sobre o domínio das águas e das enchentes sazonais.

Portanto, a casa de várzea dos rios alagáveis, compatibiliza-se com as oscilações dos níveis de água e por isso, grande parte das habitações ribeirinhas do Amazonas é construída com sistema de estacas cravadas no leito do rio devido a tal oscilação. (OLIVEIRA JUNIOR 2019) Entretanto, quando as oscilações do nível dos rios se tornam extremas ou as necessidades de subsistência exigem mobilidade, a arquitetura ribeirinha liberta-se totalmente do solo, estabelecendo a principal diferença morfológica e conceitual entre a **palafita** e a **casa flutuante.**

Enquanto a palafita é uma edificação estática construída sobre estacas fincadas firmemente nas encostas e várzeas para evitar as inundações das cheias, a casa flutuante desprende-se da terra firme, sendo construída sobre grandes toras de madeira que flutuam, o que lhe confere a capacidade de subir e descer livremente com a variação do curso das águas. [18]

Essa transição tipológica no contexto amazônico reflete o ápice do **saber-fazer** do caboclo ribeirinho na sua convivência íntima com o rigoroso ciclo hidrológico de cheias e vazantes. Para a materialização de ambas as estruturas, a população mobiliza um profundo conhecimento empírico da natureza e de seus ciclos, que se reflete nas estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, que é transferido de geração a geração por via oral. (FRAXE 2000, p.182)

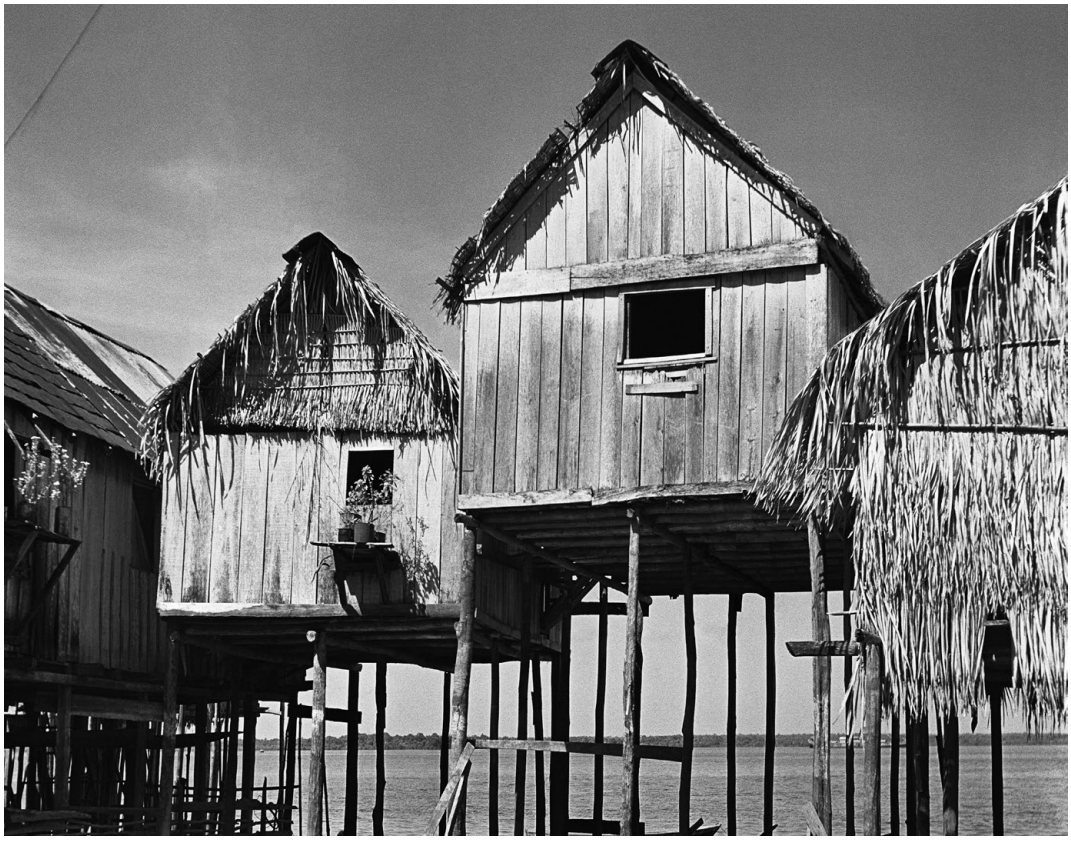
No caso da palafita, o saber-fazer vernacular manifesta-se não apenas na precisão de prever a cota máxima da água, mas na seleção rigorosa de madeiras de alta densidade e resistência à umidade para as fundações. Para o esteio e as vigas, os ribeirinhos utilizam espécies de madeira como *Itaúba (Mezilaurus itauba)* ou *Maçaranduba (Manilkara sp.),* [19] ambas muito resistentes à água.

18 CELUPPI, Maria Cristina; MEIRELLES, Célia Regina Moretti. **A construção das configurações espaciais das comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira: o caso da comunidade Cristo Ressuscitado, em Manacapuru, AM.** São Paulo, 2020.

19 GREGÓRIO, Danielle Khoury. **Sobre as águas da Amazônia: habitação e cultura ribeirinha**, p.31. São Paulo, 2019.

Já para o assoalho e levantar as paredes da casa, utiliza-se, por exemplo, a madeira *Paxiúba (Iriartea exorriza),* que nasce nos **igapós**[20] e alcança alturas de 10 a 15 metros.

Fig.9 - Casa palafítica: marca o estágio de transição da terra firme para a estrada aquática**.** Em períodos de estiagem/seca, nota-se o esqueleto da palafita.
Fonte: Marcel Gautherot, Manaus, 1944. Instituto Moreira Salles.



Já para a concepção da casa flutuante, a inteligência construtiva nasce da profunda intimidade do caboclo amazônico com os rios e com a navegação. De fato, o domínio sobre a construção da casa deriva diretamente do conhecimento ancestral sobre a construção de embarcações, sendo a canoa ou o barco a primeira e essencial extensão do corpo e do lar do ribeirinho, como bem observa o arquiteto Almir de Oliveira:

" (...) Essa ligação do ponto de vista do rio aparece quando você compara um barco tradicional com a casa, você verá uma semelhança significativa com aquilo que chamo de carpintaria naval com a carpintaria da casa. As obras da casa são como as obras do barco, às vezes o mesmo carpinteiro que fez o barco, fez a casa. (...) " [21]

20 **Igapó:** "Do tupi ïa'po, «charco coberto de mato». Zona da floresta amazónica que se mantém alagada mesmo durante a estiagem. " Infopédia, Dicionário Porto Editora.
21 SESCTV. **Habitar/Habitat: palafitas e casas flutuantes.** YouTube, 24 out. 2014.

O saber-fazer ribeirinho orienta o uso do **Açacu (Hura crepitans)** (SOUZA 2010, p.146)**,** uma árvore própria da floresta de várzea de tronco espesso e baixa densidade. O conhecimento tradicional reconhece que o açacu não apodrece no rio; pelo contrário, a água o conserva e faz a madeira "engrossar", garantindo a sustentação perfeita da habitação. Ao juntar de quatro a oito desses troncos imensos amarrados por vergalhões, forma-se a base flutuante (bóia) sobre a qual se ergue a casa. Para garantir o equilíbrio perante as tempestades e os **banzeiros**[22], a casa é projetada de forma mais baixa e larga, ancorada por pesadas correntes e cabos de aço, e por fim com os materiais mais pesados concentrados no seu ponto médio.

Assim, se a palafita representa a ancoragem inteligente adaptada à variação vertical das águas, a casa flutuante garante a emancipação e a mobilidade horizontal. Essa arquitetura, livre de amarras definitivas com o solo, faz com que a morada ribeirinha suba ou desça organicamente com o regime de cheias e vazantes **(fig.12)**, sendo transportada pelas "estradas líquidas" amazônicas em busca de novas áreas mais produtivas para pesca ou comércio.

Fig. 10 - Comerciantes a navegar o rio em cima de uma casa-balsa. A carpintaria naval está diretamente relacionada com a arquitetura vernacular ribeirinha. *Fonte: Esquisso retirado do livro Manaus: ruas, fachadas e varandas de Moacir Andrade, 1984, p. 186.*



22 **Banzeiro:** "Ondas causadas pela pororoca ou por outra razão que chegam com muita intensidade nas praias." Dicionário Online de Português.

Fig. 11 – Casa flutuante de comércio. Nota-se o uso das toras de Açacu para levitação da casa flutuante para uso comercial, e a modulação padrão desse tipo de construção. *Fonte: Esquisso retirado do livro Manaus: ruas, fachadas e varandas de Moacir Andrade, 1984, p. 180.*

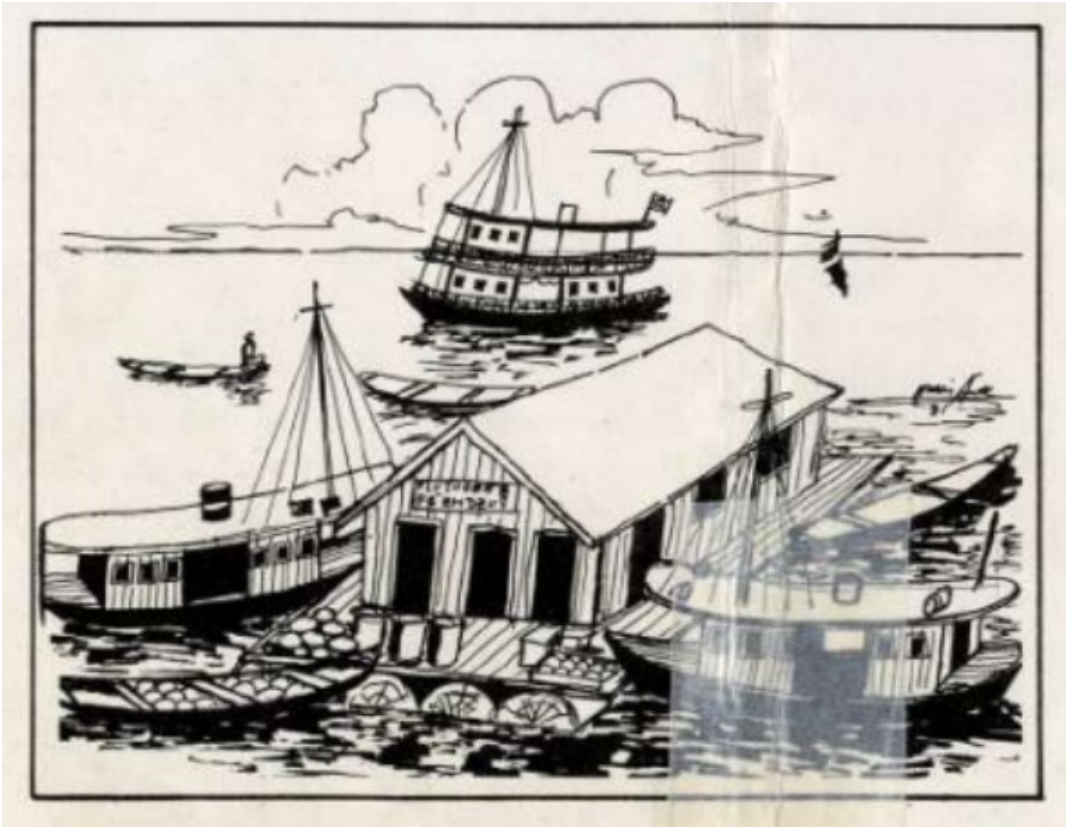
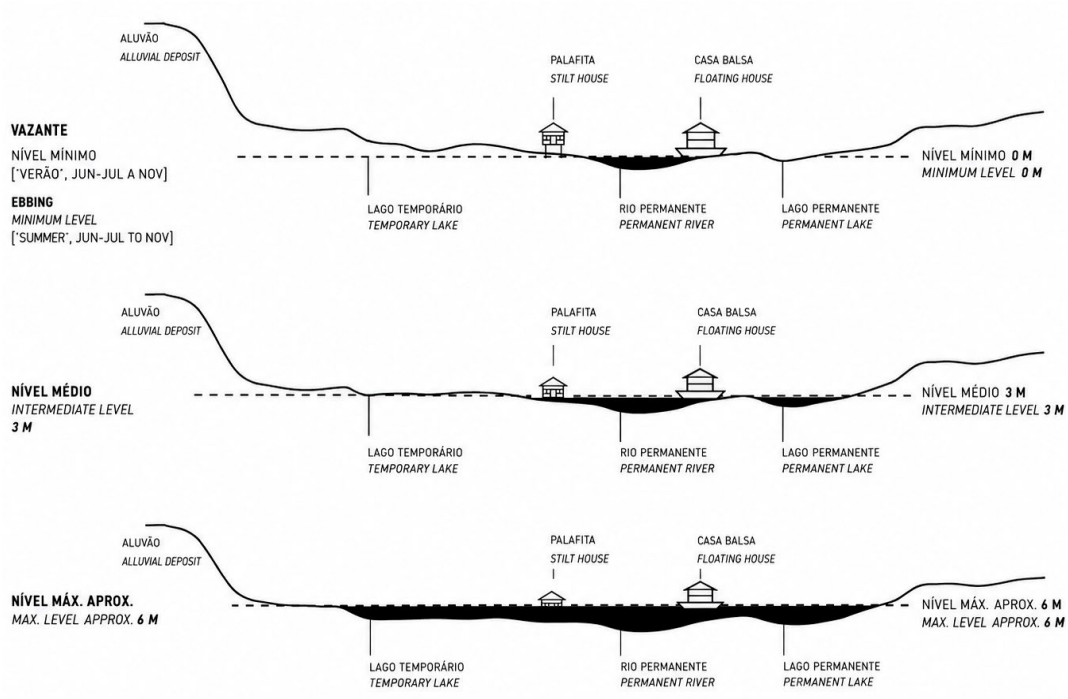


Fig. 12 – Esquemas em perfil de cheias e vazantes em Nhamundá (AM). Evidencia o comportamento das duas tipologias ribeirinhas frente à variação altimétrica do rio. *Fonte: Exposição Casas do Brasil 2013: Habitação Ribeirinha na Amazônia. Acervo Museu da Casa Brasileira, 2013.*



As casas flutuantes do mundo

Contudo, apesar da inegável genialidade adaptativa que consolida a transição da palafita para a casa flutuante, **é imperativo que este saber-fazer não seja romantizado.** A partir desta constatação, torna-se necessário relacionar essas tipologias com o contexto social frágil e a severa escassez de recursos econômicos em que esse modo de habitar surgiu. Longe de representar um idílio aquático, o flutuar foi, historicamente, uma estratégia pragmática de sobrevivência de uma população desprovida de políticas públicas, especialmente após o colapso da economia gomífera.

Compreender a resiliência dessa cultura marginalizada exige prosseguir para o estudo detalhado dos materiais e das soluções construtivas adotadas, bem como a sua relação de distribuição e adaptação pelo vasto território amazonense. Em uma última análise, ao colocar a tipologia ribeirinha lado a lado com contextos internacionais e nacionais, rompe-se com o estigma da precariedade isolada.

A prática de habitar sobre as águas a nível internacional revela que a relação entre a arquitetura e os ecossistemas aquáticos transcende o contexto amazônico, manifestando-se em diferentes escalas, temporalidades e motivações.

A fim de compreender a universalidade tipológica das construções ribeirinhas, propõe-se a análise comparativa de três realidades distintas: a tradição vernacular e migratória dos pescadores **Avieiros no rio Tejo**, em Portugal; a consolidação histórica da **cidade lacustre de Veneza**, em Itália; e a vanguarda tecnológica dos **assentamentos flutuantes contemporâneos na Holanda.** Estes casos demonstram como a escassez de terra, a sobrevivência e as mudanças ambientais impulsionaram infraestruturas singulares na fronteira difusa entre a terra e a água.

Arquitetura Palafítica dos Avieiros no Rio Tejo

O assentamento Avieiro e palafítico no Rio Tejo, em Portugal, se terá iniciado em inícios do século XX. À procura de melhores condições de vida, os Avieiros, vindos da Praia da Vieira, migraram para as margens do rio Tejo. Influenciados por outras construções palafíticas, adaptaram-se às condicionantes, construindo como sabiam e com os recursos disponíveis. Com o tempo, o que era um movimento sazonal tornou-se permanente, levando à fixação dessas famílias nas margens fluviais.

Assim como o caboclo ribeirinho na Amazônia, os Avieiros consolidaram-se fundamentalmente como uma população anfíbia. Nos primeiros tempos de migração, a vida dessas famílias decorria quase exclusivamente sobre a água, habitando os seus próprios barcos, denominados **bateiras** ou **saveiros.**[23] A embarcação funcionava simultaneamente como instrumento de trabalho, meio de transporte e habitação primária, onde os espaços eram rigorosamente divididos entre as áreas de dormir à extremidade dianteira, preparar refeições ao centro, e armazenar redes às traseiras.

Para além do paralelismo da origem habitacional pela construção naval, ambos são populações historicamente marginalizadas, que desenvolveram modos de vida ditados pelo ritmo das águas e pela necessidade de adaptação à ambientes extremos. Erguendo suas casas de forma orgânica e à revelia dos regulamentos oficiais, muitas vezes de forma tímida para evitar a destruição pelas autoridades, [24] os Avieiros apropriaram-se das margens do Tejo da mesma forma que os ribeirinhos reivindicam as águas do centro histórico de Manaus. Estigmatizados como os "ciganos do Tejo", (GASPAR, PALLA 2008) assim como os caboclos amazonenses foram taxados de "indolentes", ambas as populações utilizaram a arquitetura para subverter a exclusão fundiária, garantindo a sua sobrevivência, autonomia econômica e a manutenção de uma identidade inseparável do ambiente aquático.

No processo de fixação às margens do Rio Tejo, os avieiros transitaram das embarcações para abrigos provisórios de lona ou caniço e, posteriormente, passaram a erguer os chamados palheiros de madeira **(fig.13)** sobre estacarias (palafitas), uma adaptação tipológica estritamente funcional para proteger

23 GASPAR, Pedro Lima; PALLA, João. **Construções palafíticas da bacia do Tejo: Levantamento e diagnóstico do património construído da cultura avieira,** p.3. Lisboa, 2008.
24 REDOL, António Alves. **Avieiros**. Lisboa, 1942

as famílias e as habitações das violentas cheias periódicas do Tejo. [25]Como observou o escritor Alves Redol ao vivenciar a aldeia da Palhota, as primeiras barracas eram construídas de forma muito pequena e "tímidas para que não as mandassem destruir" pelas autoridades. (REDOL 1942)

Assim, estabelecendo um forte paralelo com as populações ribeirinhas da Amazônia, os avieiros utilizaram a arquitetura anfíbia não apenas como mecanismo de defesa contra a subida das águas, mas como uma ferramenta vital para garantir a sua autonomia econômica, e a permanência de uma identidade cultural ditada pelo ritmo do rio.

Fig. 13 – Palheiro tradicional localizado em Cova, Figueira da Foz (Portugal). A elevação da construção através de estacas de madeira se assemelha com as das tipologias palafíticas amazonenses.
Fonte: Fernando Galhano, 1960. Museu Nacional de Etnologia, Inventário R231-8.



25 RIBEIRO, Vanessa. **A Arqueologia e o Turismo | O Caso da Península de Tróia**, p.88.Lisboa, 2011.

A Cidade Lacustre de Veneza, Itália

Na Amazônia, a ocupação sobre as águas frequentemente atrai comparações com a consolidação da cidade lacustre de Veneza, na Itália, manifestando-se em assentamentos ribeirinhos emblemáticos. O reflexo dessa realidade em contexto amazônico foi a "Cidade Flutuante" de Manaus, um complexo assentamento efêmero que emergiu entre as décadas de 1920 e 1967 e será o objeto de análise central do próximo capítulo deste estudo. Historicamente, a imprensa da década de 1960 rotulava pejorativamente esse território como uma "Veneza selvagem e tropical" ou uma "favela veneziana".[26]

Por outro lado, o município de Afuá, erguido inteiramente sobre palafitas e estivas em áreas alagadas do Pará, carrega com orgulho a alcunha de "Veneza Marajoara". [27] Apesar do estigma frequentemente aplicado ao contexto amazônico, essas comparações evidenciam uma variedade tipológica universal: populações que domesticam fronteiras hídricas complexas para garantir a sua sobrevivência.

A formação e consolidação de **Veneza** e de sua lagoa representam um exemplo extraordinário de uma contínua interação e busca por equilíbrio entre a terra e a água, onde as fronteiras foram redefinidas ao longo da história. As origens da Lagoa de Veneza remontam a cerca de 6.000 anos, quando os níveis do mar se estabilizaram e a ação combinada da deposição de sedimentos fluviais e das forças das marés formou um vasto ecossistema salobro. Por definição, uma **lagoa** é um ambiente inerentemente instável, naturalmente fadado a se transformar ou em um braço de mar (pela erosão) ou em um pântano de terra firme (pelo assoreamento). [28]

Para se estabelecerem nesses territórios úmidos, ambas as culturas adotaram sistemas construtivos pragmáticos. Veneza consolidou-se através de um processo meticuloso de gestão de sua lagoa e de edificações que dependeram de uma engenharia de estacarias fincadas na lama pantanosa. Na Amazônia, a adoção dos sistemas vernaculares constitui uma adaptação funcional à geografia extrema da região, ditada pelo rigoroso ciclo hidrológico que altera drasticamente a altimetria dos rios ao longo do ano.

---

26 Revista O Cruzeiro. **A Colorida e Pobre Veneza do Amazonas**, de 08 de Junho de 1963.
27 MESQUITA, Fernando José Lima de. **Arquitetura vernacular ribeirinha, patrimônio cultural nas Amazônias: o caso de Afuá-PA,** p.6. Belém, 2017.
28 CAVALIERI, Chiara.**"Water re(claims)". Fuzzy Boundaries: Treshold Between Water and Land,** p.9. Londres/Nova Iorque, 2025.

Desde a sua fundação inicial, no século VI, o governo de Veneza teve que lidar ativamente com as transformações da lagoa para garantir a sobrevivência da cidade. No século XVI, houve um embate político com duas visões opostas: a visão "pró-terra", liderada por Alvise Cornaro, defendia a secagem dos pântanos e expansão das terras cultiváveis; e a visão "pró-lagoa", liderada por Cristoforo Sabbatino, enfatizava a necessidade de proteger o ecossistema para evitar o risco de desaparecimento da bacia d'água. Para evitar o soterramento da lagoa, foram realizadas intervenções focadas no controle dos fluxos dos rios, desviando grandes rios como o Brenta, o Piave e o Sile para longe da bacia da lagoa. (CAVALIERI 2025, p.10.)

Na extinta Cidade Flutuante de Manaus, a canoa funcionava como o principal meio de transporte entre os barracos que compunham uma malha urbana própria de ruas e avenidas líquidas sobre o rio Negro. De forma semelhante, em Veneza, o limite entre a cidade e os canais é mediado pelas embarcações que se ancoram lado a lado. Em períodos específicos, como intervalos de pesca, os barcos ancorados em Veneza criam ruas internas sobre a água, permitindo a travessia de pedestres e expandindo a malha urbana de forma efêmera e cíclica.

Através dessa transição arquitetônica adaptativa, seja na "Veneza Marajoara" ou na capital amazonense, o habitante ribeirinho estabeleceu um modo de vida ditado pelo ritmo da natureza, provando que o habitar na fronteira difusa entre a terra e a água é uma resposta estrutural válida, resiliente e universal.

Fig. 14 - Edifícios históricos vistos de um barco no Grande Canal (Canal Grande), Veneza, Itália. *Fonte: Derek Armstrong, 1956.*



A Vanguarda Flutuante da Holanda

Enquanto a extinta "Cidade Flutuante" de Manaus foi historicamente estigmatizada pelas autoridades e elites locais como um símbolo de atraso, insalubridade e precariedade urbana (GREGÓRIO 2019, p.76), os assentamentos flutuantes contemporâneos na Holanda são celebrados como a vanguarda tecnológica do urbanismo aquático global. Diante da ameaça de elevação do nível dos oceanos e da escassez de terras construtíveis, projetos como o **bairro de Ijburg** e a comunidade autossuficiente **Schoonschip**, em Amsterdão, propõem o habitar sobre as águas não como uma invasão marginal, mas como uma *"solução de construção inovadora e climaticamente adaptável"*. [29]

Em uma primeira análise, a resiliência adaptativa que os engenheiros e arquitetos europeus buscam atualmente replicar em suas modernas infraestruturas flutuantes já existia, de forma orgânica e vernacular, no modo de vida do caboclo amazônico. Há décadas, a arquitetura ribeirinha compreendeu que a melhor resposta aos ambientes extremos não reside no enfrentamento rígido da natureza, mas na flutuação responsiva em harmonia com os ritmos dos rios.

A principal divergência entre o modelo holandês e a matriz amazônica encontra-se na chancela do Estado e na materialidade empregada na base de flutuação. Na Holanda, bairros como Ijburg nascem do planeamento urbano oficial, utilizando pesados cascos de betão impermeável, parcialmente submersos, que suportam leves estruturas modulares de aço e vidro, garantindo estabilidade e até o status legal de propriedade. Na Amazônia, o assentamento flutuante emergiu de uma ocupação espontânea e da autoconstrução ditada pela exclusão fundiária.

Contudo, a inteligência estrutural é incrivelmente análoga: no lugar do betão armado, a "engenharia rústica" ribeirinha emprega o seu profundo saber-fazer ao utilizar toras de açacu, uma madeira de baixa densidade, como base primária que recebe o estrado das casas. Ambas as soluções partilham o mesmo princípio mecânico e funcional: libertar a arquitetura das amarras do solo, permitindo que a moradia acompanhe as oscilações da água.

---

29 *"(...) In recent years floating has gradually gained ground in urban environment as an innovative and climate-adaptive building solution in face of increasing floods or rising sea level. (...)"* LIN, Fen-Yu; SPIJKERS, Otto; VAN DER PLANK, Pernille. **Legal Framework for Sustainable Floating City Development: A Case Study of the Netherlands,** p.435. Singapura, 2022.

Além da resposta estrutural aos níveis da água, os novos projetos flutuantes holandeses buscam consolidar um forte senso de comunidade, desenhando bairros interligados por passarelas flutuantes, trapiches e praças sobre as águas que fomentam a sociabilidade.[30] Esta vibrante vida em rede já era a essência espacial da Cidade Flutuante de Manaus e ainda pulsa em assentamentos contemporâneos como o Lago do Catalão, onde o tecido urbano líquido se (re)configura sazonalmente através de pontes de madeira e do fluxo constante de canoas.

A erradicação dos flutuantes manauaras justificou-se, prioritariamente, pela ausência de saneamento básico governamental (o chamado "ciclo das fezes" direto nos rios).[31] O urbanismo aquático europeu demonstra hoje, com o uso de biotecnologias e sistemas de tratamento descentralizados, que o problema nunca foi a tipologia flutuante em si, mas a falta de infraestrutura.

Ao alinhar as tecnologias limpas da Holanda contemporânea à sabedoria construtiva da arquitetura ribeirinha, comprova-se que o modo de vida anfíbio carrega as fundações ideais para um urbanismo resiliente e de vanguarda no futuro das cidades amazônicas.

Fig. 15 – Imagem aérea da comunidade flutuante de Schoonschip, em Amsterdã, na Holanda.
Fonte: Isabel Nabuur, 2020.



30 BLECHER, Marshall Morgan. **Waterworlds: A survey of floating communities around the world,** p.36. Sydney, 2018.
31 SERRA, Celso Luiz Rocha; CRUZ, Wilson Rodrigues da. **Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante.** Manaus, 1964.

As casas flutuantes da Amazônia

Se as experiências na Europa comprovam que a ocupação da água é uma resposta universal aos desafios ambientais, na Amazônia esse fenômeno transcende a mera necessidade de sobrevivência para se consolidar como pilar da identidade cultural e territorial. Para desdobrar essa multiplicidade do habitar ribeirinho e estabelecer um paralelo com a universalidade tipológica europeia, este subcapítulo analisa três assentamentos amazônicos paradigmáticos: **Afuá, o Lago do Catalão e a histórica Cidade Flutuante de Manaus.**

Embora partilhem a herança do conhecimento construtivo tradicional, cada caso ilustra uma resposta socioespacial distinta perante a natureza. O município de Afuá, a "Veneza Marajoara", demonstra como o sistema palafítico pode transpor a escala da habitação isolada para configurar uma complexa malha urbana elevada sobre as águas. A comunidade do Lago do Catalão, por sua vez, representa a vanguarda orgânica dos assentamentos flutuantes contemporâneos em território amazonense, funcionando como um tecido líquido e autogerido que se configura sazonalmente. Por fim, a extinta Cidade Flutuante de Manaus (1920-1967), objeto central desta dissertação, é o ápice histórico desse sistema na Amazônia, tendo chegado a abrigar milhares de pessoas ao transformar um espelho hídrico em urbe.

Deste modo, compreende-se que o domínio técnico do ribeirinho amazônico para fundar a sua morada sobre as águas não precede, necessariamente, as seculares experiências de urbanismo aquático europeu. Pelo contrário, ambos os fenômenos emergem em paralelo, afirmando-se, em diferentes geografias, como respostas humanas intuitivas e análogas perante um desafio comum: a necessidade premente de adaptação e sobrevivência em territórios intrinsecamente condicionados pelo regime das águas.

Afuá: a consolidação urbana da palafita

O município de Afuá, localizado no arquipélago do Marajó, no Pará, ergue-se como um paradigma da resiliência e adaptação urbana às planícies de inundação amazônicas. (MESQUITA 2017, p.88) Conhecida popularmente como a "Veneza Marajoara", a cidade contraria a lógica do urbanismo de terra firme ao ser integralmente construída sobre áreas alagadas, utilizando o sistema palafítico não apenas para habitações isoladas, mas como suporte para toda a sua infraestrutura.

Em Afuá, a malha viária convencional cedeu lugar a quilômetros de passarelas e pontes de madeira, localmente denominadas de estivas, que se elevam sobre a lama e as águas estuarinas. Esta configuração morfológica singular exigiu a proibição legal do tráfego de veículos automotores, promovendo a apropriação do espaço urbano por peões e bicicletas.

A sustentação dessa complexa malha urbana elevada sobre o solo lodoso de várzea consiste em fundações robustas com esteios de madeiras de lei de altíssima resistência à umidade, como o acapu, que são frequentemente ancorados em axapús — sapatas rudimentares de troncos que evitam o esmagamento e o afundamento da estrutura na lama.

Acima do nível das águas, as residências revelam uma forte intenção: fachadas pintadas em cores primárias, coberturas tradicionais em duas águas e varandas adornadas com intrincadas balaustradas de madeira. Essas varandas, articuladas diretamente com as estivas, funcionam como espaços vitais de transição e sociabilidade, esbatendo de forma fluida as fronteiras entre o domínio público da rua de madeira e o refúgio privado da casa. (SILVA 2025, p.28)

Para além da adaptação pragmática ao meio físico, a arquitetura palafítica de Afuá consubstancia uma profunda identificação cultural com os ciclos naturais. Embora o regime de macro-marés, localmente denominado "lançante", submerja periodicamente o estrato inferior da cidade e infraestruturas cívicas, como o cemitério e a pista de pouso (MESQUITA 2017, p.141), a comunidade ressignifica o alagamento por meio da apropriação lúdica e coletiva dos espaços submersos, contrariando a visão hegemônica que associa as inundações urbanas à precariedade e à tragédia.

Enraizado no orgulho de pertencer à sua "tábua natal" [32], este modo de habitar demonstra que a palafita transcende o estigma do subdesenvolvimento, afirmando-se como uma manifestação de resistência identitária e de simbiose com as dinâmicas hídricas da Amazônia.

Fig. 16 - A malha urbana tecida por estivas de madeira que interligam as tradicionais casas palafíticas em Afuá.
Fonte: A.Paes, Novembro de 2021.



32 *" (...) Sobre isso, dois interlocutores me falaram de outra alcunha adotada na cidade: "Afuá, minha tábua natal"*. MESQUITA 2017, p.143.

Lago do Catalão: a maior comunidade flutuante do Brasil

A comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão, localizada no sistema flúvio-lacustre na confluência dos rios Negro e Solimões, em Iranduba (AM), ergue-se como um exemplo da resiliência ribeirinha contemporânea. Diferente da malha palafítica fixa de Afuá, o Catalão caracteriza-se por um tecido urbano estritamente flutuante e autônomo, desprovido da rigidez do lote ou da propriedade fundiária da terra firme. [33]

Ali, as habitações e os serviços estruturam-se ao longo de uma hidrovia principal, conhecida pelos moradores como "Avenida", agrupando-se por laços familiares e de vizinhança. Este assentamento reside na sua fluidez morfológica: a comunidade configura-se sazonalmente através de movimentos coordenados de aglutinação (aproximação na estiagem), expansão (afastamento na cheia), permuta e transferência. Tais processos provam que a água não é um obstáculo, mas o próprio suporte da mobilidade urbana que acompanha de forma orgânica as drásticas oscilações altimétricas dos ciclos hidrológicos.

O alicerce material dessa comunidade assenta na arquitetura vernacular aplicada à tipologia flutuante. A fundação das moradias e dos singulares equipamentos de uso comum — que incluem a escola municipal, igrejas, pequenos comércios, casa de farinha e até uma quadra de futebol — depende da utilização de pesadas toras de **açacu (Hura crepitans),** madeira de baixa densidade, como base primária.

A configuração espacial destas casas obedece à seguinte hierarquia: a fachada volta-se sempre para o lago, estabelecendo o acesso principal, o vislumbre da paisagem e a sociabilidade pública. Enquanto isso, os fundos resguardam as zonas privadas, abrigando a zona de serviço, casa de banho e a cozinha, a demonstrar uma inteligência distributiva perfeitamente adaptada à vida sobre as "ruas líquidas".

Longe de representar a precariedade estigmatizada, este assentamento contemporâneo, que já conta com escola e acesso a sistemas de tratamento de água **(fig.17)** e energia elétrica, prova que o habitar na água é um modo de vida viável.

33 PINHEIRO, Luana; CARDOSO, Ana Cláudia. **A comunidade flutuante Lago Catalão – Iranduba AM: um tecido urbano sobre as águas,** p.2. Revista Morfologia Urbana, 2019.

Através do respeito aos ciclos da natureza, o ribeirinho do Catalão não apenas sobrevive, mas consolida a casa flutuante como uma arquitetura de vanguarda perante os desafios de exclusão urbana e das mudanças climáticas globais.

Fig. 17 - Estação de Tratamento de Água Móvel (ETAM), na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão.
Fonte: Autoral, dezembro de 2025.



Fig. 18 - Casas na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão - maior comunidade exclusivamente flutuante do Brasil.
Fonte: Autoral, dezembro de 2025.



A Cidade Flutuante de Manaus

A extinta "Cidade Flutuante" de Manaus representa a manifestação demográfica e morfológica mais expressiva do habitar sobre as águas na Amazônia e constitui o objeto central de análise do próximo capítulo desta dissertação. Emergindo gradativamente a partir da década de 1920 nas ribeiras da capital amazonense, este assentamento atingiu o seu auge na década de 1960, chegando a abrigar cerca de 12.000 moradores em milhares de habitações ancoradas no rio Negro, precipuamente nas imediações do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e no igarapé dos Educandos. (SOUZA 2010, p.12)

Diferente de ocupações ribeirinhas isoladas, a Cidade Flutuante configurou uma autêntica e complexa malha urbana líquida, na qual as casas não apenas flutuavam, mas eram interligadas por um intrincado sistema de pontes e passarelas de madeira que atuavam como ruas e avenidas sobre o rio, ordenando a intensa circulação de pedestres e embarcações.

Formada majoritariamente por populações do interior, seringueiros falidos e migrantes que buscavam sobrevivência frente à exclusão fundiária e à crise pós-borracha, a comunidade recriou no espaço central da urbe o modo de vida vernacular de suas origens ribeirinhas. Contudo, sob a ótica do planejamento oficial e das elites locais, essa pujante ocupação era frequentemente estigmatizada, rotulada pejorativamente como algo que mancha a imagem da cidade de Manaus até os dias de hoje:

"(...) As casas ribeirinhas, elevadas ou flutuantes, verdadeiras habitações subumanas, depois de dominarem as nascentes interiores dos córregos, provocando todo tipo de assoreamento, voltam a se alastrar pela frente da cidade. Logo, se não houver uma providência urgente do poder público municipal, teremos de volta o cancro urbano que em boa hora foi extirpado. (...) " [34]

Essa profunda fricção entre a vitalidade de uma cultura genuinamente adaptada às águas e a visão higienista do Estado, culminaria no violento processo de erradicação do assentamento a partir de 1964, cujas complexidades históricas e espaciais serão o foco do capítulo seguinte.

34 Revista A Crítica. **A Volta da Cidade Flutuante.** Manaus, 22 de maio de 2000.

Fig. 19 - Imagem evidenciando o cotidiano de moradores da Cidade Flutuante de Manaus.
Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.



A Cidade Flutuante de Manaus

Manaus: a "Paris dos Trópicos"

"A cidade de Manaus possui uma área de aproximadamente 11.458,5 km2, o clima é quente e úmido. Seus limites são: ao norte, Presidente Figueiredo; ao sul, Iranduba e Careiro da Várzea; a leste, Rio Preto da Eva e Itacoatiara; e a oeste, Novo Airão. Manaus localiza-se à margem esquerda do Rio Negro, próximo ao encontro das águas dos rios Negro e Solimões, no centro da planície amazônica e a leste do Estado do Amazonas (...) " [35]

Em uma primeira análise, o surgimento da cidade de Manaus está intrinsecamente ligado à ocupação europeia e à intensa disputa geopolítica pela Bacia Amazônica. (GREGÓRIO 2019, p.48) Motivados pela busca de ouro, pela captura de mão de obra indígena e pela exploração das rentáveis "drogas do sertão", a presença de nações estrangeiras, sobretudo espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, tornou-se uma ameaça constante no território. Para assegurar a soberania lusitana sobre as terras e combater essas incursões, a Coroa Portuguesa estabeleceu uma rede de fortificações estratégicas ao longo das margens fluviais. (SILVA 2021, p.25)

Foi precisamente a partir desta estratégia militar que a cidade de Manaus germinou, tendo como marco zero o fortim de **São José da Barra do Rio Negro,** erguido em pedra e barro no ano de 1669, sob o comando do capitão Francisco da Mota Falcão, na estratégica confluência dos rios Negro e Solimões. [36]Em 1832, a povoação formada em torno da fortaleza foi elevada à categoria de vila, recebendo a denominação de **Vila de Manaós** em homenagem à nação indígena que habitava a região. Contudo, por mais de um século após a sua fundação, o assentamento descrito como uma rudimentar "civilização de palha" não passava de um modesto vilarejo com cerca de 300 habitantes, sustentado estritamente pelo extrativismo de subsistência. (LIMA 2014, p.87)

Foi somente no final do século XIX que a colossal riqueza gerada pela borracha rompeu com este passado rústico, provocando um acelerado

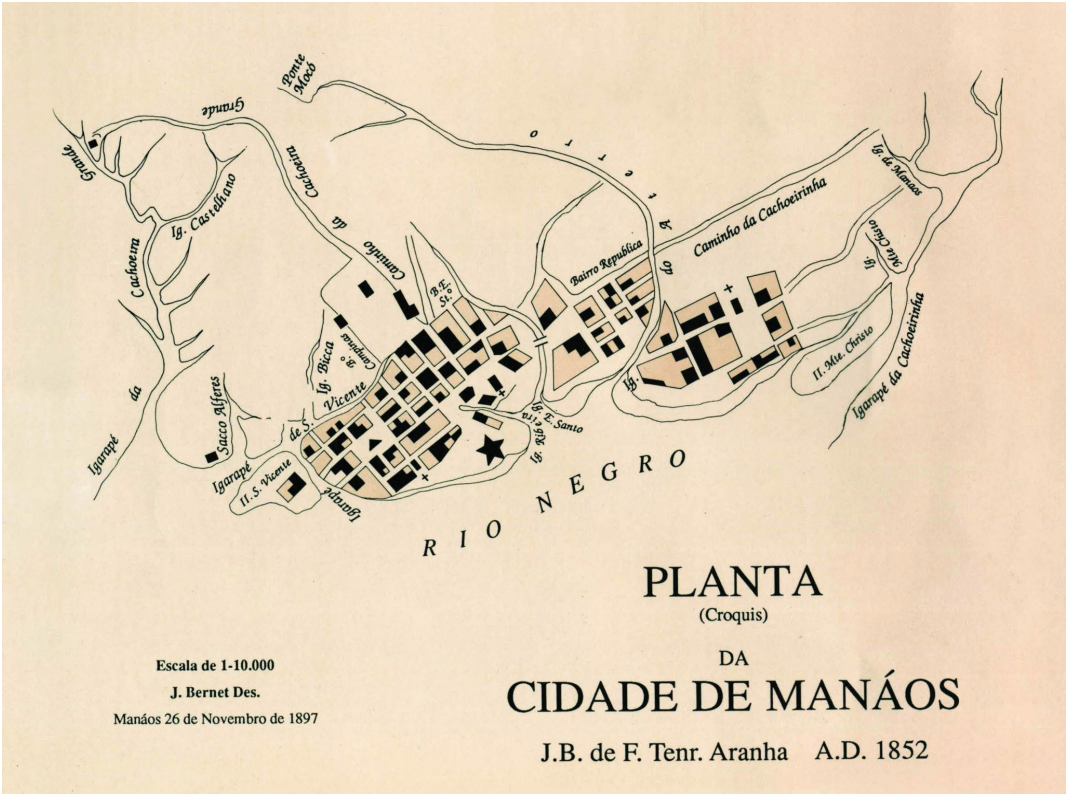
35 NASCIMENTO, Maria Evany do. **Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no centro histórico de Manaus,** p.34. Rio de Janeiro, 2014.

36 REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Como governei o Amazonas (Relatório de dois anos e seis meses de seu mandato como Governador do Estado do Amazonas, no período de 27 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967**), p. 25. Manaus, 1967.

crescimento demográfico e uma violenta reestruturação urbana para dar lugar à "Paris dos Trópicos". A materialização dessa nova identidade cosmopolita exigiu o apagamento da matriz cultural preexistente. Impulsionada pela ideologia do progresso, a elite local buscou simular um estilo de vida europeu nos trópicos, forjando uma malha urbana higienizada que, como um cenário teatral ilusório, virava as costas para os rios e renegou a sua íntima ligação com a natureza e com a herança indígena.

Consequentemente, a cidade de Manaus, especificamente o Centro Histórico, apresenta características do modelo arquitetônico e urbanístico diretamente relacionado ao processo histórico de sua formação, sobretudo, uma forte influência do apogeu do ciclo econômico da borracha. Entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a expressiva acumulação de capital decorrente da exportação gomífera inseriu a capital amazonense no circuito do capitalismo internacional, viabilizando um ambicioso plano de modernização e embelezamento urbano.

Fig. 20 – Planta da Cidade de Manáos de 1852 realizada assim na administração de Tenreiro Aranha. O mapa evidencia a cidade no período pré-gomífero — um pequeno povoado com poucas casas e edificações.
Fonte: Instituto Durango Duarte.



A consolidação urbana da cidade evidencia intensas transformações ao longo da segunda metade do século XIX. Estas mudanças estruturais, que inicialmente ocorreram a um ritmo moderado, *"(...) das* **taperas**[37] *aos palacetes, das ravinas e igarapés aos calçamentos e pontes. Na metade de um século, a cidade tomou proporções que já desafiavam o imaginário tanto dos nativos quanto de seus ditos governadores."* (OLIVEIRA JUNIOR 2019, p.42)

Essas transformações refletiram-se na cidade de Manaus por meio de fatores sociológicos que impulsionaram tais interações em escala global. Os novos ideais europeus, voltados ao desenvolvimento urbano e social, emergiram após o declínio do Renascimento e, assim como ocorreu em Manaus e em outras capitais brasileiras, acabaram por romper com o passado colonial e eliminar seus vestígios.

Face a este contexto, a Europa de finais do século XIX instituiu um profundo processo de reestruturação urbana. Esta transformação alicerçou-se nos pressupostos da Belle Époque, que, segundo Bonametti (2006), se constituiu como uma matriz ideológica assente no progresso material enquanto paradigma de resolução para as problemáticas sociais, urbanísticas e estéticas. [38]

O modelo de modernização adotado teve como principal referência Paris e sua reforma urbana conduzida por Georges Eugène Haussmann entre 1853 e 1869. (BONAMETTI 2006) Nesse contexto, as produções arquitetônicas em destaque na Europa passaram a servir como referências diretas para as cidades brasileiras que, sob a influência do ecletismo, incorporaram ideais de progresso à sociedade, materializando essas expressões no espaço urbano:

" (...) O conjunto de obras públicas construídas em Manaus, durante o período provincial, indicava um gosto arquitetônico diversificado, demonstrando (...) uma preferência pelas influências ecléticas. (...) " [39]

Neste contexto da Belle Époque amazônica, Manaus adquiriu o epíteto de "Paris dos Trópicos". (LIMA 2014, p.96) O desígnio ideológico e estético da elite local e dos investidores estrangeiros consistia em erradicar a imagem da antiga vila colonial e impor uma paisagem europeizada, negando e invisibilizando a matriz cultural indígena e cabocla preexistente.

37 **Tapera:** "terreno ou aldeia abandonada e invadida pelo mato. Do tupi ta'pera, «aldeia extinta» " Dicionário Infopédia Porto Editora.
38 BONAMETTI, João Henrique. **A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana, p.2.** Curitiba, 2006.
39 MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrini: Manaus entre dois tempos (1890 - 1900),** p.174. Manaus, 2020.

Para tal, o traçado original foi substituído por largas avenidas, praças monumentais e passeios pavimentados com pedra importada. Paralelamente, implementou-se uma infraestrutura técnica de vanguarda, que compreendia redes de elétricos, iluminação pública e sistemas de abastecimento de água e saneamento, além de uma profunda higienização estética.

Para além das intervenções na malha urbana, as obras arquitetônicas assumiram papel central no Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus, implantado por Eduardo Ribeiro: *"(...) Entre os decantados méritos de Eduardo Ribeiro, como grande estimulador de reformas e construções, deve-se assinalar o de ter realizado o primeiro e único Plano Urbanístico da cidade."* [40] Em consonância com as diretrizes do modelo adotado e com o propósito de promover a valorização estética da cidade, o governador atribuía grande importância à monumentalidade das edificações e à riqueza ornamental presente nas fachadas dos edifícios.

Fig. 21 - Na edição do O Malho de 1938, Manaus é o destaque, pois é uma das mais jovens e belas cidades do Brasil. Manaus é visitada por intelectuais, poetas e jornalistas.
Fonte: O Malho, Ed. 290 ano XXXVII – 22 de dezembro de 1938, Instituto Durango Duarte.


MANAUS, A JOIA DO RIO NEGRO

SENDO das mais jovens cidades do Brasil, Manaus é das mais bellas, tanto pela mocidade, como pelo progresso. Não se encontra ainda aqui a patine do tempo. Desde o traçado das ruas e jardins até os edificios publicos e particulares, a capital do Amazonas denuncia juventude. E' uma cidade menina e moça, assomando ás margens do Rio Negro. As capitaes dos Estados mais proximos, Belém e S. Luiz, são cidades centenarias, tendo atraz de si um vasto passado colonial, que se observa nos mirantes e solarêgos de certos bairros. Manaus, ao contrario, é a capital que nasceu neste seculo, contemporanea de todos, jovial, acolhedora, tendo um sorriso risonho ao gosto da época.

E' de ver o cuidado que existe em aformoseal-a cada vez mais, de modo que ella corresponda ao capricho e ao espirito dos seus administradores e homens de governo.

O Amazonas, como toda gente sabe, é governado por um poeta; mas não um poeta no sentido arcaico da palavra, mas um poeta no justo termo, um homem que vê a poesia em todas as coisas, até na maneira de governar. Alvaro Maya, realmente, conhece a arte de ser governo.

Manaus, entregue á dynamica actividade do Prefeito Antonio Maya, é uma cidade que, dia a dia, augmenta o seu patrimonio de belleza natural com empreendimentos urbanos, dignos de registro.

E' visitada constantemente por intellectuaes, poetas, pensadores, jornalistas, que voltam encantados do aconchego que recebem e cheios de optimismo nesse Brasil que se perde por tantas loujuras e ainda offerece á curiosidade dos viajantes joias como essa rara e esplendente Manaus, que surge no tropico faceira e moderna como um attestado da nossa capacidade realizadora.

A 40º graus á sombra, em certas estações calmosas, o caboclo nortista, com os preciosos materiaes de sua energia edificou uma cidade moderna, de bom gosto, cheia de palacios e vivendas, que honra o esforço, a tenacidade da gente amazonica.

Depois que passou a miragem do ouro negro, depois que partiram os traficantes apressados e os opportunistas do barro, ainda assim Manaus não perdeu o seu ar de princeza, de cidade bem nascida.

Continua sendo a perola que sahiu da cuncha escura do Rio Negro, mostrando o valor do seu oriente aos reflexos do sol.

Linda, moderna, assanhada, é um convite á visita de todos os brasileiros que amam a sua terra e necessitam de conhecel-a em todos os quadrantes. Porque Manaus não é só a graça architectonica, o amphitheatro ornamental: é tambem a intelligencia, a sociabilidade, a distincção.

Não vale só pelas suas fachadas, pelos seus jardins, pelas suas avenidas modernas, mas tambem pelo conjuncto harmonioso de seu povo, trabalhador e hospitaleiro, que conserva, defende, impulsiona e aperfeiçoa uma cidade digna do Brasil que progride, do Brasil que avança...

Palacio do Governo

Theatro Amazonas

Vista parcial de Manaus

Palacio da Justiça

Herma de Carlos Gomes

Praça S. Sebastião

O MALHO · 24 · 22 - XII - 1938

22 - XII - 1938 · 25 · O MALHO

40 OITICICA, Cesar. **Impressões sobre o urbanismo de Manaus. Revista de Arquitetura Brasileira**, p.34. Rio de Janeiro, 1968.

A monumentalidade da fachada do **Palácio da Justiça (fig. 22)**, por exemplo, manifesta-se na escala imponente da edificação, na elevação do edifício sobre um embasamento destacado e na presença de um pórtico central com colunas, elementos que reforçam sua imponência visual. A riqueza ornamental, por sua vez, evidencia-se no emprego de balaustradas, frontões, molduras decorativas, frisos e detalhes escultóricos que, alinhados à estética eclética, buscavam expressar progresso, refinamento e modernidade.

Desse modo, os resquícios de uma aldeia colonial foram efetivamente apagados com a reforma urbana financiada pela goma elástica. Para materializar esta intervenção estrutural, a morfologia original sofreu alterações drásticas, recorrendo-se ao nivelamento de colinas e ao aterramento sistemático de múltiplos igarapés, suprimindo os elementos naturais que até então orientavam o desenvolvimento orgânico da malha urbana: *" (...) o governador Eduardo Ribeiro preferiu aterrar os caudais em benefício de um urbanismo funcional, que lutou contra a natureza, até fazer secar os pequenos cursos de água, transformados, agora, em amplas vias públicas. (...) "* (OITICICA 1968, p.37)

Fig. 22 - Registro histórico mostra o alçado nascente do Palácio da Justiça, localizado no centro de Manaus.
Fonte: F.A. Fidanza, Instituto Durango Duarte.



A consagração deste apagamento identitário e ambiental evidencia-se de forma inequívoca na implantação dos edifícios monumentais edificados nesta época. Obras paradigmáticas, como o **Teatro Amazonas (fig. 23)** e o Palácio da Justiça, foram propositadamente edificadas com as suas fachadas orientadas no sentido oposto aos cursos de água. (LIMA 2014, p.108)

A exceção a esta lógica de negação do território líquido verifica-se na arquitetura religiosa, construída num período histórico anterior ao período da borracha. Templos como a **Igreja Matriz de Manaus** mantêm-se edificados de frente para o rio. Adicionalmente, a histórica Igreja dos Remédios reitera esta tipologia de implantação, assumindo a função espacial de rececionar os passageiros que desembarcam na metrópole através da via flúvio-marítima, o trajeto de aproximação mais elementar e tradicional da região.

Fig. 23 - O famigerado Teatro Amazonas: " (...) É uma construção impregnada de fantasias próprias de uma era de sonhos e esplendor, revestindo-se com um caráter emblemático que lhe confere o status de símbolo da Cidade de Manaus. (...) "
Fonte: F.A. Fidanza, Instituto Durango Duarte.



Ao dispor estes novos objetos arquitetónicos ostensivamente de costas para o rio Negro, procurou-se renegar a herança fluvial, estigmatizada como símbolo de atraso e reminiscência da antiga Manaus. O conhecido epíteto de “Paris dos Trópicos” simbolizava a tentativa de inserir na cidade-selva um modo de vida cosmopolita, concebido como solução para os males associados ao atraso colonial e, sobretudo, como instrumento para apagar os vestígios de uma vida vinculada ao passado ancestral indígena. (OLIVEIRA 2014, p.162.)

Fig. 24 - Representação feita pela autora da Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus, levantada pelo engenheiro militar João Miguel Ribas, de 1895. O mapa evidencia as principais construções da Belle Époque Amazonense e demonstra, com exceção das igrejas como a Igreja dos Remédios (3) e Igreja da Matriz (4), o sentido de implantação contrário ao Negro.
Fonte: Autoral, 2026.



A consolidação urbana de Manaus foi inequivocamente marcada por intensas transformações ao longo da segunda metade do século XIX, impulsionadas pelo apogeu do ciclo da borracha. (LIMA 2014, p.91) Sob as lentes de um modelo eurocêntrico e higienista, a urbe foi reconfigurada pelo poder público e pelas elites para projetar uma imagem de civilização e progresso na Floresta Amazônica perante o mundo. Contudo, esta modernização operou de forma altamente segregadora.

A transformação não se limitou aos traçados urbanos; de forma marcante, a chamada "simbiose amazônica" deu origem aos primeiros processos de miscigenação. Em meio a convergências e contradições, a cidade e seus habitantes, caboclos e estrangeiros, expressam de maneira evidente essas manifestações culturais e sociais. O caboclo amazônico e as populações nativas, que protagonizaram a produção física da riqueza refletida na dita Paris dos Trópicos, foram sistematicamente excluídos do usufruto da malha urbana privilegiada, materializando uma profunda contradição entre a opulência gerada e a segregação imposta aos seus verdadeiros produtores. (BENCHIMOL 2009, p.13)

Paralelamente, o aumento exponencial da procura pelo látex desencadeou um intenso fluxo migratório para a Amazônia, com destaque para a transumância nordestina. Entre 1877 e 1920, fugindo de secas severas e atraídos pelo "ouro branco", cerca de 300 mil migrantes oriundos sobretudo do Ceará, mas também de outros estados do Nordeste, deslocaram-se para a região. (BENCHIMOL 2009, p.13) No entanto, a miragem da fortuna revelou-se uma falácia trágica que, em muitos casos, ceifou os sonhos e a vida destes trabalhadores. Longe de alcançarem a riqueza, estes migrantes depararam-se com uma realidade brutal que, tal como imortalizou Euclides da Cunha ao analisar este cenário, traduzia uma tremenda anomalia sociológica: o seringueiro tornou-se o "homem que trabalha para escravizar-se". (CUNHA 1999, p.9)

Esse processo migratório, financiado pelos coronéis da borracha e amparado pelo poder público, evidenciou os interesses econômicos das elites vinculadas à atividade gomífera. (LIMA 2014, p.92) O incremento exponencial da produção e o sucesso das exportações gomíferas alicerçaram-se no extremo desgaste físico, na insalubridade e, não raras vezes, na letalidade imposta a estes trabalhadores.

O seringueiro foi, portanto, a base da cadeia desse sistema econômico, tendo contribuição direta na elevada produção e exportação do produto final. Contudo, a riqueza gerada pelo ciclo da borracha contrastava com a realidade vivida pelos trabalhadores, marcadamente caracterizada pela exploração, pela pobreza e pela exclusão social.

Entretanto, embora a produção brasileira de borracha tenha apresentado expressiva expansão desde a década de 1860, verificou-se, paralelamente, um acentuado crescimento da produção asiática, fator que contribuiu decisivamente para a ruptura do monopólio brasileiro no mercado internacional. Esse cenário de declínio foi deflagrado a partir de 1876, quando o botânico inglês Henry Alexander Wickham contrabandeou 70 mil sementes de seringueira da Amazônia para o jardim botânico de Kew Gardens, em Londres, viabilizando as imensas e produtivas plantações britânicas no Sudeste Asiático. (BENCHIMOL 2009, p.236)

Nesse contexto, " *(...) Em 1920, foi definitivamente confirmada a falência da borracha na região. Assim, a Amazônia despedia-se definitivamente de sua fase áurea e mergulhava numa estagnação econômica que se manteria por várias décadas. A cidade de Manaus perdeu o ritmo efervescente e artificial proporcionando por uma situação financeira bastante favorável, ainda que displicentemente administrada desde a última década do século XIX. (...)*" (MESQUITA 2017, p.38)

Como consequência, a economia gomífera amazônica entrou em declínio progressivo, culminando na crise que marcou o início do século XX. Este hiato histórico, compreendido entre a queda das exportações do látex e a posterior implantação de um modelo de desenvolvimento induzido pela indústria, é classicamente denominado pela literatura como a "Crise da Borracha".

Inevitavelmente, a crise estendeu-se a toda a malha produtiva, atingindo os seringais e comprometendo a dinâmica de circulação suportada pelo transporte fluvial. Diversos núcleos urbanos de menor dimensão, que operam como entrepostos de abastecimento no longo trajeto dos rios até a capital, entraram em franca decadência em virtude da drástica diminuição da movimentação nos seus portos. Contudo, foi na capital amazonense que o colapso socioeconômico se manifestou de forma mais contundente e visível.

Os caboclos e ribeirinhos, especialmente os inseridos nos ecossistemas de várzea e historicamente não vinculados à extração exclusiva do látex, recorreram ao seu abrangente sistema de subsistência, assente na pesca, na agricultura itinerante e no extrativismo de múltiplos produtos florestais. Paralelamente, parte dos seringueiros logrou libertar-se do perverso sistema de **aviamento**[41], que os aprisionava num regime de servidão por dívidas perante os patrões, transformando-se em posseiros e agricultores nas terras dos antigos seringalistas falidos e dos seus descendentes. (BENCHIMOL 2009, p.156)

Ainda assim, um contingente significativo da população deslocou-se para os centros urbanos, especialmente para Manaus. Esses migrantes passaram a integrar os segmentos mais vulneráveis da sociedade, numa capital que começava a experimentar o declínio da prosperidade herdada do ciclo da borracha.

Tabela 01 - Evolução da população do Amazonas e da produção de borracha (1839–1922).
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Oliveira Junior (2009, p.33)

Período	População (hab.)	Produção de borracha (t)	Impactos Urbanos em Manaus
1839 - 1973	20.000 -> 57.000	2.500 -> 8.000	Formação da estrutura urbana provincial
1873 - 1889	57.000 -> 86.000	8.000 -> 20.000	Intensificação das migrações e expansão urbana
1889 - 1906	86.000 -> 250.000	20.000 -> 32.000	Modernização urbana
1906 - 1920	250.000 -> 380.000	32.000 -> 24.000	Crise econômica e crescimento da pobreza urbana
1920 - 1922	380.000 -> 360.000	Declínio do monopólio da borracha	Reconfiguração urbana da cidade
1920 - 1967	360.000 -> 720.000 (~12.000 na Cidade Flutuante em 1960)	Transição para comércio informal de produtos da floresta e prestação de serviços	Emergência e consolidação da Cidade Flutuante de Manaus na Orla do Rio Negro

41 **Aviamento:** "O sistema de aviamento foi uma rede de crédito e comércio baseada no endividamento, que estruturou a economia da Amazônia (sobretudo durante os Ciclos da Borracha). Funcionava através do adiantamento de mercadorias a prazo por grandes casas comerciais aos produtores locais, que pagavam a dívida com a produção extrativista. "

Sem capacidade para aceder ao solo consolidado em terra firme, esta população recorreu aos saberes vernaculares para ocupar o leito do rio Negro e os igarapés fronteiros à área central. Foi nesse contexto de reterritorialização que surgiu, a partir da década de 1920, a denominada **Cidade Flutuante**, um extenso assentamento construído sobre as águas, que se tornou simultaneamente um símbolo da decadência económica regional e da capacidade de resistência e adaptação das camadas populares. Essa ocupação persistiu até o final da década de 1960, quando foi removida de forma coerciva em decorrência das transformações urbanas associadas à implantação da Zona Franca de Manaus.

Fig. 25 – Linha do tempo, registrando os principais acontecimentos históricos que precedem e sucedem a Cidade Flutuante de Manaus, desenvolvidos nos subcapítulos seguintes**.**
Fonte: Autoral, 2026.



A Malha Líquida: morfologia, materialidade e vivência

" (...) Não foi lutando contra as águas, e sim aliado a elas, que o conquistador tomou pé na região, violou-lhe os mistérios, penetrou, colonizou, definiu um magnífico drama de posse e domínio. (...) " (SILVA 1940, p.10)

Quem vê as imagens desse aglomerado urbano a pincelar as águas do rio Negro, mal imagina a enorme comoção que ele causaria na mídia nacional e internacional. O trabalhador ribeirinho, os seringueiros falidos e os imigrantes que, outrora seduzidos pela promessa de riquezas do auge gomífero, viram-se marginalizados na capital, não tiveram outra opção senão intervir nessa costa. Utilizando o seu saber-fazer vernacular, eles não ergueram um assentamento pequenino, mas sim uma vasta e complexa malha urbana sobre as águas: **a Cidade Flutuante de Manaus.**

Fig. 26 - Vista aérea da Cidade Flutuante de Manaus na década de 1960, destacando o conjunto de habitações flutuantes instalado na orla da cidade, antes de sua remoção pelo poder público.
Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte.



Morfologia: casas, passeios e "rias"

O primeiro traçado do conjunto urbano remonta à ocupação inicial dos bairros periféricos da cidade de Manaus pela população marginalizada: Educandos, São Raimundo, Cachoeirinha, Vila Mocó, Constantinópolis. (VARELLA 2025, p.266) A crise da borracha fez estes bairros "incharem", e os limites da cidade se estenderam para áreas mais distantes, sem luz, água encanada e sem esgoto. Como resposta a essa crise, o caboclo *"(...) procura o meio ambiente, fixa-se nas casas palafitas nas beiras dos igarapés ou nas casas flutuantes: é o beiradão urbano. (...)"*. (SERRA; CRUZ 1964, p.19) Supõe-se que a primeira intervenção sobre as águas foi na década de 1920 no igarapé do Educandos.

O primeiro flutuante estritamente residencial de que se tem registro na capital foi construído por João Aprígio (SOUZA 2010, p.14), um migrante paraibano que, sufocado pelo alto custo de vida e pela impossibilidade de pagar aluguéis na cidade formal, ergueu uma casa sobre troncos para abrigar e alimentar a sua família nas águas desse igarapé. A partir desta iniciativa pioneira, outros moradores em situações de vulnerabilidade começaram a reproduzir este modelo no local.

Todavia, a zona central da cidade continuava a expandir-se com a chegada e saída de inúmeras embarcações diariamente. Nesse sentido, o **Mercado Adolpho Lisboa (fig.27)** consolida-se como um catalisador econômico que centralizou, adensou, e deu forma colossal à Cidade Flutuante. [42] A circulação exacerbada de feirantes, varejistas, agricultores e atravessadores que chegavam do interior fez com que as instalações do Mercado se tornassem pequenas, obrigando esse conjunto populacional a ocupar a praia do Rio Negro em períodos de vazante.

Para além disso, a Igreja dos Remédios funciona como principal referência de navegação espacial na memória de ex-moradores da cidade. Apenas no trecho do Rio Negro diretamente em frente à Igreja, estima-se que cerca de 850 flutuantes estendiam-se da margem até o meio do rio. (SOUZA 2010, p.164)

42 *"(...) A nomenclatura de Cidade Flutuante muitas vezes causa um entendimento dúbio, pois ora é usado para se falar do conjunto de habitações em territórios úmidos (SERRA E CRUZ, 1964) e ora para falar apenas sobre esse assentamento em frente ao Mercado Municipal (SOUZA, 2010; HEIMBECKER, 2014)."* SIMÕES, Isabella de Bonis Silva. **Habitação popular na área central de Manaus: processos de territorialização e de desterritorialização de palafitas e flutuantes.** São Paulo, 2022.

Era a partir da igreja que os moradores desciam a rua e acediam à complexa teia de pontes e passarelas de madeira que os guiava por sobre as águas até aos seus flutuantes. Para além disso, a Praça dos Remédios funcionava como um grande ponto de encontro, sociabilidade e de negócios diretos não apenas para a comunidade das águas, mas também para os imigrantes sírio-libaneses ali estabelecidos. (BENCHIMOL 2009, p.432) O templo era o elo físico e visual entre a cidade de pedra e a cidade móvel de madeira.

Ao contrário dos palacetes e edifícios da Belle Époque (como o Teatro Amazonas ou o Palácio da Justiça, que foram construídos de costas para as águas, negando o rio), a Igreja dos Remédios foi edificada de frente para o rio Negro, assumindo a função milenar de recepcionar aqueles que chegavam à cidade através da via flúvio-marítima. Dessa forma, a Igreja dos Remédios partilhava com a Cidade Flutuante a mesma vocação vernacular original: a íntima ligação, dependência e respeito pelo território líquido, algo que a elite excludente tentou apagar.

Fig. 27 - Vista aérea de Manaus na década de 1960, com destaque para o Mercado Adolpho Lisboa (à esquerda) e diversas embarcações atracadas, e a Igreja dos Remédios (à direita), com sua praça. É neste trecho do Rio Negro que surgira a Cidade Flutuante.
Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte.



A partir da década de 1920, impelidos pela escassez de recursos para adquirir terrenos na cidade formal, migrantes e trabalhadores passaram a reterritorializar as margens do rio Negro e os igarapés adjacentes. Tomando partido do conhecimento construtivo vernacular, essas populações marginalizadas começaram a erguer casas flutuantes e palafitas, estruturando uma densa malha urbana sobre as águas. Em seu auge, na década de 1960, a Cidade Flutuante de Manaus consolidou-se como um gigantesco aglomerado que chegou a abrigar cerca de 12 mil habitantes. (SOUZA 2010, p.12)

Ao contrário das aglomerações e favelas terrestres de outras capitais brasileiras, cujos moradores eram frequentemente empurrados para áreas periféricas e condenados a longos deslocamentos, esse assentamento possuía uma vida própria e um ecossistema socioeconômico. (VARELLA 2025, p.269) A sua localização central e ribeirinha permitia que grande parte dos habitantes trabalhasse diretamente no porto de Manaus, no Mercado Adolpho Lisboa ou nas inúmeras empresas, comércios e oficinas instalados no interior dos próprios flutuantes **(fig.28)**, garantindo-lhes um cotidiano de sustento e autonomia.

Fig. 28 - Atividade comercial na Cidade Flutuante de Manaus, destacando os armazéns flutuantes, o intenso fluxo de embarcações e a dinâmica de circulação de mercadorias e pessoas às margens do rio.
Fonte: Marcel Gautherot/Instituto Moreira Salles, 1950.



O rápido adensamento populacional dessa malha urbana informal atraiu uma diversidade de comerciantes que não possuíam recursos para arcar com os altos custos imobiliários e impostos do centro de Manaus. (SERRA; CRUZ 1964, p.1) Esse grupo, formado por migrantes nordestinos e imigrantes estrangeiros, com forte presença de portugueses, sírio-libaneses e judeus, criou um vigoroso ecossistema econômico sobre as águas: *"(...) abriram farmácias, bares, restaurantes, serrarias, galpões para oficinas industriais, armazéns e lojas para a venda de postas de pirarucu salgadas e exportações de peles de jacaré e de onça, borracha, sorva, ouro e contrabando (...)"*. (VARELLA 2025, p.268)

Ao escapar dos pesados tributos da cidade formal e comprar diretamente dos produtores ribeirinhos, o comércio flutuante conseguia praticar preços altamente competitivos. (SOUZA 2010, p.300) Essa política de preços inverteu o fluxo comercial, atraindo feirantes e compradores do próprio centro de Manaus, que desciam aos flutuantes em busca de mercadorias mais baratas.

Fig. 29 - Imagem interior de um flutuante de comércio, com destaque à venda de látex e pele de anaconda.
Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.



Movida pela inconstância sazonal do rio Negro, o assentamento obedecia ao ciclo hidrológico: durante as cheias, a malha flutuante subia vários metros pelo barranco, nivelando-se temporariamente à cidade de terra firme; na vazante, as casas desciam, acompanhando o recuo das águas. A reportagem abaixo descreve o fenômeno através da seguinte analogia:

Fig. 30- Reportagem "A cidade, prima pobre da outra, a flutuante, aguarda a cheia do rio."
Fonte: A Cidade em Foto, jornal O Gazela, 12 de março de 1964.



" (...) Primeiramente, é a prima pobre da outra, a flutuante. Anualmente cai na lama, num desespero tremendo. Só conhece o lado ruim da vida e, por isso mesmo, é assim tristonha. Imprensada entre o asfalto da Major Gabriel e o cimento da rua Igarapé de Manaus. Esperando assim, o rio subir, quando Deus favorece a todos, para melhorar um pouquinho.

Como vivem os moradores desses casebres, é a pergunta que talvez seja feita pelos que passam lá em cima na "Primeira Ponte". Será que esta gente toma banho? Onde? E as necessidades chamadas fisiológicas, como serão feitas? Ali mesmo? Ou será que vão pedir dos vizinhos lá de cima?

Possivelmente, ninguém até hoje, tenha pensado nestas pequenas coisas, mas que se tornam grandes e imprescindíveis, de modo isolado e estritamente pessoal, para o fulano que está "aperreado". Alimentação, promiscuidade, centenas de problemas repetidos em centenas de casos. Mas o rio há de subir, e tudo ficará melhor. Por algum tempo... (...) "

A Amazônia, com sua grande rede hídrica, permite a circulação da massa econômica em toda a sua periferia, sendo que a condição essencial para isso é a existência de um sistema de transporte eficiente que possa unir os núcleos econômicos. (SERRA; CRUZ 1964, p.20) Os rios amazônicos suprem a falta de estradas de rodagem, assumindo a função de autênticas vias arteriais. Cumpre ainda assinalar a sua função histórica, mencionada anteriormente no capítulo 01, como caminho obrigatório dos conquistadores e desbravadores que, pelos rios, ganharam o Acre, o vale do Apiaú e o do Javari, por exemplo, dissolvendo as fronteiras físicas.

A rigor, a selva densa nunca operou como uma barreira absoluta, pois o rio, como linha natural de comunicação, foi o vetor que integrou as zonas mais afastadas do território amazônico. (SILVA 1940, p.11) Não foi lutando contra o meio líquido, mas em íntima aliança com ele, que o homem amazônico desbravou, habitou e tomou posse do território líquido. Neste cenário, consolida-se como a principal artéria de circulação da Cidade Flutuante, sem a qual a própria existência da urbe seria inviável.

Consequentemente, o rio Negro ditava o ethos, as sociabilidades, os ciclos de comércio e a própria sobrevivência desta população. Mais do que uma fronteira natural ou um mero recurso paisagístico, as águas formavam o "chão" mutável onde o assentamento se erguia, estabelecendo uma relação de dependência orgânica e simbiótica com a natureza. As canoas, as **catraias**[43] e as **voadeiras**[44], para além da sua função veicular, eram extensões indispensáveis das próprias casas e dos corpos dos ribeirinhos, navegando pelas "avenidas" e canais deixados entre os blocos de flutuantes. (SOUZA 2010, p.162)

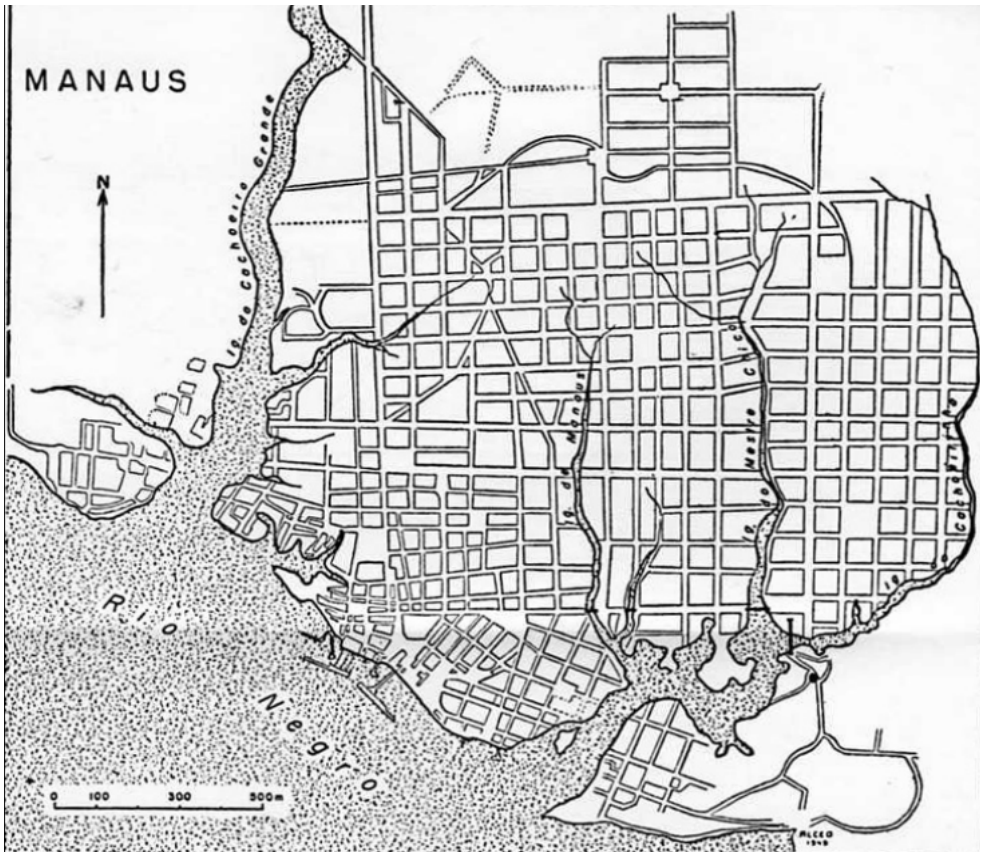
Enquanto a cidade formal (Manaus) tentava aterrar igarapés e pavimentar ruas, a Cidade Flutuante adotou a navegação contínua como a sua essência, articulando um vasto e complexo ecossistema viário de trapiches, pontes e "ruas líquidas". Como afirma o historiador Leno José Barata Souza, este circuito fluvial urbano, que além dos mais de 2 km de fronteira com o rio Negro era formado por outros igarapés, perfazendo quase 40 km de extensão total que nas mais diferentes direções penetravam Manaus adentro, possuía um significado muito mais profundo do que a geografia da época sugeria. (SOUZA 2010, p.162)

43 **Catraia:** "Embarcação pequena e robusta, com remos e vela triangular, geralmente usada na pesca (ex.: catraia sardinheira)." Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.
44 **Voadeira:** "Barco a motor muito veloz". Dicio, Dicionário Online da Língua Portuguesa.

Ao mapear a complexa teia formada pelo rio Negro e pelos principais igarapés da capital (Cachoeira Grande/São Raimundo, Manaus, Mestre Chico e Cachoeirinha/Educandos) em trabalho de campo na Amazônia em 1948, o geógrafo francês Pierre Gourou cunhou o neologismo "rias de Manaus" — uma justaposição das palavras "rios" e "ruas" — para conceituar esses vales afogados. Contudo, o "obstáculo natural" à circulação da cidade formal, para os moradores da Cidade Flutuante era a tradução literal do termo igarapé: os "caminhos que andam". (SOUZA 2010, p.162)

Como parte de seu próprio ecossistema, os passeios da Cidade Flutuante consistiam em pontes e passarelas de tábuas de madeira, que adentravam o leito fluvial formando uma rede de circulação pedonal. Segundo o pesquisador Matias Lenz, a extensão dessas vias flutuantes chegava a atingir mais de um quilômetro a partir da margem[45], estendendo-se "da praia do Mercado Municipal até ao meio da baía do Rio Negro." (SERRA; CRUZ 1964, p.31)

Fig. 31 - As Rias de Manaus. "Estes vales afogados dividem a cidade em compartimentos, constituindo obstáculos naturais à circulação urbana".
Fonte: Pierre Gourou, 1948. Revista de Geografia – Ano XI, N.3, Setembro de 1949.



45 LENZ, Matias Martinho et al. **"Os Flutuantes de Manaus", In: Revista da CODEAMA – Estudos Específicos no 2**, p. 06. Manaus, 1966.

Esse avanço ininterrupto para o centro do rio Negro evidencia a vitalidade territorial do assentamento, movido pela necessidade habitacional e disposição construtiva dessa população marginalizada. A percepção de que a água não representava uma barreira restritiva, mas sim uma matriz contínua e edificável era tão internalizada pelos habitantes que a expansão dessa malha parecia não ter limites físicos: de acordo com memórias da ex-moradora Creuza de Andrade, caso a Cidade Flutuante não tivesse sido coercivamente destruída pelas autoridades em 1967, a proliferação orgânica de suas ruas e casas "tinha chegado no outro lado do rio". (SOUZA 2010, p.207)

A largura dos passeios da Cidade Flutuante não apresentava uma padronização uniforme, variando drasticamente de acordo com a hierarquia da via. As vias secundárias, compostas por becos e vielas que interligam os flutuantes vizinhos, eram bastante estreitas, com dimensões que oscilavam entre 50 centímetros e cerca de 1,5 ou 2 metros no máximo (SERRA; CRUZ 1964, p.31), sendo frequentemente formadas por uma única tábua comprida a servir de ponte entre as moradias. Em contrapartida, nas ruas principais ou "corredores", destinadas a absorver o intenso e efervescente fluxo de pessoas, estivadores e mercadorias, várias tábuas eram pregadas lado a lado sobre as grandes toras de açacu, resultando em passarelas amplas que atingiam entre 4 e 8 metros de largura. (SOUZA 2010, p.177)

Fig. 32 – Sistema de circulação da Cidade Flutuante de Manaus, constituído por estreitas passarelas de tábuas de madeira justapostas, que conformam as vielas de acesso entre as residências e estabelecimentos comerciais. *Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.*



Se, por um lado, as passarelas e pontes de tábuas formavam a rede de circulação pedonal, por outro, o adensamento das casas, de um lado e de outro, delineava percursos aquáticos sinuosos e contínuos, interligando os mais diferentes territórios do assentamento. Os espaços vazios definidos pelo perímetro do rio entre as habitações configuraram "avenidas" líquidas, retomando a essência da água para o caboclo ribeirinho: uma extensão indissociável da sua própria identidade cultural.

Compreender a magnitude da Cidade Flutuante exige, portanto, reconhecer que o habitar sobre o rio não representou apenas uma resposta pragmática e adaptativa frente à exclusão fundiária imposta pela metrópole. Tratou-se, antes, da expressão material e poética de uma população que não concebe a existência longe do meio líquido e que, através de uma simbiose perpétua com a natureza, arquitetou o seu próprio espaço urbano, provando que aprendeu a fazer dos contínuos ciclos das águas um "magnífico drama de posse e domínio".

O levantamento dos economistas Celso Serra e Wilson Cruz feito em 1964 apontava como 2.145 o número total de construções flutuantes das mais variadas tipologias. Dentre elas, estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais:

Tabela 02 - Distribuição geográfica das casas flutuantes (1964). *Fonte: Elaborado pela autora a partir de Serra e Cruz (1964, p.37).*

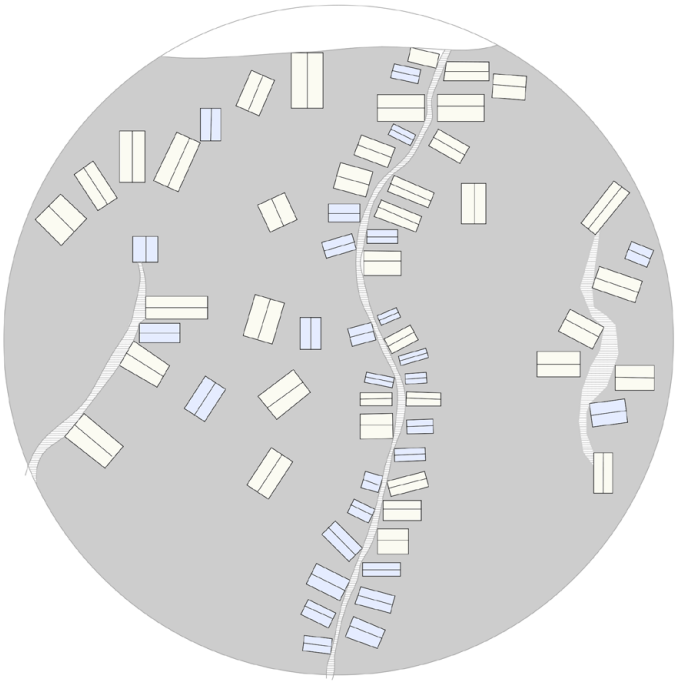
Localidade	**Número de casas**
Cidade Flutuante	**881**
Igarapé S. Raimundo	**246**
Igarapé S. Vicente	**104**
Igarapé Educandos	**914**
Total	**2.145**

Através da leitura em planta da Cidade Flutuante, elaborada através dos relatos de moradores e investigação documental **(fig.33)**, e do levantamento geográfico, feito por Serra e Cruz, nota-se a morfologia volátil e dinâmica da urbe ribeirinha. O seu traçado não era fixo: reconfigurava-se sazonalmente por meio de movimentos de expansão e aglutinação, acompanhando o rigoroso ciclo hidrológico de cheias e vazantes do rio Negro.

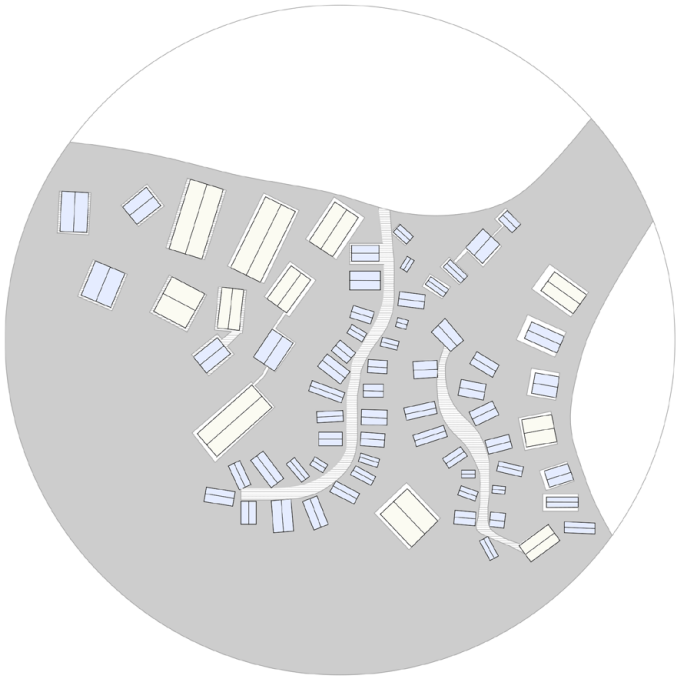
Para além disso, nota-se algumas zonas de alto adensamento comercial, especialmente no entorno do Mercado Adolpho Lisboa e nas regiões onde surgia uma praia nas vazantes do Rio Negro, com construções maiores e grandes armazéns. Já nas zonas periféricas e distantes do centro de Manaus, como os igarapés, há o predomínio de setores estritamente habitacionais, com instâncias disponíveis para aluguel e pequenas habitações mínimas.

Dessa maneira, a representação gráfica atesta que a Cidade Flutuante possuía o seu próprio zoneamento informal e funcional, revelando uma estratificação socioespacial que atravessa os limites físicos da cidade formal e adentra a malha líquida, manifestando-se em diferentes tipologias construtivas dos flutuantes.


Igarapé de S. Raimundo
Igarapé de S. Vicente
Manaus
Rio Negro
Porto Flutuante de Manaus
Igreja N. Senhora
dos Remédios
Mercado
Adolpho Lisboa
0
200m
400m
800m



Mercado Adolpho Lisboa
(predominantemente comercial)



Igarapé do Educandos
(predominantemente residencial)





Fig. 33 - Mapa de localização da Cidade Flutuante de Manaus (pág.55) na década de 1960, com aproximações (sem escala, pág.54) em duas zonas diferentes: à beira do Mercado Adolpho Lisboa e do Igarapé do Educandos, a fim de diferenciar o programa das duas zonas (amarelo: comércio; roxo: habitação). *Fonte: Autoral, 2026, baseado no levantamento feito por Serra e Cruz (1964).*

Materialidade: as diversas tipologias flutuantes

Para compreender a fundo essa diversidade estrutural, o testemunho oral de quem vivenciou este cotidiano atua como um documento histórico inestimável. Em entrevista concedida para esta investigação, a **ex-moradora Lígia Macedo**, de 72 anos, relata as nuances do seu antigo lar, desconstruindo o estigma de que o assentamento era um aglomerado uniforme. A entrevistada relata que morou na Cidade Flutuante quando tinha cerca de cinco anos de idade, permanecendo aproximadamente por dois anos. Com muito boa memória do período flutuante, atesta que, lado a lado com as habitações simples, existia uma certa diferenciação social manifestada fisicamente na materialidade dos flutuantes:

" (...) Olha como a maioria (das casas) é de palha... Por isso que eu te digo, não tinha um escalonamento, mas eu acho que a nossa casa era mais ou menos 'médio', não era de palha. Tinha dois pisos, por menor que fosse (...) Tinha teto de zinco. (...)"

A cobertura de palha da maioria das construções flutuantes era retirada das **palmeiras-buçu (fig.34)**, por ser um material abundante e barato. (VARELLA 2025, p.268) Para além disso, destacava-se pela sua fibra extremamente leve, o que favorecia a flutuação e equilíbrio das casas de madeira[46], e proteção térmica, atenuando a incidência dos intensos raios solares característicos do clima tropical de Manaus. Entretanto, com receio do alto risco de incêndios e goteiras causadas pelos fortes ventos das tempestades tropicais, **o zinco e o alumínio** começaram a substituir a cobertura em palha, popularizando-se a partir de meados da década de 1950. A literatura e entrevistas com moradores locais atestam que o uso de telhas metálicas revelou-se um índice de status social e prosperidade financeira da época.

46 ANDRADE, Moacir. **Manaus: ruas, fachadas e varandas**, p.179. Manaus, 1984.

Fig. 34 – Homem a transportar folhas da palmeira-buçu para utilização nas coberturas das habitações da Cidade Flutuante de Manaus.
Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.



Fig. 35 – Fotografia aérea da extinta Cidade Flutuante, década de 1960. Aqui, nota-se a diferenciação das coberturas de palha das telhas metálicas, revelando certa estratificação social.
Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte.



Fig. 36 – Toras de madeira sendo usadas como fundações estruturais para habitações informais.
Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.



Por outro lado, as construções eram em sua maioria constituídas de variados tipos de madeira. O alicerce vital das casas flutuantes consistia no uso de imensas **toras de açacu**, como mencionado no capítulo anterior. Essa madeira branca, leve e de baixíssima densidade era responsável pela flutuabilidade perfeita e resistência por décadas à ação da água, variando apenas em sua quantidade: *"(...) A depender das dimensões da casa a ser levantada, podiam ser necessários dois, três, quatro ou mais desses tronco-boias. Quando o açacu é serrado, dele escorre um óleo essencial que irrita os olhos e a pele. (...)"* (VARELLA 2025, p.267) Os troncos eram rigorosamente amarrados lado a lado por grandes vergalhões de ferro e fixados por vigas transversais, conhecidas localmente como *travejanos*. (SOUZA 2010, p.132)

Sobre esta plataforma flutuante, a estrutura da casa exigia uma seleção de outras madeiras. Para as paredes, divisórias e assoalho, o **louro-vermelho** era o material de eleição por ser um pouco mais pesado (ANDRADE 1984,p.180), na qual fixavam-se caibros de **andiroba** (VARELLA 2025, p.268), para conter as divisões internas e servir de suporte para a cobertura de palha ou metálica.

A madeira utilizada nas construções era obtida tanto diretamente da floresta quanto em serrarias que descartavam peças consideradas sem valor comercial. Posteriormente, duas serrarias de grande porte foram instaladas na própria Cidade Flutuante, onde os resíduos do beneficiamento eram lançados no rio e reaproveitados pelos moradores como matéria-prima para novas construções **(fig.37).**

Em uma segunda análise, as moradias flutuantes também variam em dimensão, de acordo com as necessidades e condições financeiras dos habitantes: de construções **muito pequenas (2x3 m)**, até construções mais amplas (4x7 m). (SERRA; CRUZ 1964, p. 38.) No geral, as habitações tinham uma ou duas peças, onde habitavam grande número de pessoas. Nesse sentido, propõe-se neste trabalho a categorização da urbe flutuante em quatro tipos fundamentais, em uma espécie de atlas tipológico: **A Moradia Mínima (A), A Casa Familiar Padrão (B), Uso Misto (C) e Serviços e Infraestruturas (D).**

Fig.37 – Toras de madeira a flutuar no Rio Negro. *Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.*



Na base dessa pirâmide tipológica e espacial, encontrava-se a casa mais humilde, **A Moradia Mínima (tipo A).** Pode não apresentar divisórias internas, numa espécie de espaço único com dimensões **diminutas (2x3 m),** que concentra todas as funções domiciliares e é destinado a população mais vulnerável. Geralmente com cobertura de palha, referido como "embriãozinho" (SOUZA 2010, p.190) por alguns dos antigos moradores da Cidade Flutuante.

Fig. 38 – Imagem de uma casa flutuante em período de vazante. Pela pouca quantidade de troncos de açacu, revela-se como uma construção com dimensões diminutas, podendo enquadrar-se como tipo A.
Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.



Em um estrato intermediário, figurava a **Casa Familiar Padrão (tipo B)**. Esse tipo de construção já alberga cozinha, sala e dormitórios, de dois a três por unidade, com dimensões que variavam entre **3x4 m a 3x5 m**. Eram flutuantes construídos pelos próprios moradores e iam recebendo melhorias com o tempo. (SOUZA 2010, p.160) A cobertura, no entanto, mantinha-se frequentemente em palha. Já as construções de maior porte, alcançavam os quatro ou cinco cômodos, e até sobrados de dois pisos. (VARELLA 2025, p.268) Nesse caso, sua distinção também era através da utilização de coberturas em chapa de zinco.

Fig. 39 – Flutuante de Manaus no Rio Negro. A pintura em azul e a cobertura em chapa de zinco podem evidenciar uma tipologia mais desenvolvida, como o tipo B.
Fonte: Revista O Cruzeiro de 08 de junho de 1963.



No topo da hierarquia arquitetónica e social, estavam os grandes flutuantes de comerciantes de **Uso Misto (tipo C)**, com dimensões que partiam dos **4x7 m.** Ao contrário das casas térreas, muitas dessas construções possuíam dois pavimentos, onde o piso térreo funcionava como armazém, comércio de regatões ou oficina mecânica e o piso superior estava destinado à habitação da família, como na residência da entrevistada Lígia Macedo:

" (...) Era em cima e em baixo. Então embaixo, era onde ele funcionava com o negócio de motor de barco, de lancha, esses 'negócio'. (...) Embaixo era uma oficina e em cima, era uma casa normal. (...) Só a cozinha que era embaixo. E em cima, era onde ficavam os quartos. (...) Mas isso era uma escolha da minha casa, não era padrão. "

Também notava-se diferenciação na posição geográfica destes flutuantes de grande porte, localizados em zonas mais afastadas do centro e da concentração mais próxima a orla da cidade e nos igarapés, como também disse a entrevistada:

" (...) e o nosso era na frente. O nosso não ficava dentro do miolo não, ficava (...) lá no litoral (...) ficava de frente para o rio, não tinha outro (flutuante) na frente. (...) "

Por fim, a Cidade Flutuante não era feita apenas de habitações. Também configuram-se flutuantes de **Serviço e Infraestruturas (tipo D)**, estruturas dedicadas exclusivamente à logística e à indústria. Haviam os "pontões", postos de combustíveis flutuantes que abasteciam a incessante frota de barcos e canoas, muitas vezes fundeados de forma autônoma (desgarrados das pontes) apenas com uso de âncoras gigantescas. (SOUZA 2010, p.185) Existiam armazéns monumentais de juta e borracha que chegavam a suportar cargas colossais de até 300 toneladas, apoiados em dezenas de imensas toras de açacu.

Para garantir a proteção das mercadorias, do maquinário e mitigar o risco de incêndios (especialmente nas oficinas e serrarias), utilizavam-se invariavelmente telhas de zinco ou alumínio. Devido à natureza inflamável de alguns serviços, como a venda de gasolina e diesel, os "pontões" de combustível possuíam uma implantação urbana distinta. Pelo risco iminente de incêndio, eles eram propositalmente desgarrados das grandes pontes e passarelas pedonais, sendo posicionados mais para o centro do rio. (SOUZA 2010)

A representação gráfica **(fig.41)** destes quatro tipos: desde a moradia mínima (o modesto "embriãozinho" de palha) até às imponentes construções de dois andares e aos robustos "pontões" logísticos, comprova que a urbe líquida possuía uma profunda e complexa diversificação e estratificação socioespacial. O assentamento refletia a capacidade financeira, a profissão e o status social dos seus habitantes, abrigando um ecossistema urbano completo, munido de habitação, comércio, indústria e serviços.

Fig. 40 – Imagem aérea da Cidade Flutuante de 1964. Na imagem nota-se a concentração de flutuantes de menor porte no "emaranhado" central.
Fonte: Arquivo Particular do Professor Otoni M. de Mesquita.



Em segundo lugar, conclui-se que, independente das disparidades de escala, uso e materialidade (a transição da palha de buçu para o cobiçado teto de zinco), todas os tipos assentavam sobre o mesmo "DNA estrutural": a genialidade da construção ribeirinha. Tanto a lavadeira no seu quarto de aluguel quanto o rico comerciante no seu armazém dependiam do mesmo conhecimento vernacular: a utilização estratégica e o superdimensionamento das imensas toras de açacu para garantir a flutuabilidade e a estabilidade contra os banzeiros.

Fig. 41 - Diagrama visual das quatro tipologias de flutuantes ribeirinhos. *Fonte: Autoral, 2026.*



Vivências: o dia-a-dia da população flutuante

"(...) A cada dia mais se completa, em elementos essenciais da vida, êsse mundo novo dos marginais dos igarapés; êles como que esqueceram a terra firme. (...)" [47]

"Agarrada a Manaus como as cracas no casco de um navio, a Cidade Flutuante adquiriu vida própria (...)" (VARELLA 2025, p.268), distanciando-se radicalmente da condição de um simples aglomerado provisório para se consolidar como um autêntico e vibrante ecossistema urbano. Através das incessantes idas e vindas de canoas e do entrelaçamento de suas pontes de madeira, a população moldou ali um território de sociabilidade, revelando a liberdade, a autonomia e a engenhosidade com que um povo marginalizado reinventou o habitar e o produzir sobre o mutável "chão" do rio Negro.

Em uma primeira análise, as espacialidades cotidianas dos moradores "flutuantinos" eram mediadas, sobretudo, pela relação indissociável da cidade com as águas. A interação com o Rio Negro ditava o ritmo da vida, os valores comunitários e as práticas de subsistência. Era uma convivência de submissão, adaptação e parceria orgânica com a dinâmica fluvial.

Fig. 42 - Crianças a banhar-se nas águas do rio, o seu grande lar. *Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.*



47 MENDES, Oswaldo. **Uma Cidade Flutua nos Igarapés**, revista Manchete, 04 de junho de 1955.

Entretanto, é imperativo que essa genialidade adaptativa e o saber-fazer ribeirinho não sejam romantizados. Longe de representar um idílio aquático, o habitar flutuante foi uma estratégia pragmática de sobrevivência de uma população marginalizada e historicamente desprovida de políticas públicas. Essa profunda simbiose com o meio líquido andava lado a lado com uma realidade de extrema vulnerabilidade social e insalubridade, marcada pela total omissão do Estado no provimento de gestão e infraestrutura básica. Sem qualquer sistema de esgoto ou coleta adequada de lixo, os dejetos humanos e os resíduos domésticos eram despejados diretamente no rio, como relata a entrevistada Lígia Macedo:

" (...) Iam diretamente para a água. Os livros não citam isso, eles enaltecem muito o fato de que não tinha plástico (na água), não tinha sujeira... não existia realmente... As outras sujeiras são sujeiras que elas se diluem, elas viram microscópicas (...) "

Como resultado, as mesmas águas represadas entre as toras de açacu que sustentavam as casas acabavam sendo utilizadas para o banho, lavagem e preparo de alimentos, aprisionando os moradores no que os pesquisadores da época definiram como um perigoso "ciclo das fezes" (SERRA; CRUZ 1964, p.40): descrito como a maneira mais eficiente de perpetuar as doenças do trato digestivo e as verminoses entre crianças e adultos, para além de desidratação, malária e outras doenças infecciosas. (VARELLA 2025, p.269)

Como a urbe foi *"(...) uma cidade que crescia vertiginosamente na frente de Manaus, (...) passando do pitoresco a altos riscos de saúde pública (...)"*[48], medidas como a criação de um serviço de Higiene Infantil dotado de Ambulatório foram cogitadas, em contrapartida à sua possível extinção. (SERRA ; CRUZ 1964, p.40)

Fica evidente, portanto, que a precariedade da Cidade Flutuante não derivou de uma incapacidade técnica ou cultural de seus habitantes, mas sim da negligência governamental, que negou o saneamento básico ao assentamento e, posteriormente, utilizou essa mesma insalubridade como pretexto higienista para a sua violenta erradicação.

48 BRAGA, Robério. **A Cidade Flutuante de Manaus.** Crônica para jornal.

A realidade do espaço interno e a superlotação nas habitações da Cidade Flutuante evidenciam a face mais dura e desconfortável desse modo de vida. Se, por um lado, a estratégia flutuante era engenhosa, por outro, o ambiente doméstico era marcado por uma extrema escassez de espaço, insalubridade e uma convivência de altíssima densidade: *"As casas são pequenas; geralmente de uma ou duas peças, onde habitam grande número de pessoas. Ambiente mal acomodados, insalubres e reduzidos."* (SERRA; CRUZ 1964, p.40)

Os levantamentos realizados na época por pesquisadores como Serra e Cruz atestam a gravidade dessa superlotação. Os dados revelam estatísticas extremas de adensamento:

Tabela 03 - Quantidade de pessoas por dimensão de flutuantes (1964). *Fonte: Elaborado pela autora a partir de Serra e Cruz (1964, p.38).*

Dimensão do Flutuante	**Número médio de pessoas Residentes**		
(metros)	Adultos	Crianças	Total
4x7	7	8	15
3x5	4	7	11
3x4	7	2	9
2x3	3	7	10

Os relatórios da época descrevem esses locais como ambientes "mal acomodados, insalubres e reduzidos", onde não havia o mínimo de conforto que tornasse a vivência suportável. Para contornar a falta de área útil, as redes de dormir eram armadas cruzando-se umas sobre as outras, empilhando as pessoas e preenchendo quase todo o volume do cômodo. O aperto era tamanho que, nos raros casos em que o morador possuía alguma cama no aposento, era necessário andar de lado para conseguir circular pelo interior da casa.

Devido à restrição extrema, os cômodos não possuíam funções delimitadas. A mesma e única peça era usada indistintamente como sala, quarto e cozinha por todos os moradores, enquadrada na **tipologia A (Moradia Mínima):**

"Não se pode qualificar os cômodos dos flutuantes com um termo preciso, porque eles são usados indistintamente para as mesmas funções – sala, quarto e cozinha. A sala, o quarto e a cozinha servem como dormitório. A média de cômodos por flutuante é de 2,565 cômodos. Da população total, 11,3% das famílias residem em habitações de um cômodo apenas; 35% em dois cômodos; 42% em três cômodos; 9,7% em quatro cômodos e apenas 2,5% em cinco cômodos." [49]

Agravando a sensação de confinamento e desconforto, as casas eram geralmente muito baixas e com pouco ou nenhum arejamento. (SIMÕES 2022, p.89) Como se a aglomeração humana não bastasse, era frequente que os habitantes tivessem que dividir essa mesma peça apertada com animais domésticos e de criação, como gatos, galinhas e até porcos, que se confundiam com as crianças num ambiente frequentemente insalubre e sem equipamentos sanitários. (SERRA; CRUZ 1964, p.40)

Apesar das inegáveis precariedades sanitárias e da exclusão imposta pelo poder público, a vivência na Cidade Flutuante era permeada por profundos laços de solidariedade, autonomia e por uma rica sociabilidade ribeirinha, aspectos frequentemente silenciados pela historiografia oficial. Longe de enxergarem o assentamento apenas como um reduto de miséria, muitos ex-moradores recordam a época com nostalgia, destacando a liberdade frente à exploração patronal e às burocracias terrestres.

Fig. 43 - Moradores realizando a lavagem de roupas nas águas do rio em frente à Cidade Flutuante de Manaus. *Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.*



49 SALAZAR, João Pinheiro. **Abrigos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da zona franca na habitação da população de baixa renda em Manaus.** São Paulo, 1986.

O habitar na malha líquida do Rio Negro representava um caminho mais suave e acessível para a maioria de sua população: não se pagava aluguel, já que não havia "terra de ninguém", mas sim a água: *"A água que é de todos e não tem dono, dá-lhe o espaço gratuito e livre para a construção da casa. O rio, que é a sua estrada e o seu sustento, assegura-lhe a freguesia de produtos e gêneros."* (SERRA; CRUZ 1964, p.10)

Diante da exclusão territorial pós-declínio da economia da borracha e da total ausência de políticas habitacionais voltadas aos mais pobres, a apropriação das margens fluviais tornou-se a solução mais racional e pragmática para os que buscavam sobrevivência na capital. Construir a própria morada sobre toras de açacu significava a libertação das pesadas amarras financeiras da cidade formal, assim como destaca a ex-moradora Lígia Macedo, quando perguntámos sobre a sua própria habitação:

"(...) Não, era do papai mesmo, ele mandou fazer. (...) Acredito que a maioria que se mudasse era porque você não pagava **IPTU** [50]*, você não pagava água, não pagava luz (...) mais acessível para as pessoas, eu acredito nisso."*

A luz do aglomerado urbano era fornecida pela Companhia de Eletricidade de Manaus, (VARELLA 2025, p.269) em emaranhados de fios elétricos em ligações precárias e sujeitas a curtos circuitos muitas das vezes, ou por geradores próprios da casa, como o da ex-moradora Lígia:

"(...) A maioria era por gerador próprio. Na minha casa, era gerador próprio. (...) Não eram muitas, creio eu, porque eram pessoas muito pobres. (...)"

Além da gratuidade do "lote" líquido, o rio assegurava a subsistência imediata, fornecendo o peixe para a alimentação diária direto do quintal de casa: *"(...) teriam casa com água à vontade para atender às suas necessidades e o rio ainda lhes daria o peixe para a alimentação. Era a forma mais racional de continuar a subsistir. (...)"* (SERRA; CRUZ 1964, p.10) Essa dinâmica conferiu ao ribeirinho uma autonomia inédita; para muitos trabalhadores, o flutuante representou a libertação da "dureza" do interior e do crônico endividamento

50 **IPTU:** Imposto Predial e Territorial Urbano. É um imposto cobrado todos os anos pelas prefeituras (governos das cidades) de quem tem uma casa, um apartamento, um terreno ou uma loja em uma área urbana.

(o sistema de "fiado") com os patrões dos seringais, permitindo-lhes viver e trabalhar sem a submissão a um regente ou a burocracias opressoras. (SOUZA 2010, p.210)

Contudo, ao avançar a análise sobre as relações de apropriação desse espaço, constata-se que a gratuidade do rio não impediu a reprodução das lógicas capitalistas de especulação dentro da própria malha líquida. À medida que a Cidade Flutuante se expandia e se consolidava, o espaço sobre as águas passou a ser alvo de intensa disputa e mercantilização. (SERRA; CRUZ 1964, p.31)

Se a água não tinha dono, as infraestruturas construídas sobre ela logo passaram a ter. Grandes comerciantes e locadores, percebendo a inesgotável demanda habitacional, começaram a financiar a construção de vilas e "estâncias flutuantes": carreiras de pequenos e insalubres quartos (os "embriõezinhos") construídos com o único propósito de serem alugados à população mais miserável, cobrando-se diárias ou mensalidades.

Dessa forma, evidencia-se uma profunda contradição no tecido da urbe flutuante: enquanto para alguns o habitar anfíbio representou a conquista da casa própria e a emancipação econômica frente ao Estado, para a parcela mais vulnerável da população "flutuantina", a ausência de "terra de ninguém" não os livrou da exploração, submetendo-os a um lucrativo mercado imobiliário informal que prosperava livremente sobre as águas do rio Negro. (SOUZA 2010, p.158)

Fig. 44 – Comércio ambulante de pães realizado por criança em pequena embarcação na Cidade Flutuante de Manaus. *Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.*



Entretanto, havia um forte senso de comunidade e ajuda mútua presente no assentamento flutuante, onde a atmosfera familiar ditava as regras de convivência. O ex-morador Francisco da Silva, entrevistado pelo historiador Leno José Barata Souza, corrobora essa visão ao relatar que "todo mundo era assim unido", (SOUZA 2010, p.281) descrevendo um cotidiano pacífico onde os vizinhos constantemente se ajudavam emprestando mantimentos e ferramentas com grande cortesia.

O epicentro dessa efervescente e prazerosa vida comunitária era a varanda das casas flutuantes, que funcionava como uma verdadeira praça sobre as águas e um elo entre o refúgio privado e a rua líquida. Era nesse espaço de transição que os vizinhos se debruçavam para colocar a conversa em dia durante as noites amenas, e onde as crianças encontravam o seu principal território lúdico: *"Os dias são de rotina. Chova ou faça sol, os habitantes da cidade têm a mesma coisa a fazer. Os homens saem a trabalhar "no pesado", as mulheres cuidam da casa ou lavam roupa e os meninos remam, pescam ou brincam. Nada muda em suas vidas. Elas são lentas e as mesmas, como se imitassem a imutabilidade do rio sôbre o qual as suas casas se erguem. Ainda aí o rio lhes dá o ritmo constante da cidade que flutua."* [51]

Fig. 45 - Vista da Cidade Flutuante e seus utentes. *Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.*



51 Revista O Cruzeiro. **A Colorida e Pobre Veneza do Amazonas**, de 08 de Junho de 1963.

A abundância e facilidade de acesso aos alimentos e serviços era outro ponto alto da vivência flutuante. A proximidade com o Mercado Adolpho Lisboa e a feira da praia garantia comodidade: canoas repletas de pães, sucos, peixes frescos, doces e frutas passavam diariamente nas portas das casas, transformando o próprio rio em uma via expressa de abastecimento que trazia os sabores da floresta diretamente para a mesa dos flutuantinos.(SOUZA 2010, p.279) Surpreendentemente, a percepção de conforto ambiental e sanidade também era defendida por vários moradores, que encontravam na dinâmica fluvial vantagens que a terra firme não oferecia. Relatos destacavam que as casas flutuantes possuíam um calor "muito mais ameno" devido à brisa constante do rio e afirmavam que a correnteza afastava os temidos mosquitos, garantindo noites tranquilas e sem **carapanãs.** [52]

Fica claro, portanto, que a Cidade Flutuante consolidou-se como um território de resistência afetiva e econômica, onde a população marginalizada soube extrair do rio não apenas a sua sobrevivência, mas também conforto, alegria e dignidade. Contudo, entraria em colisão direta com os interesses do Estado, culminando no apagamento da malha flutuante em 1967.

Fig. 46 - Vista de uma viela da Cidade Flutuante de Manaus, evidenciando o uso do rio para atividades domésticas, como a lavagem de roupas.
Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.



52 **Carapanã:** "Nome comum dos mosquitos pernilongos da família dos culicídeos; muriçoca." Dicio, Dicionário Online de Português.

Terra Firme *versus* Cidade Flutuante

"Coladas umas às outras, pintadas com cores alegres, as construções formavam um labirinto flutuante que serpenteava junto à margem do rio." (VARELLA 2025, p.268)A partir da década de 1960, o lado pitoresco da Cidade Flutuante chamou a atenção de veículos e turistas de todo o mundo, onde conhecer o Teatro Amazonas e aquele aglomerado habitacional sobre as águas passou a fazer parte dos passeios turísticos obrigatórios. A atração da mídia nacional e internacional pela Cidade Flutuante de Manaus transformou o assentamento marginalizado em um verdadeiro ícone global, mas essa exposição foi construída sob fortes estereótipos do exotismo e do burlesco. (SOUZA 2010, p.27)

Veículos de grande circulação nacional, como as revistas **Manchete** e **O Cruzeiro,** e publicações internacionais, como a revista suíça **Amazonie (1962)** e a portuguesa **Seara Nova (1963) (fig. 48),** estamparam a Cidade Flutuante com destaque em suas páginas. O tom dominante era o da espetacularização fetichista: as manchetes frequentemente apelidavam o local de "Veneza selvagem e tropical" **(fig.49),** "Favela Veneziana", "Veneza brasileira", além das alcunhas de "Xangai da Amazônia" ou "petite Venezia".

Fig. 47 - Visitantes registrando a paisagem da Cidade Flutuante de Manaus. A imagem evidencia o interesse de turistas e pesquisadores pela comunidade flutuante, cuja singularidade urbanística e relação com o ambiente fluvial despertavam curiosidade e atraíam visitantes durante as décadas de 1950 e 1960.
Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos.



A farta repercussão midiática e a venda de cartões-postais ilustrando o assentamento transformaram a frente da cidade em uma parada turística obrigatória. A curiosidade dos turistas estrangeiros (frequentemente chamados de "gringos") passou a movimentar a economia informal da região, garantindo polpudas gorjetas para os catraieiros (que transportavam passageiros dos grandes navios até a feira) e para os trabalhadores dos restaurantes flutuantes. (SOUZA 2010, p.376)

Fig. 48 - Página da revista "Seara Nova" que retrata a Cidade Flutuante de Manaus.
Fonte: Seara Nova, n.140, março de 1963.



seara nova

Antigos Directores: RAUL PROENÇA (1921-41) CÂMARA REYS (1921-61)

Director: AUGUSTO CASIMIRO

Director-adjunto: ROGÉRIO FERNANDES

Editor: JULIÃO QUINTINHA

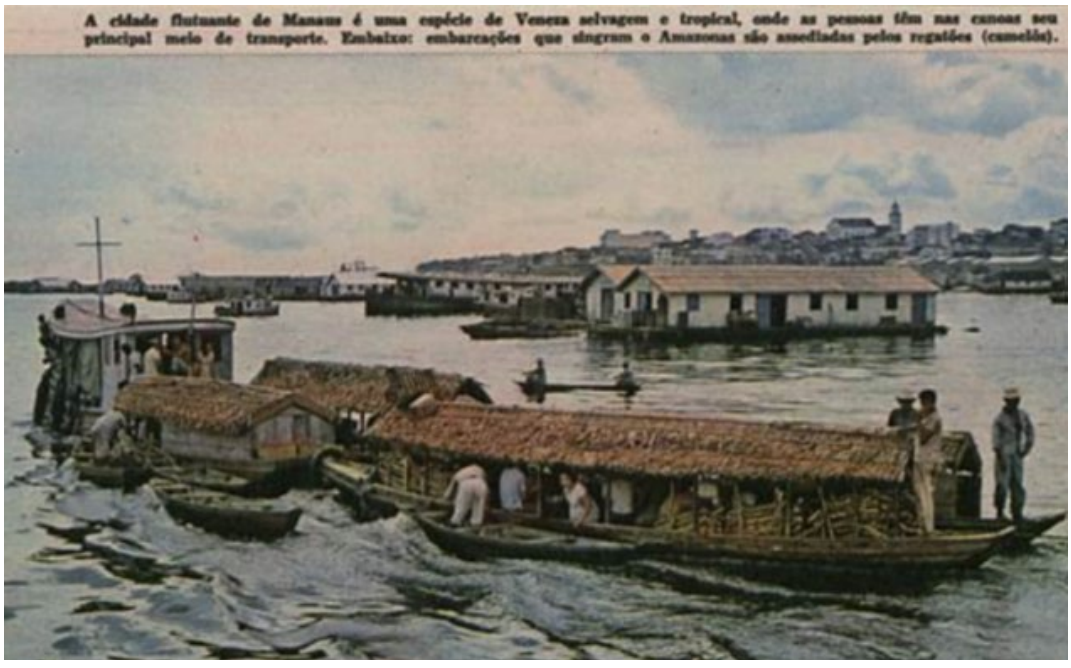
N.º 1409 • MARÇO DE 1963 • PREÇO 5$00

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Notas urgentes acerca das origens de BRECHT

MÁRIO VILAÇA

Fig. 49 - "A cidade flutuante de Manaus é uma espécie de Veneza selvagem e tropical, onde as pessoas têm nas canoas o principal meio de transporte. (...) "
Fonte: "Ao longo do Amazonas", revista Manchete, Rio de Janeiro, 1963.



A cidade flutuante de Manaus é uma espécie de Veneza selvagem e tropical, onde as pessoas têm nas canoas seu principal meio de transporte. Embaixo: embarcações que singram o Amazonas são assediadas pelos regatões (camelôs).

O apelo visual "selvagem" era tamanho que a Cidade Flutuante serviu, inclusive, como locação de cenário para produções cinematográficas internacionais, destacando-se o célebre filme franco-ítalo-brasileiro **"Os Bandeirantes" (Les Bandeirantes, 1960)**, realizado por Marcel Camus **(fig.50).**

Fig. 50 - Frames do filme "Os Bandeirantes" (1960), de Marcel Camus, retratando o dia-a-dia da Cidade Flutuante de Manaus.
Fonte: Reprodução pessoal, retirado do youtube.



O cotidiano da "cidade que flutua" era palco de análise fervorosa para sua grande platéia de visitantes e observadores **(fig.51):**

Fig. 51 -Página da revista O Cruzeiro, edição 39, Rio de Janeiro, 1962. *Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.*

"As Ruas da cidade são troncos de árvores. Para andar por elas, o pulo é uma proeza habitual. De tronco em tronco, a menina da foto à esquerda vai até a casa da vizinha. Um êrro de cálculo é banho certo. E fora de hora. O banho, entretanto, é livre... De dia ou de noite. Basta saltar ao rio (meninos nus) e mergulhar nas águas que lavam, alimentam e fazem a limpeza da cidade. (...)

Tudo se faz sôbre as águas e em função das águas, no rio largo e dadivoso. Êle está em tôdas as atividades, como um conviva de tôdas as casas e amigo de tôdas as pessoas. Por êle se anda, nêle se banha e, mais importante, dêle se come. Nêle se vive."



Um dos efeitos sociológicos mais marcantes da cobertura da imprensa foi a elevação da Cidade Flutuante ao status de símbolo máximo de Manaus. Como observou o intelectual Samuel Benchimol, a ocupação ribeirinha adquiriu tamanha fama que passou a rivalizar internacionalmente com o próprio **Teatro Amazonas** como os grandes emblemas da capital: *"(...) Dêste modo ela adquiriu notoriedade internacional, partilhando da fama do Teatro Amazonas como símbolos de duas eras que se distanciam no tempo, mas que se confundem nas suas raízes e origens."* (SERRA; CRUZ 1964, p.1)

A atração midiática operou como uma faca de dois gumes. Se por um lado a imprensa celebrou o pitoresco, por outro, essa mesma exposição constrangeu profundamente as elites e os políticos locais. As reportagens que exportavam a ideia de uma "favela aquática" geraram uma opinião negativa sobre as condições de Manaus: *"(...) o mais monstruoso conglomerado humano jamais conhecido no Amazonas e que já estava criando novos e graves problemas de natureza social e sanitária, alvo de reportagens fantásticas e de entrevistas em jornais brasileiros e estrangeiros, gerando, assim, uma opinião pública negativa ao Amazonas, principalmente à sua capital, Manaus, para onde se dirigiam diariamente turistas de todo o mundo.(...)"* (ANDRADE 1984, p.178)

Fig. 52 - Reportagem sobre a Cidade Flutuante: "(...) Vista de longe, a cidade flutuante é um curioso agrupamento de casas ancoradas à margem do rio Negro. Vista de dentro, é um formigueiro de homens, mulheres e crianças que, no remanso das águas, se agitam em sua pequena e aflita vida de sêres meio anfíbios. Manaus, perto, sorri. (...) "
Fonte: Página da revista O Cruzeiro, edição 39, Rio de Janeiro, 1962. Hemeroteca Digital Brasileira.



A visão internacionalizada de milhares de casebres flutuando na principal porta de entrada da cidade afrontava o projeto de modernização cosmopolita e industrial pretendido pelo Governo Militar, iniciado com o golpe militar de 01 de abril de 1964, e pela futura Zona Franca de Manaus. (SOUZA 2010, p.375) Ao expor a insalubridade do assentamento sob a ótica do "exotismo", a mídia inadvertidamente forneceu a justificativa higienista e estética de que o Estado precisava para rotular a urbe líquida como um "cancro urbano", culminando na sua violenta erradicação e desterritorialização até 1967.

Fig. 53 - Reportagem de jornal divulgando o início da extinção da Cidade Flutuante.
Fonte: O Jornal, 24 de outubro de 1964.

"Eis aqui uma vista da 'Cidade Flutuante', que tem determinado péssima propaganda de nossa terra em todo o País e até no estrangeiro. Felizmente, os seus dias estão contados. A sua sorte está decidida. As autoridades, no momento, dão retoques finais, para iniciar a extinção dessa originalíssima favela. É trabalho grandioso, de alta envergadura, a cargo do Govêrno Arthur Reis e da Capitania dos Portos."


CIDADE FLUTUANTE:

Eis aqui uma vista da "Cidade Flutuante", que tem determinado péssima propaganda de nossa terra em todo o País e até no estrangeiro. Felizmente os seus dias estão contados. A sua sorte está decidida. As autoridades, no momento, dão retoques finais, para iniciar a extinção dessa originalissima favela. E' trabalho grandioso, de alta envergadura, a cargo do Govêrno Arthur Reis e da Capitania dos Portos.

A desterritorialização do povo flutuante

A partir do Golpe do Estado de 1964 e a implantação da ditadura militar no Brasil, os rumos do espaço urbano foram abruptamente redefinidos, com reflexos decisivos na história do Amazonas. (SIMÕES 2022, p.103)

Com a chegada dos militares ao poder, foi nomeado um novo governador para o estado do Amazonas, o historiador **Arthur Cezar Ferreira Reis.** (REIS 1967, p.10) Alinhado aos ideais higienistas do regime e à necessidade de controle do território, Reis enxergava a arquitetura vernacular ribeirinha não como uma adaptação engenhosa, mas como uma "favela fluvial" anti estética que ameaçava a saúde pública e 'desembelezava' a fachada da capital amazonense.

Fig. 54 - Reportagem sobre o fim da Cidade Flutuante: "A chamada 'cidade flutuante', que tanto desfigurava o Porto de Manaus, estendendo-se pelos igarapés que serpenteiam pelo centro citadino, num figurante de miséria e atraso social, está desaparecendo, dia-a-dia. (...)"
Fonte: O Jornal, 07 de maio de 1965, p.07.



Trabalho ciclópico

Aristóphano Antony

A chamada "cidade flutuante", que tanto desfigurava o porto de Manáus, estendendo-se pelos igarapés que serpenteiam pelo centro citadino, num figurante de miséria e atraso social, está desaparecendo, dia a dia. Era ela, desde o começo do seu surgimento, incentivada pelos políticos que vivem sempre à cata de fotos, daí ter crescido de maneira assustadora, até se transformar num todo horrendo. Os pretendentes a cargos eletivos e os que, já exercendo mandatos populares, desejavam conservá-los, viam que ia ela aumentando cada vez mais. E nada faziam para prejudicá-la, a fim de não desgostar o eleitorado que nela se aglutinava, o que era desaconselhavel e prejudicial aos seus interêsses. Enquanto na orla portuária se expandiam os casebres, prejudicando as manobras e atracamento das embarcações, de vários portos, pelos riachos que cortam parte do centro urbano surgiam, em igual proporção, os chamados flutuantes que iam, diga-se a verdade, criando para os govêrnos um gravissimo problema social. Todos sabiam, na direção dos públicos negócios administrativos, que era necessário conter as construções inestéticas que se estavam transformando em quistos medonhos, tornando feia a cidade outróra livre de tantos monstrengos. Enquanto isto, circundando os armazens da Manáus Harbour, armavam-se bancas e tendas de uma diversidade impressionante, para a venda de produtos de tôda espécie, frutos e artigos de pechisbeques, especialmente, num espetáculo desgracioso e condenável que desafiava, positivamente, a repressão das autoridades.

X—X—X—X—X—X

O que estava havendo, quer em relação aos flutuantes, quer no tocante ao comércio da marretagem que se condensára nas proximidades do Mercado Municipal, exigia imediata providência. Não era mais possivel contemporizar, pelo crescendo em que iam as construções às margens do porto de Manáus, nos igarapés e nas cercanias de tôda a área pertencente à Manáus Harbour. Os govêrnos políticos não queriam, ou não podiam tomar a iniciativa de acabar com essas excrescências, que todos condenavam e os jornais, na sua unanimidade, repeliam. Era preciso aparecer alguém que tivesse a coragem de enfrentar êsse mal pernicioso, que atentava contra a moderna cilização. Foi quando surgiu na arena o capitão de mar e guerra Gilberto Ferraz, Capitão dos Portos. Dos seus entendimentos com o governador Arthur Reis, resultou o combate sem tréguas à extinção da "cidade flutuante", limpeza dos igarapés e exterminio total do comércio dos marreteiros com as suas tendas e barracas desmontáveis. O ilustre oficial de nossa Marinha de Guerra, na execução do seu trabalho inestimável, está prestando um serviço extraordinário à cidade, contribuindo valiosamente para a solução de um gravissimo problema social. Daí merecer, de tôdas as pessoas esclarecidas, de quantos viviam a condenar, com justificados motivos, as disformes favelas, aplausos e encômios gerais. Os marreteiros desapareceram dos lugares que antes ocupavam e os flutuantes, sem possiveis contemplações, que não seriam admissíveis na atual conjuntura, continuam sendo demolidos.

X—X—X—X—X—X

E' de esclarecer que a repulsiva "cidade flutuante" se transformára, há muito tempo, num conjunto onde havia de tudo quanto era de indesejável e perigoso à segurança pública. Lá estavam os fócos de contrabando, o comércio ilicito de diferentes modalidades, os lupanares mais sórdidos, os antros de ladrões e maconheiros, os redutos para lesar o fisco, as tendas dos batoteiros, a prostituição mais vergonhosa, os pontos de convergência do pior refugo humano. Além disso, era a nova Cafarnaum dos aleijados, dos paralíticos, dos cégos, dos miseráveis, dos leprosos, dos cancerosos e de doentes outros que, infelizmente, não poderiam esperar novos milagres de Jesús, como fizera ao tempo de Sua estada na Palestina. Tudo isto é de confranger o coração, mas constitula, devemos convir, um dano à coletividade, uma ameaça permanente, pela contaminação, pela licenciosidade e pela condescendência, à saúde e tranquilidade da população de Manáus. Todo êsse mal vem sendo extinto pelo comandante Gilberto Ferraz, apoiado que está pelo governador do Estado e pelas demais autoridades amazonenses. Seu trabalho é, de fato, além de delicado, ciclópico. Mas tem de ser concluido, o mais breve possivel, ainda que tenha de contrariar muita gente. A tarefa que iniciou é de extrema responsabilidade, disto êle sabe muito bem, mas nada o desanima, nada o faz recuar, pois é tenaz e de rara infibratura de caráter e honradez. Sem essas qualidades, que lhe são inerentes, talvez não levasse avante o seu empreendimento, porque as conveniências e o dinheiro possuem grande sedução...

Sob essa ótica, o governador referia a Cidade Flutuante:

"(...) Vimo-la, pela primeira vez em Genebra, em dois filmes que tinham por cenário o Brasil. Apareciam como páginas degradantes na vida de uma cidade. Quando assumi o govêrno e a vi diretamente, decidi exterminá-la. (...) Tivemos a cooperação da Capitania dos Portos, que se revelou eficiente, retirando moradores e extinguindo habitações. (...)" (REIS 1967, p.24)

Esse desmanche violento do habitar vernacular nos rios estava intrinsecamente ligado à preparação logística e ideológica para a implantação da Z**ona Franca de Manaus (ZFM)** em 1967: *"(...) em meio à política de "integração" nacional dos governos militares, quando se implanta na cidade uma zona de livre comércio, visando, (...) integrar uma região estratégica ao modelo internacional de produção capitalista."* (SOUZA 2010, p.14)

O novo modelo de desenvolvimento, ancorado no capital industrial e na importação tecnológica, exigia a desobstrução da orla central e do Porto de Manaus para facilitar a atracação e circulação de navios de carga, além de buscar projetar uma imagem cosmopolita, moderna e disciplinada para os investidores internacionais. Para viabilizar essa "limpeza" urbana, em 1965 foi criada a **Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM)**, (REIS 1967, p.121) que organizou comissões para elaborar um "amplo processo de remoção" dos mais de 2.500 barracos flutuantes ancorados no rio Negro e em seus afluentes.


362 casas populares da COHAB-Am

Este, é o Conjunto Residencial localizado no bairro da Raiz, nesta capital, constituido de 362 casas, e realizado pela Companhia de Habitação do Amazonas — COHAB-Am, com recursos do BNH. A sua inauguração ocorrerá amanhã, sob a presidência do governador Danilo Areosa, como parte dos festejos comemorativos do 4.º aniversário da Revolução de 1964. As suas casas são espaçosas, confortáveis, possuem condições de higiene e serão ocupadas por pessoas pobres, de proles numerosas, classificadas através do sistema selectivo estabelecido pelo Banco Nacional de Habitação. A sua localização é adequada, emoldurando a paisagem amazonense.

Fig. 55 - Matéria sobre a inauguração de casas populares construídas pela então Companhia de Habitação do Amazonas, no bairro da Raiz.
Fonte: O Jornal, 30 de julho de 1968.

A promessa oficial era transferir os moradores para conjuntos habitacionais dotados de infraestrutura, a serem construídos em áreas de terra firme e distantes do centro, como os bairros de **Flores** e da **Raiz (fig.56).** Em maio de 1965, sob o comando da Capitania dos Portos, começou o desmonte, que levaria cerca de dois anos para ser concluído.

Contudo, essa transição revelou-se precária e excludente. Assim, para prover habitação, o estado entregou o Conjunto Habitacional do bairro da Raiz com diversos problemas relativos ao abastecimento de água, ao saneamento de esgotos e ao transporte público, *"(...) além de que as áreas de circulação de pedestres não haviam sido acabadas. Os moradores circulavam em meio a matagais. (...)"*. [53]

Fig. 56 - Plano urbanístico do bairro da Raiz, arquitetos Luiz Carlos Antony e Fernando Pereira da Cunha. " (...) Foi eliminado, totalmente, a penetração de veículos no interior do bairro por se tratar de unidades populares cujos moradores, retirados da "cidade flutuante", têm o mais baixo poder aquisitivo da região e porque as distâncias são fáceis de se percorrer a pé. (...) " *Fonte: Antony e Cunha, Bairro da Raiz — Manaus: Urbanismo e Arquitetura, P.49. Rio de Janeiro, 1965.*

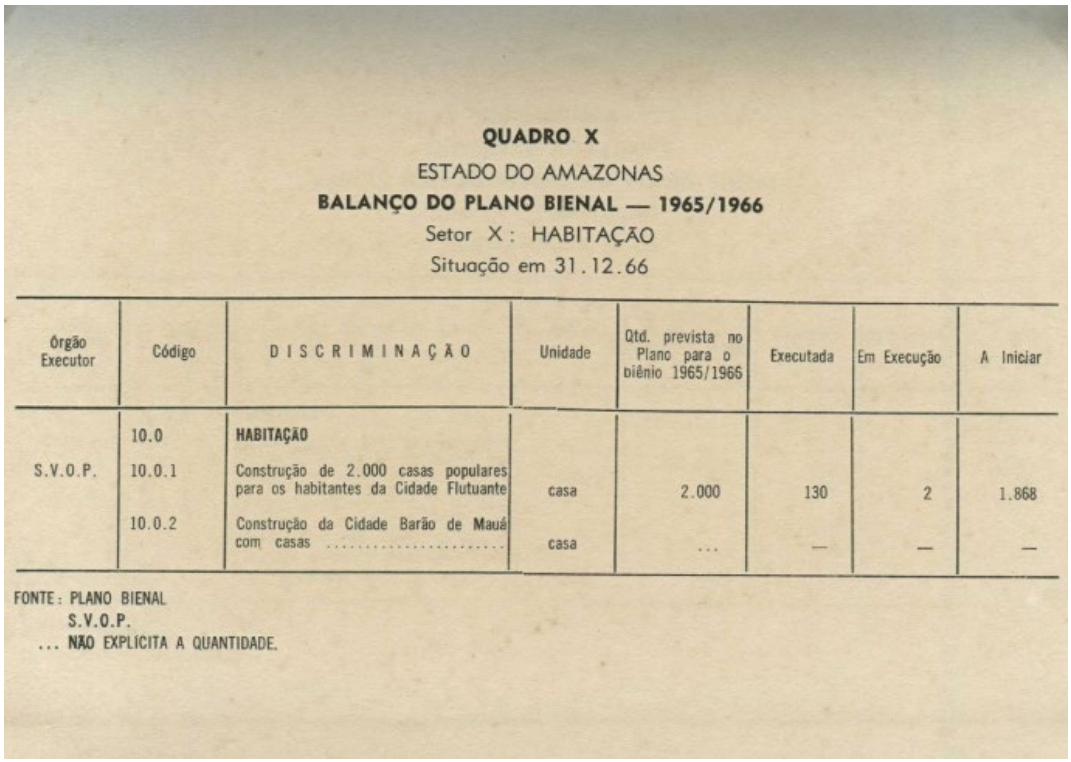


53 HEIMBECKER, **Vládia Pinheiro. Habitar na Cidade: Provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975**, p.124. Manaus, 2014.

Desorganizada, confusa e amparada na supressão de direitos do regime de exceção, a destruição das habitações flutuantes adquiriu contornos de expulsão compulsória e violenta, com flutuantes sendo rebocados, arrasados por guinchos e desmanchados "na marra" pelos agentes estatais. Nesse cenário, a promessa de dignidade dos conjuntos habitacionais foi sumariamente esquecida: do plano original de 2.000 casas populares previstas para abrigar a população flutuantina, apenas 130 unidades foram efetivamente entregues até o final de 1966. (VARELLA 2025, p.270)

Como consequência direta dessa brutal desterritorialização, milhares de desabrigados, de uma população extirpada das águas estimada em 12 mil moradores, migraram compulsoriamente para a periferia mais distante, forçando a floresta a recuar e ampliando os limites da cidade de forma desordenada. A ocupação dessas áreas, invariavelmente sem serviços públicos nem saneamento básico, originou e adensou loteamentos clandestinos em bairros como Santa Luzia, São Jorge, Cachoeirinha, Aparecida, Mocó e a Compensa (este último surgido a partir de 1968 em antigas terras rurais, e que se tornaria um dos mais populosos de Manaus). (VARELLA 2025, p.270)

Fig. 57 – Demonstrativo do Plano Bienal do Estado do Amazonas (1965–1966), indicando a previsão de construção de 2.000 unidades habitacionais para os moradores da Cidade Flutuante de Manaus, sendo entregues apenas 130.
Fonte: Como governei o Amazonas, Arthur Reis, p.123.



QUADRO X
ESTADO DO AMAZONAS
BALANÇO DO PLANO BIENAL — 1965/1966
Setor X: HABITAÇÃO
Situação em 31.12.66

Órgão Executor	Código	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Qtd. prevista no Plano para o biênio 1965/1966	Executada	Em Execução	A Iniciar
	10.0	**HABITAÇÃO**					
S.V.O.P.	10.0.1	Construção de 2.000 casas populares para os habitantes da Cidade Flutuante	casa	2.000	130	2	1.868
	10.0.2	Construção da Cidade Barão de Mauá com casas	casa	...	—	—	—

FONTE: PLANO BIENAL
S.V.O.P.
... NÃO EXPLICITA A QUANTIDADE.

Fica evidente, portanto, que o choque entre a imposição do modelo industrial da Zona Franca e o apagamento autoritário do patrimônio vernacular ribeirinho não solucionou a crise habitacional. Em vez disso, Manaus ficou cercada por um vasto cinturão de pobreza, transferindo a precariedade que flutuava à vista no centro para as margens ocultas e esquecidas da cidade firme.

Mais uma vez, a cidade que aspirava consolidar-se como metrópole buscava eliminar aquilo que destoa da imagem de modernidade que pretendia projetar. Tornava-se necessário remover o que era percebido como feio, pobre e incompatível com o ideal de progresso, isto é, tudo aquilo que evidenciava as consequências da estagnação econômica vivida por Manaus após o declínio das exportações da borracha. Nesse contexto, a Cidade Flutuante foi convertida em símbolo do atraso, justamente por representar uma forma de ocupação surgida em decorrência da crise que sucedeu o apogeu da economia gomífera.

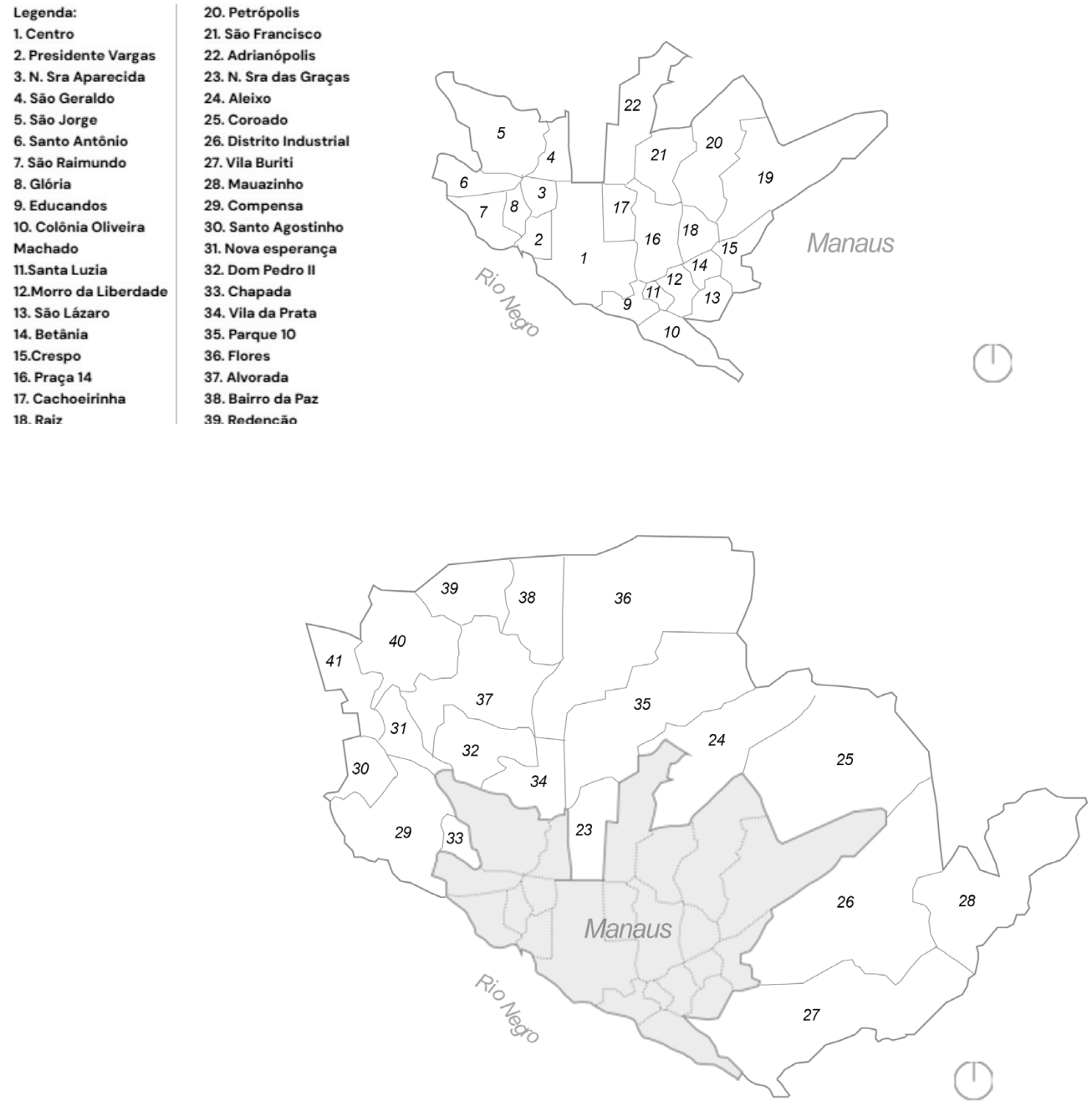
Com o fim do Regime Militar e o avanço do processo de redemocratização na década de 1980, esperava-se uma ruptura nas políticas urbanas autoritárias que haviam decretado o fim da Cidade Flutuante. No entanto, a transição para a democracia não significou o fim da violência nas políticas habitacionais, nem a mitigação da lógica higienista em Manaus. (SIMÕES 2022, p.22)

A contínua atração populacional gerada pela Zona Franca de Manaus (ZFM), aliada ao severo déficit de moradias, intensificou a difusão da mancha urbana. As populações marginalizadas e os antigos habitantes das águas, repetidamente desterritorializados do centro, foram empurrados para os limites da floresta, consolidando um forte vetor de expansão em direção às Zonas Norte e Leste da cidade.

Foi durante a década de 1980 que o poder público passou a abrir uma série de maciços loteamentos em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura básica, originando bairros na Zona Leste, como São José, Zumbi dos Palmares e Armando Mendes. (GREGÓRIO 2019, p.79) Simultaneamente, na Zona Norte, ergueu-se o gigantesco conjunto Cidade Nova (construído entre 1982 e 1990), que abrigou milhares de pessoas em um território inicialmente sem escolas, postos de saúde ou supermercados.

Paralelamente à ação estatal, a extrema urgência por teto gerou extensas ocupações irregulares (frequentemente estigmatizadas como “invasões”), adensando áreas como Coroado e Jorge Teixeira a Leste, e Santa Etelvina e Colônia Santo Antônio ao Norte. (LIMA 2014, p.117) Assim, a metrópole redemocratizada resolveu sua “estética central” transferindo a precariedade para um vasto cinturão de pobreza periférica.

Fig. 58 - Diagramas a demonstrar a evolução dos bairros e da malha urbana em Manaus.
Fonte: Elaboração própria, com base no mapa de Isabella Simões (2022, p. 124), em 2026.

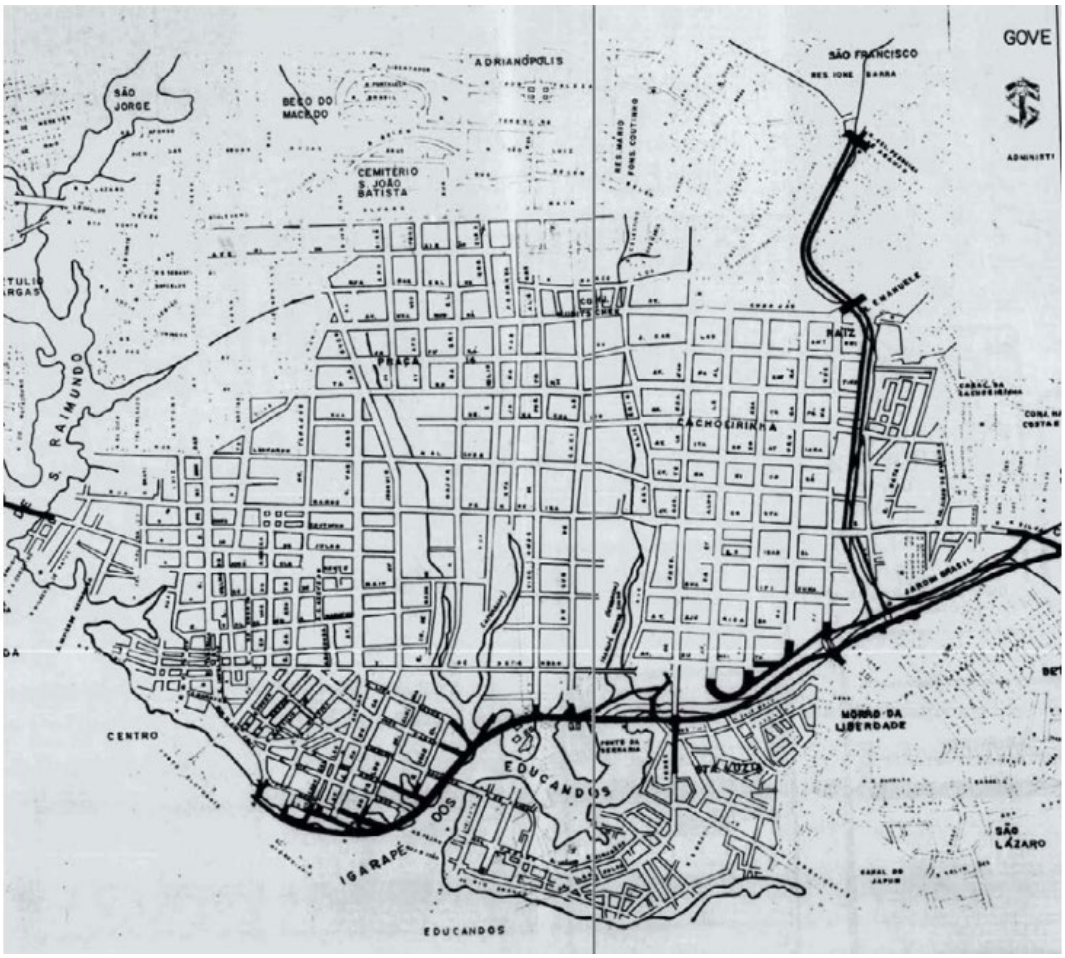


A “Guerra aos Flutuantes” e o Projeto Manaus Moderna

Com a orla principal limpa dos flutuantes e o comércio da Zona Franca consolidado, o poder público redirecionou seu ímpeto modernizador para o outro tipo de habitação úmida que ainda resistia: as palafitas que adensavam os igarapés intraurbanos. Para combater esse cenário e adequar a cidade às exigências logísticas do modelo capitalista industrial, o Governo do Estado, sob a gestão de Gilberto Mestrinho na segunda metade da década de 1980, lançou o ambicioso **Projeto Manaus Moderna.** (SIMÕES 2022, p.129)

O escopo central do projeto consistia na construção de uma grande via de cinco quilômetros **(a Avenida Beira Rio),** desenhada para interligar o Porto de Manaus diretamente ao Polo Industrial de Manaus (PIM), facilitando o escoamento de cargas.

Fig. 59 - Mapa retirado de reportagem sobre o projeto Manaus Moderna. Nota-se com a grossura do traçado da nova via rápida, o quão forte era o desejo de dissociar a terra firme com o rio. *Fonte: Jornal do Comércio, edição n. 34008 de 27 agosto de 1986.*



Contudo, a realização dessa obra viária exigia o saneamento, a drenagem e o aterramento de trechos significativos de importantes igarapés centrais, como o da Cachoeirinha, Mestre Chicos e Bittencourt. (SIMÕES 2022, p.129) Mais do que uma obra logística, a **Manaus Moderna** carregava um profundo peso simbólico: a avenida passaria exatamente em frente ao Mercado Municipal Adolpho Lisboa e à Escadaria dos Remédios, território outrora ocupado pela Cidade Flutuante.

A intenção era selar definitivamente o fim da ocupação ribeirinha na frente da cidade, enterrando o que era compreendido como "atraso" para dar lugar ao novo, à velocidade e ao asfalto. Entretanto, apesar de ter sido formulado em um período de transição democrática, o projeto Manaus Moderna revelou fortes traços de autoritarismo. A iniciativa foi imposta de forma vertical, sem diálogo com a população afetada, gerando um clima de incerteza e medo entre feirantes e moradores dos igarapés que desconheciam seu destino.

Em suma, a Manaus Moderna atuou como uma continuidade ideológica do projeto de erradicação iniciado por Arthur Reis na Ditadura Militar. A sua execução provou que, mesmo sob a redemocratização, o Estado continuou optando por tratar a cultura anfíbia como um problema a ser soterrado sob concreto, preparando o terreno metodológico para intervenções futuras e ainda mais drásticas no século XXI, (SIMÕES 2022, p.147) e reafirmando que o progresso da metrópole amazonense se deu às custas do apagamento de sua identidade ribeirinha e da violenta exclusão de seus cidadãos mais pobres.

Fig. 60 - Vista aérea da então avenida Beira Rio (Manaus Moderna), atual avenida Lourenço da Silva Braga, ainda não concluída, entre as décadas de 1960 e 70.
Fonte: Biblioteca Samuel Benchimol, Instituto Durango Duarte.



Reflexos no século XXI e proposições futuras

Em uma última análise, no alvorecer do século XXI, a lógica higienista e excludente que ditou o fim da Cidade Flutuante foi reeditada sob uma nova roupagem institucional: **o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)**. Financiado com recursos de bancos internacionais a partir de 2006, o programa interveio de forma drástica na paisagem cultural da cidade, aliando obras de saneamento à retificação e ao aterramento dos igarapés intraurbanos, o que promoveu o deslocamento compulsório de grande parte dos moradores de palafitas para loteamentos periféricos ou outros bairros. (HEIMBECKER 2014, p.28)

Tal como ocorrera na década de 1960 sob a égide do Regime Militar, o poder público valeu-se de um forte discurso de modernização para justificar o apagamento da cultura anfíbia. Em vez de reconhecer e qualificar a arquitetura vernacular existente, o Estado optou por canalizar os cursos d'água e erguer conjuntos habitacionais sobre os leitos aterrados, ignorando a paisagem outrora rica e socialmente complexa para substituí-la por um cenário genérico e homogeneizante, onde a água perdeu definitivamente o seu lugar para o asfalto e as avenidas.(GREGÓRIO 2019, p.86)

Fig. 61 - A construção do Parque Residencial Manaus, sobre o antigo igarapé de Manaus pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim).
Fonte: Durango Duarte, 2007.



Essa estratégia de “limpeza” urbana culminou na quase extinção das moradias úmidas na região central de Manaus, aprofundando ainda mais a periferização da pobreza e a exclusão da população ribeirinha. Fica evidente, portanto, que a erradicação da Cidade Flutuante não foi um evento isolado, mas sim o marco fundante de um contínuo e violento ciclo de desterritorialização, consolidando uma metrópole que insiste em virar as costas para os seus rios.

Contudo, diante do esgotamento desse modelo excludente de urbanização e da urgência imposta pelas atuais crises climáticas extremas, torna-se imperativo questionar: haveria outros caminhos possíveis? É precisamente a busca por novos paradigmas: revisitando a capacidade adaptativa, a modularidade e a sustentabilidade da arquitetura flutuante do passado como matriz inspiradora para as cidades resilientes do amanhã, que será objeto de análise e discussão do próximo capítulo.

Fig. 62 - Vista aérea do centro de Manaus na década de 1970.
Em destaque, à direita, a Avenida Eduardo Ribeiro e o Teatro Amazonas, cuja implantação urbana revela uma orientação voltada para o interior da cidade, mantendo suas fachadas principais de costas para o rio Negro. Na orla do rio Negro, são visíveis estruturas flutuantes remanescentes que evidenciam a persistência das formas tradicionais de ocupação das águas, mesmo após o processo de remoção da Cidade Flutuante ocorrido em 1967.

Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte.



Das Margens ao Futuro: A Cidade Frente à Água
Risco, resiliência e oportunidade

"As cidades não podem viver de costas viradas para o mar ou de costas para os rios. O urbanismo, a arquitetura, não podem estar alheados dos desafios urgentes que a nova ordem ambiental exige. O futuro, também a este nível, é incerto (e essa talvez seja a única certeza)." [54]

Em uma última abordagem desta investigação, torna-se imperativo investigar se a morfologia urbana anfíbia, desenvolvida historicamente de forma espontânea pelas populações tradicionais, pode servir como matriz de resposta contemporânea frente às severas crises climáticas globais, através da proposição de novos modelos de cidades modulares flutuantes, a partir da análise central da pesquisa: **a Cidade Flutuante de Manaus (1920-1967).**

"O fenômeno da globalização, das alterações climáticas e das suas consequências em termos ambientais originou a emergência de novas áreas do saber e de investigação, com o subsequente surgimento de novas estratégias políticas nacionais e internacionais e de novas dinâmicas locais de intervenção". (COSTA 2013, p.12) Nesse sentido, o tecido urbano age como protagonista na resposta para o desenvolvimento sustentável, palco onde se propõem novas técnicas e estratégias de adaptação, manifestadas a partir dos materiais ou saberes vernaculares.

O sistema dinâmico que constitui as paisagens costeiras ou ribeirinhas implica que estas são altamente suscetíveis à transformação e constante mudança, através do aumento de eventos climáticos extremos e processos erosivos, acrescidos à vulnerabilidade desses espaços ao aumento do nível do mar. (PROENÇA 2025, p.81) De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), na segunda publicação do Sexto Relatório de Avaliação (AR6), intitulada Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade, a subida do nível do mar poderá afetar diretamente mais de mil milhões de pessoas até 2050 e colocar em risco infraestruturas costeiras avaliadas entre 7 e 14 bilhões de dólares até 2100. [55]

54 Costa, João Pedro. **Urbanismo e Adaptação às Alterações Climáticas: As Frentes de Água.** Lisboa, 2013.
55 IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Working Group II contribution to the Sixth Assessment Report (AR6). Cross-Chapter Paper 2: Cities and Settlements by the Sea.**

Perante esse cenário incerto, as estratégias tradicionais de planeamento urbano, historicamente pautadas no controle rígido, no aterramento, na impermeabilização do solo e combate frontal à dinâmica da água revelam-se obsoletas. [56] Em contraponto, as diretrizes de adaptação delineadas por órgãos internacionais e painéis científicos, como o IPCC, sugerem a necessidade de *"acomodação" ou "entrega" (surrender)*, (WATSON 2021, p.68) estimulando o redesenho de infraestruturas físicas e políticas capazes de coexistir com as águas. É neste limiar que o saber-fazer e a memória da **Cidade Flutuante de Manaus** deixam de ser encarados como vestígios de um assentamento precário e vulnerável para se consolidarem como objeto de reflexão e inovação espacial.

Conforme discutido ao longo desta pesquisa, a Cidade Flutuante de Manaus materializou, por meio do saber fazer vernacular, soluções construtivas precisas: desde a flutuação responsiva assegurada pelas toras de **açacu,** até o equilíbrio das edificações projetadas para resistir aos violentos **banzeiros** do rio Negro. Sem recorrer a uma romantização ingênua que silencie a precariedade sanitária decorrentes do abandono estatal que caracterizou o assentamento histórico, o resgate dessas diretrizes morfo-tipológicas permite a extração de parâmetros objetivos de resiliência e adaptabilidade tecnológica.

Para que essa herança construtiva responda com segurança e salubridade às demandas contemporâneas, propõe-se neste capítulo um diálogo integrativo com as inovações tecnológicas de regeneração ambiental e engenharia ecológica do século XXI. Ponderar essas respostas, portanto, significa que o território flutuante pode ser uma alternativa viável, sustentável e identitária capaz de absorver os choques climáticos e ambientais.

56 FIALLO CARDONA, Gloria Carolina; GIRALDO-MARTÍNEZ, Laura; PESOA-MARCILLA, Melisa. **Drawing with water: the Bogotá River territory. Fuzzy Boundaries: Threshold between Water and Land,** p.48. Londres, 2025.

O Habitar Anfíbio como Oportunidade

Conforme discutido anteriormente neste trabalho, o habitar sobre as águas não constitui um fenômeno exclusivo da Amazônia. Pelo contrário, configura-se como uma estratégia global de adaptação humana, presente em diferentes geografias, culturas e continentes ao longo da história.

Exemplos paradigmáticos dessa inteligência construtiva vernacular remontam à antiga Mesopotâmia, "a terra entre rios", onde, nos pântanos do sul do atual Iraque, o **povo Madan** desenvolveu formas de habitar profundamente adaptadas ao ambiente aquático. (BLECHER 2018, p.9) Entre elas, destaca-se a arquitetura dos *mudhif,* construções assentes sobre ilhas artificiais flutuantes denominadas *kibasha*. **(fig.63)**

Mesmo no contexto do Norte Global, o habitar flutuante consolidou-se historicamente como uma estratégia de resiliência e apropriação socioespacial nas margens das metrópoles. Essa prática pode ser observada tanto nas comunidades flutuantes de **Lake Union, em Seattle** (BLECHER 2018, p.23) — que evoluíram de abrigos destinados a trabalhadores madeireiros, construídos sobre plataformas de cedro maciço, para bairros anfíbios permanentes —, quanto às experiências orgânicas e informais de **Fredens Havn, em Copenhaga (fig. 64).** Neste último caso, a arquitetura autoconstruída e baseada no reaproveitamento de materiais constitui uma forma de apropriação do espaço que tensiona as normas convencionais de planeamento urbano e ordenamento territorial. (BLECHER 2018, p.18)

Fig. 63 e 64 – Fotomontagens sem escala dos dois tipos de construção flutuantes citados: do povo Madan, os mudhif, do sul do Iraque; e a de Fredens Havn, casas informais feitas com barris de metal, em Copenhaga.
Fonte: Marshall Blecher, Waterworlds: A survey of floating communities around the world, 2018, p.10 e 18.





Muitas vezes estigmatizadas pelo viés higienista do planeamento urbano estatal, que as rotula como sintomas da pobreza, estas manifestações materializam o conceito de "Lo-TEK" formulado pela arquiteta Julia Watson. (WATSON 2021, p.57) O termo resulta de um jogo de palavras que contrapõe a noção reducionista de **low-tech**, frequentemente associada de forma errónea às soluções vernáculas como sinónimo de algo "primitivo", "rudimentar" ou "pouco sofisticado", à sigla **TEK (Traditional Ecological Knowledge, ou Conhecimento Ecológico Tradicional).**

Definido pelo campo da antropologia, o Conhecimento Ecológico Tradicional (TEK) consiste num corpo cumulativo e dinâmico de saberes, práticas, crenças e modos de fazer, transmitidos intergeracionalmente, que estruturam a relação simbiótica entre as comunidades locais e os seus ecossistemas. Assim, o modelo **Lo-TEK** alinha-se com os valores contemporâneos de sustentabilidade ao propor infraestruturas de baixo impacto ambiental, reduzido consumo energético e custo acessível, mas que possuem uma complexidade ecológica e adaptabilidade espacial. (WATSON 2021, p.58)

No contexto atual de crise climática e imprevisibilidade hidrológica global, a reinterpretação e a tradução destas táticas vernáculas para o planeamento urbano contemporâneo fornecem quadros conceituais e metodológicos para desenhar estratégias de adaptação e resiliência comunitária que trabalham a favor da dinâmica da água, e não contra ela. [57]

Em uma segunda análise, o assentamento da Cidade Flutuante de Manaus coloca em evidência uma das distinções fundamentais que separam as comunidades flutuantes dos assentamentos terrestres: uma fronteira ontológica que as dota de um potencial transformador, ao mesmo tempo que as expõe a complexidades de difícil resolução. Esta dualidade reside, crucialmente, no vácuo de precedentes legais e na total ausência de regulamentações, ordenamento e controles institucionais específicos para o espaço aquático.

Se, por um lado, essa ausência de precedentes regulatórios permitiu uma liberdade de autogestão e flexibilidade morfológica onde as próprias casas e ruas-pontes mudavam de lugar de acordo com os interesses sazonais e diários dos moradores, por outro, ela também serviu como argumento de deslegitimação por parte do Estado. O mesmo vácuo legal que viabilizou a

57 GÓMEZ-Baggethun, Erik, Esteve Corbera, and Victoria Reyes-García. **Traditional Ecological Knowledge and Global Environmental Change: Research Findings and Policy Implications.** 2013.

autonomia espacial e económica dos flutuantes acabou por rotulá-los como excrescências informais e riscos à navegação, justificando a sua violenta erradicação sob preceitos estéticos e sanitários. (HEIMBECKER 2014, p.133)

Legislações como o **Código Florestal (Lei nº 12.651/2012)** estabelecem um regime de proteção para as margens de cursos d'água, por meio da delimitação de Áreas de Preservação Permanente (APP), impondo restrições à ocupação e à intervenção nesses espaços.[58] Embora o quadro normativo contemple determinadas exceções e usos de baixo impacto, permanece pouco adaptado às especificidades de formas de habitação que não se fundamentam na ocupação permanente do solo, como as estruturas flutuantes e outras soluções arquitetónicas adaptadas às dinâmicas de inundação.

O desafio normativo desloca-se, portanto, da simples restrição da ocupação para a definição de **critérios técnicos, ambientais e inclusivos que permitam estabelecer como e em que condições esses territórios podem ser ocupados de forma sustentável.** Assim, o caso de Manaus ensina que o futuro do urbanismo anfíbio não depende apenas de inovações de design, mas do desenvolvimento urgente de instrumentos legais e regulatórios específicos, capazes de formalizar e proteger a legítima ocupação das margens e dos cursos de água.

À medida que as dinâmicas de inundação e a subida das águas deixam de ser vistas como anomalias geográficas locais e passam a ser reconhecidas como crises sistémicas à escala planetária, a urgência de formalizar e estruturar o habitar anfíbio migra das margens da informalidade para o centro das agendas de resiliência internacional. Isso tem levado organismos como a **UN-Habitat** a explorar as cidades flutuantes como caminhos viáveis para uma futura expansão urbana adaptada ao clima. [59]

Independentemente das crises sistémicas à escala planetária, estas dinâmicas fazem parte da própria constituição dos territórios inundáveis. Nesse sentido, a observação de **Le Corbusier** sobre a **"lei do meandro" t**orna-se pertinente: ao sobrevoar as planícies sul-americanas, o arquiteto reconheceu nos cursos de água uma lógica própria de adaptação ao território, na qual a ausência de declividade conduz à formação cíclica dos meandros.

58 BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.* Brasília, DF, 2012.

59 UN-Habitat. **Sustainable Floating Cities Can Offer Solutions to Climate Change Threats Facing Urban Areas, Deputy Secretary-General Tells First High-Level Meeting.** 2019.

Mais do que uma anomalia a ser corrigida, o meandro resulta da interação contínua entre o fluxo da água, a erosão e as condições do território. A partir desta leitura, a dinâmica fluvial pode ser compreendida não como um obstáculo à ocupação, mas como uma condição estruturante à qual os modos de habitar devem responder. [60]

Responder a estes desafios ambientais urgentes, alinhando-se simultaneamente com a **Agenda 2030 das Nações Unidas**, nomeadamente com o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis e 13 (Ação Climática),** exige uma mudança estrutural e radical na forma como o planeamento urbano interage com ambientes aquáticos dinâmicos.

Fig. 65 e 66 - Fotomontagens sem escala a partir de fotografias de uma habitação flutuante contemporânea, tiradas em visita de campo no Lago do Catalão, Amazonas.
Fonte: Autoral, 2026.





60 LE CORBUSIER. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo, 2004.

Esta mudança de perspetiva exige, sob o ponto de vista do desenho urbano, uma profunda reconfiguração morfológica da interface entre a terra e a água. Em vez de perpetuar a imposição de linhas de demarcação rígidas e estáticas, que historicamente forçam a separação artificial e tentam conter o fluxo fluvial através de soluções de engenharia, as estratégias anfíbias propõem uma espacialidade assente na negociação, na permeabilidade e na coexistência ativa.

Ao estabelecer "fronteiras difusas" (fuzzy boundaries), limiares permeáveis e adaptativos que interagem dinamicamente com as variações dos níveis da água, (DAL CIN; LIMA; PROENÇA 2025, p.10) a arquitetura das cidades flutuantes protege as planícies de inundação e as zonas costeiras vulneráveis contra a desflorestação severa e a impermeabilização do solo, processos tipicamente e historicamente associados à expansão urbana terrestre. Adicionalmente, pelo facto de estas estruturas flutuantes serem amarradas e não fixadas de forma permanente, a malha urbana adquire a flexibilidade necessária para ser reorganizada, expandida ou realocada em segurança, ajustando-se continuamente às transformações dos ciclos hidrológicos.

Deste modo, para que o resgate histórico da Cidade Flutuante de Manaus (1920–1967) não se reduza a um exercício de nostalgia, torna-se imperativo converter a inteligência empírica das suas tecnologias vernáculas — bem como a análise crítica das suas vulnerabilidades — num conjunto de parâmetros objetivos e operativos de projeto. O propósito deste **Plano de Transição Ecológica,** aqui proposto pela autora a partir das aprendizagens sistematizadas à literatura e da análise de casos práticos de habitação sobre as águas, reside em confrontar os problemas crônicos que outrora justificaram o discurso e a ação higienista de erradicação do assentamento com as soluções tecnológicas, conceptuais e regenerativas viabilizadas pelas ciências ambientais do século XXI.

Esta transição paradigmática ancora-se no conceito de hibridização crítica: não se preconiza aqui a substituição do saber prático e adaptativo do caboclo ribeirinho por modelos padronizados, o que representaria uma forma de violência cultural e apagamento epistémico, propõe-se o acoplamento entre a "engenharia rústica" tradicional e as infraestruturas contemporâneas.

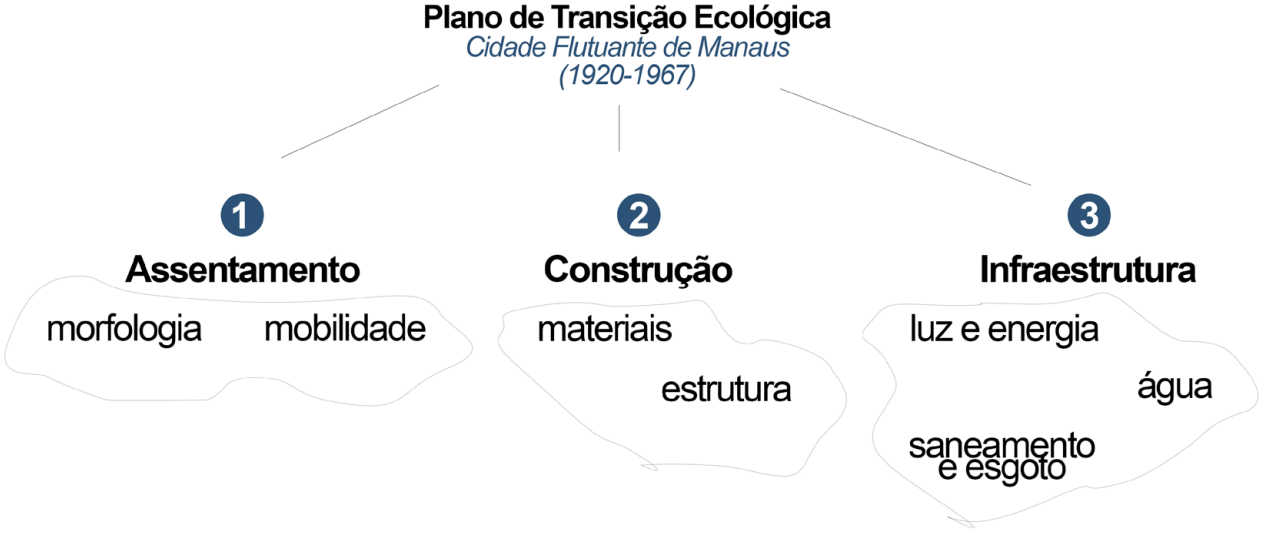
Para estruturar a transição entre a análise crítica das dinâmicas históricas e o desenvolvimento das diretrizes operativas, propõe-se uma matriz de planeamento articulada em **três eixos de intervenção: Assentamento, Construção e Infraestrutura.** Em vez de impor medidas higienistas de erradicação, a proposta fundamenta-se na reinterpretação da inteligência empírica e do Conhecimento Ecológico Tradicional (TEK), convertendo os desafios do habitat aquático em diretrizes de projeto seguras, inclusivas e adaptadas à realidade anfíbia.

Nesta estrutura, cada eixo desdobra-se em dimensões particulares de análise e projeto, delimitando os campos de atuação necessários para a qualificação do território anfíbio. O eixo do **Assentamento** subdivide-se em *Morfologia e Mobilidade*, o eixo da **Construção** subdivide-se em *Materiais e Estrutura,* e por fim, o eixo da **Infraestrutura** subdivide-se em *Luz e Energia, Água, e Saneamento e Esgoto*.

Em uma primeira análise, a **Morfologia** dos assentamentos aquáticos baseia-se na **fluidez, na mutabilidade e na apropriação coletiva do espaço,** diferentemente dos tecidos urbanos terrestres, onde a rigidez da propriedade e loteamento divide o solo em frações permanentes. A água, nesse contexto, deixa de ser encarada como barreira física e assume o papel de suporte tridimensional da mobilidade e organização comunitária.

Esta dinâmica espacial materializa o conceito de fronteiras difusas (fuzzy boundaries), no qual os limites entre os espaços público e privado, a terra e o rio, não são linhas demarcatórias rígidas, mas sim zonas de transição permeáveis, flexíveis e em constante reconfiguração.

Fig. 67 - Mapa mental do Plano de Transição Ecológica. *Fonte: Autoral, 2026.*



Ao libertar a habitação da fixação fundiária, o assentamento anfíbio transforma a variação sazonal do nível da água dos rios em uma oportunidade de gerar novas formas urbanas. A estrutura de implantação espacial das comunidades flutuantes obedece aos ciclos de cheia e vazante dos rios amazônicos, movimentando-se periodicamente através da **expansão (fig.68),** durante os meses de subida das águas e consequente alargamento do espelho d'água, onde as moradias afastam-se fisicamente uma das outras; e da **aglutinação (fig.69),** processo inverso gerado durante o período de estiagem, com a drástica redução do volume do rio e encolhimento das margens, forçando as habitações a aglomerar-se para evitar o encalhamento. (PINHEIRO, CARDOSO 2019, p.10.)

Ainda assim, nas fases extremas de seca/vazante, os moradores realizam uma calibração dos sistemas de ancoragem, utilizando cabos de aço para empurrar os flutuantes em direção aos canais navegáveis mais profundos, ou escorando-os sobre esteios de madeira nas praias de lama que se formam junto às margens, aguardando pacientemente o retorno cíclico do rio. (SOUZA 2010, p.220)

A fim de tirar proveito da sazonalidade como princípio de reconfiguração morfológica e traduzir esse patrimônio socioespacial em soluções contemporâneas de ordenamento do território, sugere-se a superação da rigidez exclusiva que rege as políticas de planeamento urbano convencionais, através de um **zoneamento anfíbio**, que estabelece parâmetros de uso e ocupação específicos para frentes de água, reconhecendo a legitimidade jurídica e a simbiose ecológica do habitat flutuante permanente.

A concepção de cidadania defendida por Henri Lefebvre ultrapassa a garantia formal de direitos civis e políticos, vinculando-se ao direito à cidade como direito à apropriação e à participação na produção do espaço. [61] Nesse sentido, os habitantes não devem ser compreendidos apenas como usuários de um espaço produzido por agentes externos, mas como sujeitos capazes de participar de sua construção, transformação e apropriação.

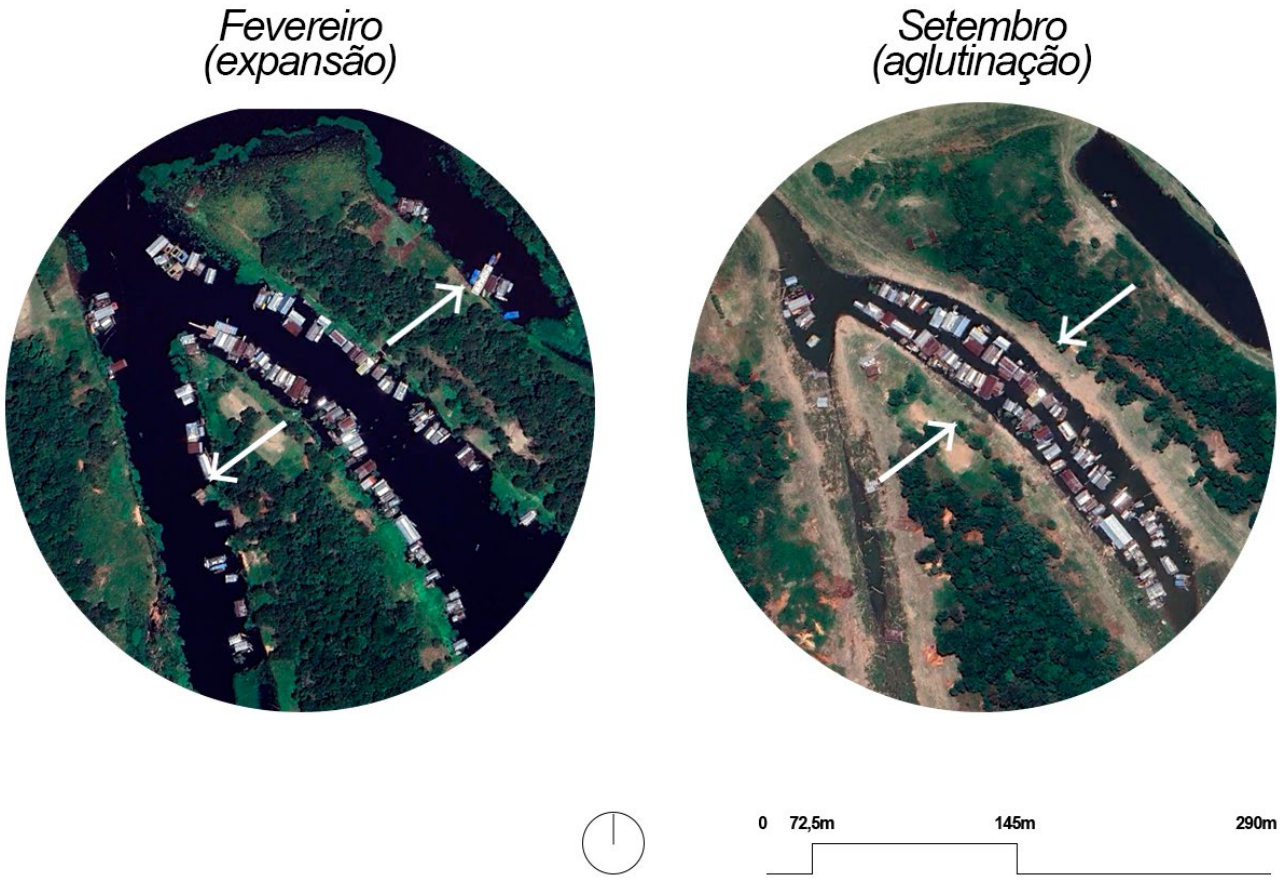
A seguir esta perspetiva, propõe-se também a criação de mecanismos regulatórios adequados ao território líquido, como os **Termos de Concessão de Uso Coletivo,** administrados pelas associações comunitárias locais. Embora menos comuns do que os modelos de gestão e concessão individual, estes

61 LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo, 2001.

formatos de gestão coletiva apresentam mais-valias relevantes, sobretudo em áreas de elevada especificidade territorial e sensibilidade ambiental, onde a gestão compartilhada pode favorecer uma apropriação mais responsável e integrada do espaço e dos recursos. Esse instrumento assegura a posse sobre as parcelas de água sem a necessidade de instituir divisões rígidas ou loteamentos, salvaguardando a autonomia das famílias, fortalecendo a gestão comunitária e **prevenindo a especulação imobiliária** nas frentes ribeirinhas.

Por fim, o plano prevê a incorporação no desenho urbano de uma faixa de transição público-privada. Serão distribuídos **equipamentos de uso público e rotativo da comunidade**, como plataformas de confraternização e lazer, equipamentos produtivos flutuantes, e postos de monitoramento, pesquisa e educação ambiental.

Fig. 68 e 69 — Diagramas a demonstrar os fenômenos de expansão e aglutinação, no Lago do Catalão em 2024, a partir da variação sazonal do ciclo dos rios.
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens retiradas do Google Earth, em 2026.



Já em relação ao eixo da **Construção,** ao contrário das estruturas terrestres, a arquitetura flutuante obedece a leis rigorosas de hidrostática e distribuição de forças para garantir que as casas não tombem e afundem com o vento ou a passagem de embarcações. (SOUZA 2010, p.147) O peso total da superestrutura (piso, paredes e teto) forçava as boias de açacu a submergir cerca de um metro, deixando o convés da moradia estavelmente posicionado a cerca de 50 cm acima do nível da água. (SOUZA 2010, p.153)

Para assegurar o equilíbrio da flutuação, os moradores construíram suas casas térreas, pés-direitos reduzidos (entre 2m e 2,5m) e larguras ampliadas. (ANDRADE 1984, p.153) Embora o açacu apresentasse características favoráveis à flutuação e elevada durabilidade em contato com a água, sua utilização em grandes quantidades dependia da **extração de toras provenientes das áreas de várzea,** estabelecendo uma relação de pressão sobre esse recurso florestal e exigindo o seu contínuo rotacionamento e reposição.

A cobertura das habitações com a palha da palmeira-buçu representava um importante ponto de debate e transição material da história da Cidade Flutuante. Esta cobertura tradicional leve favorecia o equilíbrio das construções, além de oferecer isolamento térmico contra a forte radiação solar equatorial. Contudo, esse material apresentava problemas como **goteiras durante o inverno amazônico,** com alta concentração pluvial, e o **perigo iminente de propagação de incêndios,** cujas faíscas de lamparinas a querosene poderiam dizimar dezenas de casas. (ANDRADE 1984, p.179)

A substituição gradual da palha por chapas metálicas de zinco ou alumínio resolveu o problema das infiltrações, goteiras e riscos de incêndio, embora exigissem uma alteração estrutural: a elevação do pé-direito para acomodar o peso extra e evitar a instabilidade do flutuante, além de converter as moradias em **verdadeiros fornos térmicos,** tornando a temperatura interior insustentável para esse tipo de clima. (SOUZA 2010, p.156)

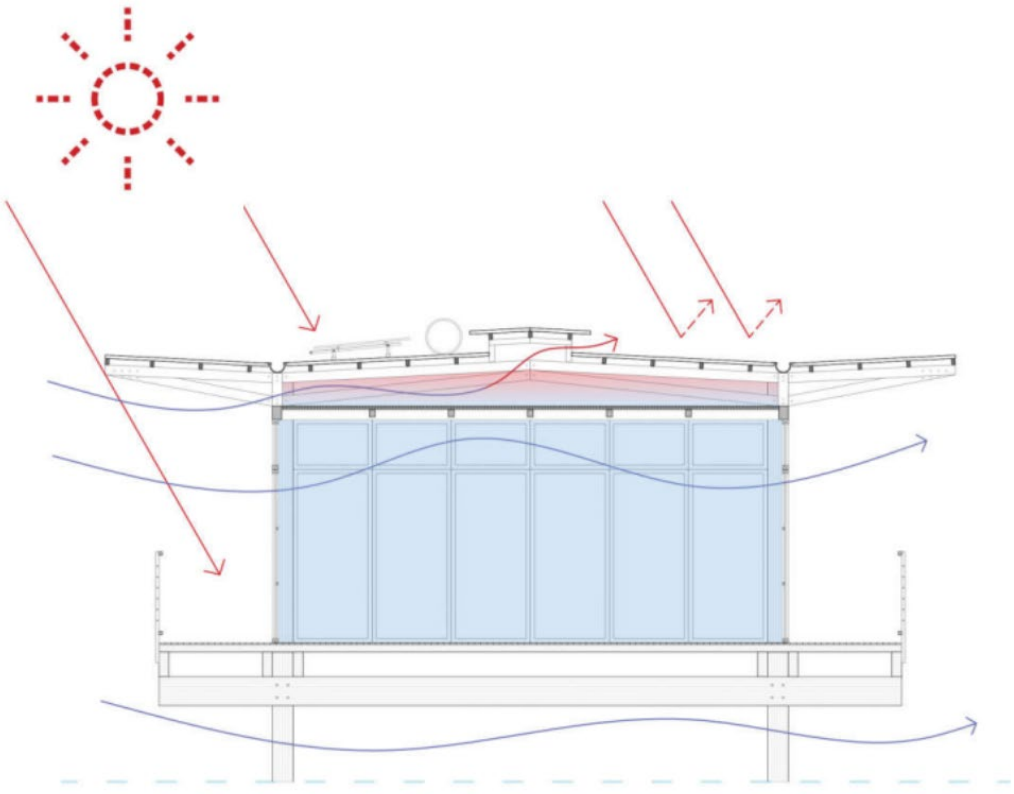
Para superar estas dificuldades históricas sem perder o ADN construtivo vernacular, o plano de transição ecológica propõe uma hibridização crítica baseada na **substituição de materiais e estruturas.**

A fim de preservar uma fundação anfíbia circular, propõe-se a preservação da base de flutuação em toras de açacu, integrando uma metodologia de extração artesanal controlada e de baixo impacto baseada no manejo de "terras caídas", fenômenos erosivos provocados pela dinâmica fluvial, impedindo

o desmatamento predatório das várzeas: *"As árvores que se encontram nos terraços de várzea em processo de erosão fluvial despencam junto ao solo, e a madeira que flutua no rio é "pescada", ou seja, amarrada e levada por embarcações a motor para ser beneficiada e vendida para madeireiras ou para as comunidades locais."* (PINHEIRO, CARDOSO 2019, p.5) Como alternativa à utilização das toras de açacu, considera-se ainda a possibilidade de reutilização de bidões como elementos flutuantes, solução que permite reaproveitar materiais existentes e que é igualmente observada em sistemas construtivos de habitação flutuante na região.

Para resolução do impasse entre a eficiência térmica da palha e a impermeabilidade do zinco, sugere-se o desenho de uma **cobertura dupla composta por telhas metálicas reflexivas na camada externa e painéis sanduíche isolantes de base biológica** (com compósitos de fibras vegetais locais) na camada interna. A criação de uma câmara de ar ventilada contínua entre as duas camadas dissipa a radiação térmica solar direta e induz uma corrente de vento passiva alimentada pelas brisas do rio, garantindo conforto térmico interior sem o consumo de climatização artificial. (GREGÓRIO 2019, p.131)

Fig.70 – Diagrama de conforto térmico da utilização de uma cobertura dupla, mostrando o comportamento da reflexão do calor pela camada superior e a importância da câmara de ar entre as duas camadas.
Fonte: Danielle Gregório, Sobre as águas da Amazônia: habitação e cultura ribeirinha, 2019, p.131.



Por fim, partiremos para uma escala mais particular e sensível, a **Infraestrutura.** O primeiro e mais crítico desafio histórico enfrentado pela comunidade flutuante residia na **precariedade das suas condições sanitárias,** vulgarmente rotulada pelas autoridades estatais e sociólogos da época como o "ciclo das fezes" , como mencionado anteriormente no segundo capítulo. Para romper com este ciclo, o plano de transição ecológica propõe a integração de sistemas de circuito fechado, como **reatores ecológicos e biodigestores flutuantes acoplados sob as moradias** para o tratamento de efluentes.

Um exemplo de solução operativa para o saneamento das novas unidades anfíbias assenta na integração do **biodigestor ecológico portátil FUCAPI/ Sanar (fig.71).** Este reator anaeróbio (com 1,20 m de diâmetro por 3 m de altura) foi desenhado especificamente para funcionar 80% submerso, inserido diretamente no travejamento estrutural de madeira abaixo do piso. (OLIVEIRA JUNIOR 2019, p.128) Ao aproveitar o espaço entre as toras de açacu, o sistema resolve o problema crítico de escassez de área útil no convés. O reator alcança uma eficiência de 95% no tratamento biológico de efluentes, purificando a totalidade das águas negras antes do seu descarte no rio, conforme testado com sucesso no Rio Tarumã. Com um custo de instalação altamente acessível, aproximadamente R$500 ou €85 por habitação, um módulo tem capacidade para atender de forma partilhada até 8 casas ou cerca de 40 residentes, viabilizando o direito à moradia digna sobre a água sem comprometer a qualidade ecológica do ecossistema receptor. (OLIVEIRA JUNIOR 2019, p.128)

Fig. 71 - Reator ecológico portátil submerso para tratamento de esgoto (sistema FUCAPI/ Sanar), de um restaurante no Rio Tarumã, em Manaus.
Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR, Jair. Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos. 2009, p.128.



Em uma segunda análise, a questão do **abastecimento de água potável** constituía um dos nós mais complexos do cotidiano da Cidade Flutuante. Apesar de estarem suspensos sobre a maior bacia hidrográfica do mundo, os moradores enfrentavam a escassez de água própria para o consumo humano, uma vez que o assentamento não dispunha de qualquer rede de água encanada. (SOUZA 2010, p.205) Os moradores sem recursos viam-se na obrigação de recolher a água diretamente das margens para lavar roupa, cozinhar e tomar banho, perpetuando quadros graves de insalubridade.

Para romper com este ciclo de escassez, sugere-se a descentralização do abastecimento através de **estruturas transportáveis e modulares de filtração e tratamento da água.** A inspiração inicial parte do próprio saber vernacular amazônico, que utiliza as **cacimbas** [62] **(fig.72)**, poços cavados nas praias de areia durante a vazante que aproveitam a infiltração do solo como um filtro de areia natural para purificar a água. [63]

Contemporaneamente, a viabilidade deste modelo é demonstrada pelo exemplo da comunidade flutuante do Lago do Catalão, em Iranduba, que superou o isolamento e garantiu o direito à água potável através da instalação de uma **Estação de Tratamento de Água Móvel (ETAM) (fig.17)** acoplada ao assentamento, como analisado anteriormente no capítulo 01.

Esses equipamentos funcionam captando a água bruta imprópria para o consumo e transformando-a em potável, através de um processo acelerado e pressurizado de captação através de bombas hidráulicas submersas, substâncias coagulantes que neutralizam as impurezas do rio, sistemas de decantação e filtração e, numa fase final, com a desinfecção e adição de flúor e cloro.

Outra solução interessante seria a implementação de **sistemas de coleta da água pluvial com tanques flutuantes de armazenamento,** [64]acoplados às moradias, com adaptação às variações sazonais dos ciclos das águas e filtração embutida.

62 **Cacimba:** Cova ou poço em que se junta a água paludosa. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.
63 NOGUEIRA, Laelia Regina Batista. **Entre idas e vi(n)das do rio: o habitar poético do ribeirinho no Amazonas,** p.105.Niterói, 2015.
64 MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY (MIT); UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM); UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Flutuantes: Catalão. Amazônia Fluvial.** MIT, 2025.

Fig. 72 – Fotografia de uma cacimba. " (...) Cacimbas são feitas para que as pessoas que moram longe das margens possam captar água sem depender das bombas. As cacimbas são uma espécie de poço, cavado na terra antes alagada. Quando o rio baixa elas voltam a aparecer. (...) "
Fonte: Laelia Nogueira, 2015, p.105.



O cotidiano noturno da Cidade Flutuante de Manaus também configurava um dos seus maiores desafios: a **desigualdade no acesso à energia,** dividindo-se entre a escuridão quase total dos igarapés periféricos e a precária eletrificação improvisada na orla central. (SOUZA 2010, p.193)

Nos setores mais distantes da terra firme, como nos igarapés de Educandos, São Raimundo e Cachoeirinha, as noites eram dominadas pelo **breu**[65], atenuado apenas pela queima constante de candeeiros, velas e lamparinas alimentadas a querosene. Para além disso, a dependência sistemática de combustíveis fósseis gerava um fumo tóxico que compromete a saúde respiratória das famílias, com a presença de chamas expostas sob as tradicionais coberturas de palha de buçu, criando um risco iminente de incêndios. (SOUZA 2010, p.214)

Para contornar o isolamento energético, alguns moradores ainda articulavam táticas de eletrificação informal através de ligações aos postes de iluminação pública da cidade de Manaus. Por outro lado, estabelecimentos comerciais de maior porte e moradores de maior poder aquisitivo, como mencionado na análise do segundo capítulo, recorriam a geradores de energia

65 **Breu:** Ausência de luz ou claridade. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

privados a combustível fóssil, os quais encareciam substancialmente o custo de vida, geravam poluição sonora e contaminavam diretamente o rio.

A fim de mitigar esse risco constante de incêndio e democratizar o acesso a energia nas comunidades flutuantes, o plano propõe a autossuficiência do habitar anfíbio através da **implantação de microrredes fotovoltaicas de gestão comunitária e compartilhada**, para uma infraestrutura de energia limpa e circular. Essa proposta é inspirada no distrito de **Schoonschip (fig.15),** em Amsterdão, analisado no primeiro capítulo desta dissertação. Constitui um exemplo de comunidade energética baseada em uma **microrrede elétrica privada**, na qual sistemas fotovoltaicos distribuídos, armazenamento em baterias, bombas de calor e sistemas de gerenciamento de energia são integrados para otimizar a produção, o armazenamento e o compartilhamento local de eletricidade.

Em vez de reproduzir a lógica individualista e fragmentada de terra firme, na qual cada habitação arca isoladamente com as suas soluções infraestruturais, propõe-se a instalação de **baterias centrais de elevada capacidade de armazenamento.** Sendo o armazenamento de energia um dos componentes de maior custo financeiro, a centralização do banco de baterias permite dividir os custos de aquisição, instalação e manutenção entre todas as famílias da comunidade. Desta forma, otimiza-se a produção e o custo de energia, além de fortalecer os laços de solidariedade entre as comunidades ribeirinhas.

Sugere-se também, nesse contexto, a **aplicação de painéis solares fotovoltaicos nas coberturas das moradias flutuantes.** Por serem extremamente leves, estes painéis não sobrecarregam a base flutuante de açacu. Cada unidade habitacional passaria a funcionar como uma célula microgeradora autónoma, equipada com sistemas individuais de armazenamento de energia em baterias de lítio ou outras tecnologias biodegradáveis equivalentes. Tal solução já é encontrada em projetos contemporâneos de habitações flutuantes, como o projeto **Hábitat Flotante Productivo Refugio del Pescador,** do gabinete Natura Futura Arquitectura, no Equador em 2020 **(fig.73).**

Em suma, o **Plano de Transição Ecológica (tabela 04, fig.74 e 75)** propõe compreender a reabilitação do habitat aquático na Amazônia não como um retorno nostálgico ao passado, mas como uma alternativa prática e inovadora diante das atuais crises habitacionais e das mudanças climáticas. Essa

hibridização crítica busca responder aos problemas ambientais e construtivos que, historicamente, contribuíram para a deslegitimação e destruição das comunidades flutuantes, ao mesmo tempo em que reafirma o direito ao rio, a segurança da posse sobre terra e água e a apropriação coletiva do espaço.

Fig. 73 — Axonometria explodida do Hábitat Flotante Productivo – Refugio del Pescador, destacando seus sistemas construtivos, elementos de flutuação e estratégias de aproveitamento de materiais, bem como a utilização de um painel solar fotovoltaico.
Fonte: Natura Futura Arquitectura, 2020, adaptado pela autora.

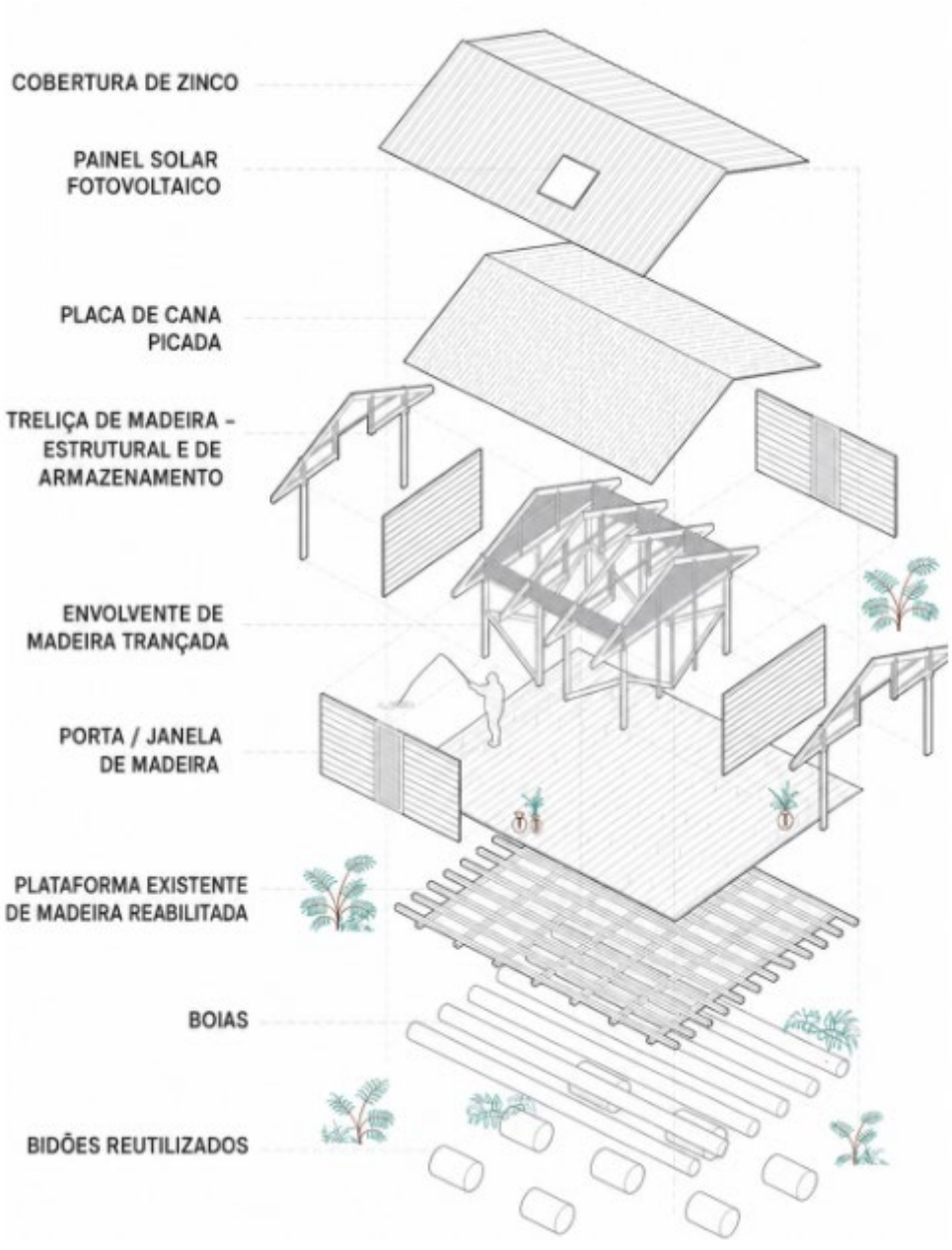
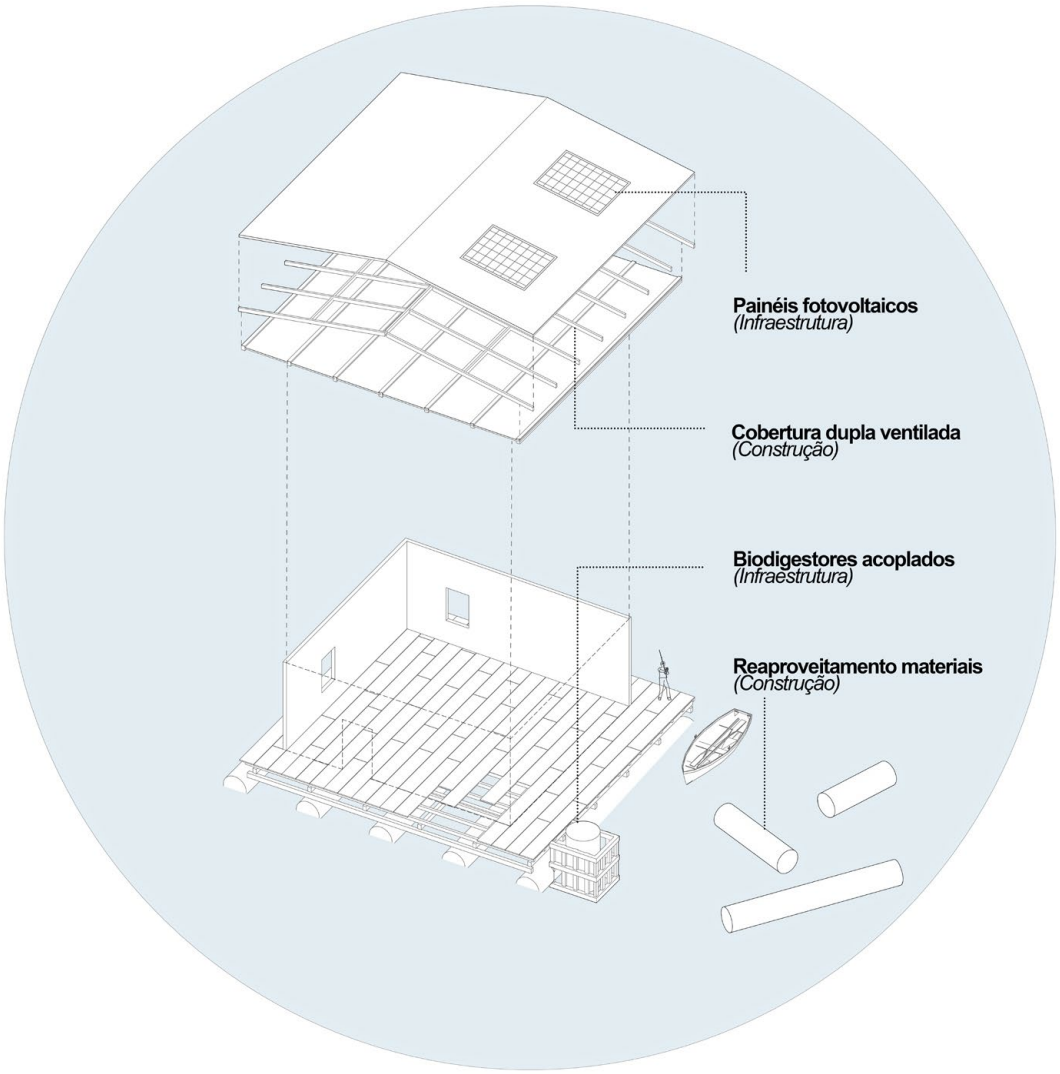


Tabela 04 - Eixos de intervenção do Plano de Transição Ecológica para Comunidades Flutuantes Sustentáveis, com base na análise da vulnerabilidade histórica da Cidade Flutuante de Manaus.
Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

Eixo de Intervenção	Dimensão de Intervenção	Vulnerabilidade Histórica Cidade Flutuante de Manaus (1920-1967)	Parâmetro de Projeto de Transição Ecológica	Fundamentação Teórica/Empírica
Assentamento	**Morfologia**	Falta de legitimidade jurídica, resultando na dissipação do assentamento flutuante.	Adoção de zoneamento anfíbio, políticas de ocupação do território líquido, equipamentos de uso coletivo.	Conceito de fronteiras difusas (*fuzzy boundaries*), de Dal Cin, Lima e Proença.
	Mobilidade	Organização a partir de redes informais de circulação sobre a água, ausência de mobilidade e articulação com a cidade terrestre.	Estruturação de redes de circulação aquática, passarelas e conexões entre moradias, equipamentos coletivos e terra firme, considerando as variações do nível da água.	Análise dos sistemas de circulação da Cidade Flutuante e do Lago do Catalão. Princípios de adaptação às dinâmicas hidrológicas.
Construção	**Materiais**	Utilização de toras de açacu, cuja obtenção exige extração de madeira de várzea.	Extração controlada e de baixo impacto da madeira.	Manejo vernacular das "terras caídas".
	Estrutura	Uso de coberturas de palha associadas ao risco de incêndio e desconforto térmico.	Coberturas leves, duplas e ventiladas, adequadas ao clima amazônico.	Paralelo estrutural com habitações modernas flutuantes.
Infraestrutura	**Luz e Energia**	Dependência de candeeiros e lamparinas a querosene para iluminação doméstica. Risco de incêndio.	Autossuficiência energética por meio de microrrede elétrica coletiva e painéis solares fotovoltaicos acoplados às coberturas.	Conceito de fronteiras difusas (*fuzzy boundaries),* de Dal Cin, Lima e Proença. Análise morfológica do Lago do Catalão.
	Água	Consumo de água não tratada para atividades do cotidiano, com riscos de contaminação e infecções.	Captação da água com filtração local e implementação de Estações de Tratamento de Água Móveis (ETAM).	Modelo contemporâneo autogerido na comunidade do Lago do Catalão. Saber-fazer vernacular das *cacimbas*.
	Saneamento e Esgoto	Lançamento de dejetos humanos diretamente ao rio, inexistência de tratamento e proliferação do "ciclo das fezes".	Integração de sistemas de circuito fechado, como reatores ecológicos e biodigestores flutuantes acoplados às moradias para tratamento de efluentes.	Tecnologia experimental dos biodigestores Sanar–FUCAPI.



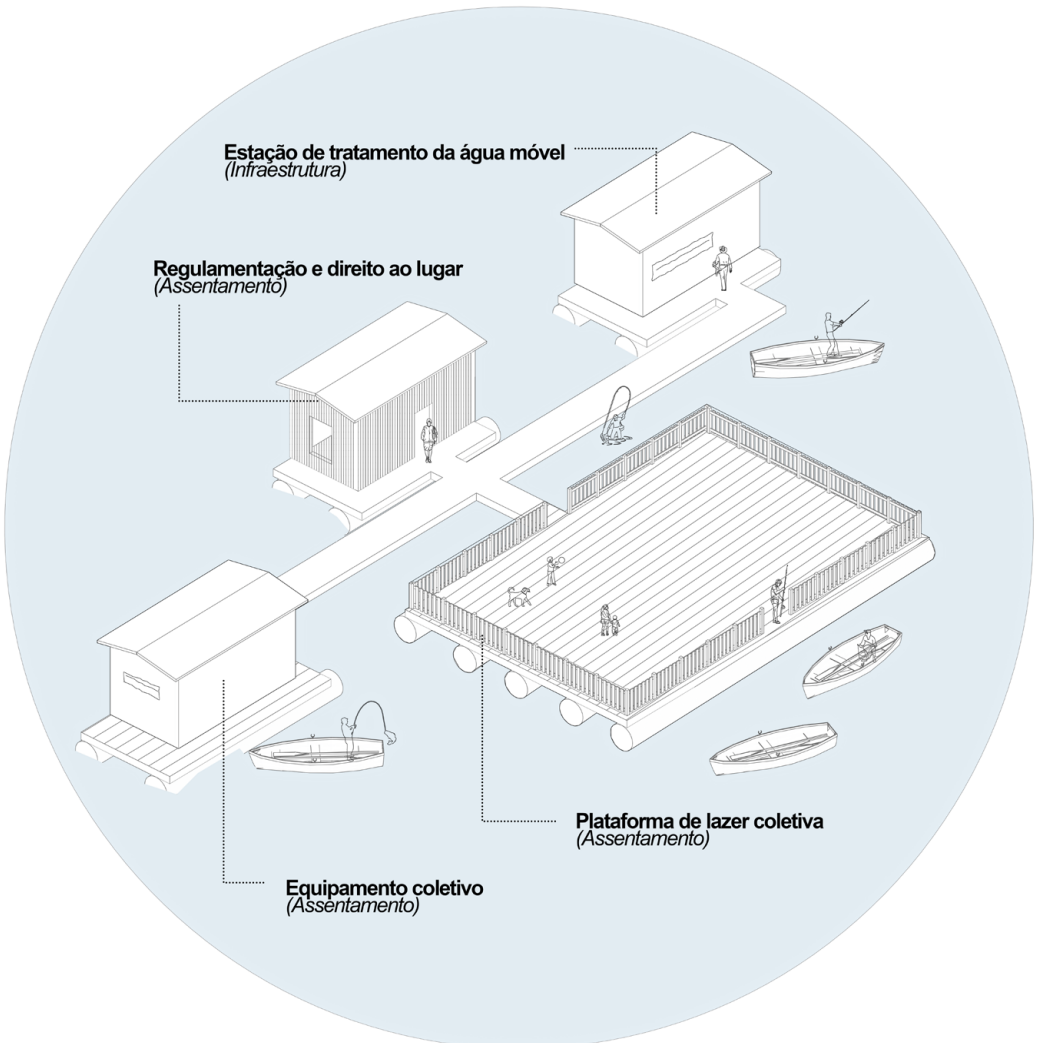


Fig. 74 e 75 - Esquemas representativos das intervenções do Plano de Transição Ecológica. Sem escala, (pág.106) *Fonte: Autoral, 2026.*

Reflexões finais

A presente dissertação debruçou-se sobre a investigação das formas de habitação tradicional que configuram o "Habitar sobre as águas" na Amazônia, tomando como objeto central de estudo o fenômeno socioespacial e urbanístico da **Cidade Flutuante de Manaus (1920–1967).**

O percurso analítico desenvolvido ao longo dos três capítulos desta dissertação demonstrou que a compreensão das arquiteturas ribeirinhas do passado e do presente oferece chaves teóricas, morfológicas e tecnológicas fundamentais para desenhar as cidades resilientes do amanhã. Perante a crise climática global, a subida imprevisível dos níveis hídricos e o esgotamento dos modelos urbanos continentais assentes no combate frontal à natureza, esta investigação comprova que o saber vernacular amazónico pode ser uma matriz ativa e regenerativa de projeto.

No primeiro capítulo, estabeleceram-se as bases epistemológicas da pesquisa ao clarificar a distinção conceptual e estrutural entre a casa-palafita (fixada ao solo fluvial por estacas e esteios) e a casa-balsa ou flutuante (cuja fundação em toras de madeira se adapta dinamicamente às oscilações do rio). A análise comparativa entre as experiências internacionais (como as comunidades do Tejo em Portugal, a lagoa de Veneza e os bairros sustentáveis de Amsterdã) e as manifestações amazónicas (Afuá, Lago do Catalão e Manaus) revelou a universalidade do habitat aquático e do saber-fazer vernacular. Desconstruiu-se, assim, o estigma higienista que associou as habitações ribeirinhas à precariedade e ao subdesenvolvimento, reconhecendo nelas soluções de baixo impacto ambiental.

No segundo capítulo, a reconstituição historiográfica e iconográfica da Cidade Flutuante de Manaus (1920–1967) resgatou a memória de um ecossistema urbano anfíbio que chegou a abrigar cerca de 12.000 moradores na orla do Rio Negro. O assentamento emergiu do colapso do boom da borracha e do êxodo rural, funcionando como uma resposta adaptativa de populações marginalizadas que reterritorializaram o espelho hídrico com os seus saberes vernaculares.

A Cidade Flutuante desenvolveu uma malha líquida autónoma, caracterizada por moradias e comércios sobre toras de açacu, interligados por passarelas flutuantes e eixos viários fluviais. Contudo, a recusa das elites locais e do Estado autoritário culminou no violento desmantelamento do assentamento em 1967 sob o pretexto de "limpeza urbana". Essa desterritorialização compulsória não resolveu o problema habitacional; apenas espalhou a pobreza para as periferias de terra firme e abriu caminho para intervenções estatais de retificação e aterramento de igarapés (como a Manaus Moderna e o PROSAMIM), que continuaram a virar as costas aos rios.

O capítulo 3 converteu o diagnóstico crítico do passado num Plano de Transição Ecológica para o futuro: para evitar a reprodução passiva das fragilidades sanitárias e construtivas do assentamento histórico, propôe-se a hibridização crítica: o acoplamento do saber-fazer empírico ribeirinho à engenharia verde e aos instrumentos regulatórios do século XXI.

A principal conclusão a que esta dissertação chega é que **habitar sobre a água na Amazônia não é um sintoma de atraso ou indigência urbana, mas sim uma estratégia secular de elevada sensibilidade ecológica e resiliência comunitária.** O desmantelamento da Cidade Flutuante de Manaus em 1967 revela os limites de um urbanismo higienista, que tentou forçar uma população anfíbia a adaptar-se a padrões urbanos, destruindo laços sociais e empurrando a precarização para as periferias urbanas, como se estivesse a apagar a memória dos ex-moradores do assentamento. Ainda assim, perante os desafios ambientais presentes e futuros, a capacidade de resistência e adaptação demonstrada pela Cidade Flutuante de Manaus poderá constituir uma referência para a definição de novos parâmetros de projeto.

Para a prática da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, este trabalho demonstra que o caminho para responder às emergências climáticas e ambientais não passa pela imposição de infraestruturas rígidas, mas sim pela aprendizagem dos territórios tradicionais. Ao reinterpretar a Cidade Flutuante de Manaus à luz da modernidade, esta pesquisa estabelece **uma ponte sólida entre o saber-fazer tradicional e a inovação tecnológica**, oferecendo às cidades ribeirinhas da Amazônia e às frentes de água globais um modelo sustentável, inclusivo e identitário de coexistência com as águas.

Lista de imagens

Nota

Agradecimentos ao material cedido gratuitamente pelo Governo do Estado do Amazonas: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, por meio de seu Centro de Documentação e Memória da Amazônia (CDMAM); e pelas fotografias de Marcel Gautherot, cedidas pelo Acervo Instituto Moreira Salles.

Corpo do Texto

Fig. 1 e 2 – Amazônia e seus rios, mapas de localização geográfica em duas escalas. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 3 – Carta da Província do Amazonas, com divisão das comarcas e rede hidrográfica (final do século XIX). Fonte: Nery, Raymundo A.; Ramos, Bernardo, Instituto Moreira Salles.

Fig. 4 – Gráfico da diferença altimétrica do Rio Negro durante os períodos de vazante e cheia durante um ciclo anual durante 2024 a 2025. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 5 – "Tree burning at night", Fordlândia, Brasil, 1929. Seringueira atingida pelo fogo, evidenciando os impactos das intervenções antrópicas sobre a paisagem amazônica. Fonte: Einar Oxholm; The Henry Ford Research and Collections. Disponível em: https://www.thehenryford.org/collections/explore/artifact/358372?AssetId=THF123681

Fig. 6 – Vila Serra do Navio, Oswaldo Bratke. Sistema de circulação pedonal coberto, evidenciando soluções adaptadas ao clima amazônico. Fonte: Nelson Kon, 2015. ArchDaily Brasil. Disponível em: http://archdaily.com/pt/772335/classicos-da-arquitetura-vila-serra-do-navio-oswaldo-bratke

Fig. 7 – Mulheres ribeirinhas a viver o dia-a-dia em suas casas flutuantes. Fonte: Marcel Gautherot, Manaus, 1944. Instituto Moreira Salles.

Fig. 8 – Mapa que registra os principais rios da bacia Amazônica, evidenciando o Rio Jari, no estado do Amapá, onde assenta a comunidade dos indígenas Waiâpi. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 9 – Casa palafítica: marca o estágio de transição da terra firme para a estrada aquática. Fonte: Marcel Gautherot, Manaus, 1944. Instituto Moreira Salles.

Fig. 10 – Comerciantes a navegar o rio em cima de uma casa-balsa. Fonte: Esquisso retirado do livro Manaus: ruas, fachadas e varandas de Moacir Andrade, 1984, p. 186.

Fig. 11 – Casa flutuante de comércio. Fonte: Esquisso retirado do livro Manaus: ruas, fachadas e varandas de Moacir Andrade, 1984, p. 180.

Fig. 12 – Esquemas em perfil de cheias e vazantes em Nhamundá (AM). Fonte: Exposição Casas do Brasil 2013: Habitação Ribeirinha na Amazônia. Acervo Museu da Casa Brasileira, 2013.

Fig. 13 – Palheiro tradicional localizado em Cova, Figueira da Foz (Portugal). Fonte: Fernando Galhano, 1960. Museu Nacional de Etnologia, Inventário R231-8.

Fig. 15 – Imagem aérea da comunidade flutuante de Schoonschip, em Amsterdã, na Holanda. Fonte: Isabel Nabuur, 2020. Disponível em: https://www.archdaily.com/pt/964437/bairro-flutuante-em-amsterda-oferece-uma-nova-perspectiva-sobre-circularidade-e-resiliencia

Fig. 16 – A malha urbana tecida por estivas de madeira que interligam as tradicionais casas palafíticas em Afuá. Fonte: A.Paes, Novembro de 2021.

Fig. 17 – Estação de Tratamento de Água Móvel (ETAM), na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão. Fonte: Autoral, dezembro de 2025.

Fig. 18 – Casas na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Lago do Catalão - maior comunidade exclusivamente flutuante do Brasil. Fonte: Autoral, dezembro de 2025.

Fig. 19 – Imagem evidenciando o cotidiano de moradores da Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 20 – Planta da Cidade de Manáos de 1852 realizada assim na administração de Tenreiro Aranha. Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/planta-da-cidade-de-manaos-de-1852/

Fig. 21 – O Malho de 1938, Manaus é destaque, pois é uma das mais jovens e belas cidades do Brasil. Fonte: O Malho, Ed. 290 ano XXXVII – 22 de dezembro de 1938, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/manaus-a-joia-do-rio-negro/

Fig. 22 – Registro histórico mostra o alçado nascente do Palácio da Justiça, localizado no centro de Manaus. Fonte: F.A. Fidanza, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/a-fachada-do-palacio-da-justica/

Fig. 23 – O famigerado Teatro Amazonas. Fonte: F.A. Fidanza, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/o-imponente-teatro-amazonas/

Fig. 24 – Representação feita pela autora da Carta Cadastral da Cidade e Arrabaldes de Manaus, levantada pelo engenheiro militar João Miguel Ribas, de 1895. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 25 – Linha do tempo, registrando os principais acontecimentos históricos que precedem e sucedem a Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 26 – Vista aérea da Cidade Flutuante de Manaus na década de 1960. Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/cidade-flutuante-na-decada-de-1960/

Fig. 27 – Vista aérea de Manaus na década de 1960. Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/vista-ampla-do-mercado-municipal-adolpho-lisboa/

Fig. 28 – Atividade comercial na Cidade Flutuante de Manaus, destacando os armazéns flutuantes, o intenso fluxo de embarcações e a dinâmica de circulação de mercadorias e pessoas às margens do rio. Fonte: Marcel Gautherot/Instituto Moreira Salles, 1950.

Fig. 29 – Imagem interior de um flutuante de comércio, com destaque à venda de látex e pele de anaconda. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 30 – Reportagem "A cidade, prima pobre da outra, a flutuante, aguarda a cheia do rio." Fonte: A Cidade em Foto, jornal O Gazela, 12 de março de 1964.

Fig. 31 – As Rias de Manaus. Fonte: Pierre Gourou, 1948\. Revista de Geografia – Ano XI, N.3, Setembro de 1949.

Fig. 32 – Sistema de circulação da Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 33 – Mapa de localização da Cidade Flutuante de Manaus na década de 1960, com aproximações em duas zonas diferentes. Fonte: Autoral, 2026, baseado no levantamento feito por Serra e Cruz (1964).

Fig. 34 – Homem a transportar folhas da palmeira-buçu para utilização nas coberturas das habitações da Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 35 – Fotografia aérea da extinta Cidade Flutuante, década de 1960. Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/cidade-flutuante-sobre-o-rio-negro/

Fig.36 – Toras de madeira sendo usadas como fundações estruturais para habitações informais. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 37 – Toras de madeira a flutuar no Rio Negro. Fonte: Margaret Folland, 1962\. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 38 – Imagem de uma casa flutuante em período de vazante. Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.

Fig. 39 – Flutuante de Manaus no Rio Negro. Fonte: Revista O Cruzeiro de 08 de junho de 1963.

Fig.40 – Imagem aérea da Cidade Flutuante de 1964. Fonte: Arquivo Particular do Professor Otoni M. de Mesquita.

Fig. 41 – Diagrama visual das quatro tipologias de flutuantes ribeirinhos. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 42 – Crianças a banhar-se nas águas do rio, o seu grande lar. Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.

Fig. 43 – Moradores realizando a lavagem de roupas no rio em frente à Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto *Moreira Salles*.

Fig. 44 – Comércio ambulante de pães realizado por criança em pequena embarcação na Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 45 – Vista da Cidade Flutuante e seus utentes. Fonte: Margaret Folland, 1962\. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 46 – Vista de uma viela da Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Manaus, Marcel Gautherot, 1944, Instituto Moreira Salles.

Fig. 47 – Visitantes registrando a paisagem da Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Margaret Folland, 1962. Geography Photos. Disponível em: https://www.geographyphotos.com/search?I_DSC=MANAUS&G_ID=G0000m0jZF8Foxoo&C_ID=C0000S3ijXnOmzNA&I_DSC_AND=t&_ACT=usrSearch

Fig. 48 – Página da revista "Seara Nova" que retrata a Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Seara Nova, n.140, março de 1963.

Fig. 49 – "A cidade flutuante de Manaus é uma espécie de Veneza selvagem e tropical, onde as pessoas têm nas canoas o principal meio de transporte. (...) " Fonte: "Ao longo do Amazonas", revista Manchete, Rio de Janeiro, 1963.

Fig. 50 – Frames do filme "Os Bandeirantes" (1960), de Marcel Camus, retratando o dia-a-dia da Cidade Flutuante de Manaus. Fonte: Reprodução pessoal, retirado do youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cSo7FSGiEnI

Fig. 51 – Página da revista O Cruzeiro, edição 39, Rio de Janeiro, 1962. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Fig. 52 – Reportagem sobre a Cidade Flutuante. Fonte: Página da revista O Cruzeiro, edição 39, Rio de Janeiro, 1962\. Hemeroteca Digital Brasileira.

Fig. 53 – Reportagem de jornal divulgando o início da extinção da Cidade Flutuante. Fonte: O Jornal, 24 de outubro de 1964.

Fig. 54 – Reportagem sobre o fim da Cidade Flutuante. Fonte: O Jornal, 07 de maio de 1965, p.07.

Fig. 55 – Matéria sobre a inauguração de casas populares construídas pela então Companhia de Habitação do Amazonas, no bairro da Raiz. Fonte: O Jornal, 30 de julho de 1968.

Fig. 56 – Plano urbanístico do bairro da Raiz, arquitetos Luiz Carlos Antony e Fernando Pereira da Cunha. Fonte: Antony e Cunha, Bairro da Raiz — Manaus: Urbanismo e Arquitetura, P.49. Rio de Janeiro, 1965.

Fig. 57 – Demonstrativo do Plano Bienal do Estado do Amazonas (1965–1966). Fonte: Arthur Reis, Como governei o Amazonas, p.123. Manaus, 1964.

Fig. 58 – Diagramas a demonstrar a evolução dos bairros e da malha urbana em Manaus. Fonte: Elaboração própria, com base no mapa de Isabella Simões (2022, p. 124), em 2026.

Fig. 59 – Mapa retirado de reportagem sobre o projeto Manaus Moderna. Fonte: Jornal do Comércio, edição n. 34008 de 27 agosto de 1986.

Fig. 60 – Vista aérea da então avenida Beira Rio (Manaus Moderna). Fonte: Biblioteca Samuel Benchimol, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/vista-aerea-da-avenida-lourenco-braga/

Fig. 61 – A construção do Parque Residencial Manaus, sobre o antigo igarapé de Manaus pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim). Fonte: Durango Duarte, 2007. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/construcao-do-parque-residencial-manaus/

Fig. 62 – Vista aérea do centro de Manaus na década de 1970. Fonte: Corrêa Lima. Acervo: Eduardo Braga, Instituto Durango Duarte. Disponível em: https://idd.org.br/iconografia/vista-aerea-do-centro-e-do-bairro-educandos/

Fig. 63 e 64 – Fotomontagens sem escala dos dois tipos de construção flutuantes citados: do povo Madan, os mudhif, do sul do Iraque; e a de Fredens Havn, casas informais feitas com barris de metal, em Copenhaga. Fonte: Marshall Blecher, Waterworlds: A survey of floating communities around the world, 2018, p.10 e 18.

Fig. 65 e 66 – Fotomontagens sem escala a partir de fotografias de uma habitação flutuante contemporânea, tiradas em visita de campo no Lago do Catalão, Amazonas. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 67 – Mapa mental do Plano de Transição Ecológica. Fonte: Autoral, 2026.

Fig. 68 e 69 — Diagramas a demonstrar os fenômenos de expansão e aglutinação, no Lago do Catalão em 2024, a partir da variação sazonal do ciclo dos rios. Fonte: Elaborado pela autora, a partir de imagens retiradas do Google Earth, em 2026.

Fig. 70 – Diagrama de conforto térmico da utilização de uma cobertura dupla. Fonte: Danielle Gregório, Sobre as águas da Amazônia: habitação e cultura ribeirinha, 2019, p.131.

Fig. 71 – Reator ecológico portátil submerso para tratamento de esgoto (sistema FUCAPI/ Sanar). Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR, Jair. Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos. 2009, p.128.

Fig. 72 – Fotografia de uma cacimba. Fonte: Laelia Nogueira, 2015, p.105.

Fig. 73 — Axonometria explodida do Hábitat Flotante Productivo – Refugio del Pescador. Fonte: Natura Futura Arquitectura, 2020, adaptado pela autora.

Fig. 74 e 75 – Esquemas representativos das intervenções do Planto de Transição Ecológica. Sem escala, (pág.106). Fonte: Autoral, 2026.

Lista de tabelas

Tabela 01 – Evolução da população do Amazonas e da produção de borracha (1839–1922). Fonte: Elaborado pela autora a partir de Oliveira Junior (2009, p.33)

Tabela 02 – Distribuição geográfica das casas flutuantes (1964). Fonte: Elaborado pela autora a partir de Serra e Cruz (1964, p.37).

Tabela 03 – Quantidade de pessoas por dimensão de flutuantes (1964). Fonte: Elaborado pela autora a partir de Serra e Cruz (1964, p.38).

Tabela 04 – Eixos de intervenção do Plano de Transição Ecológica para Comunidades Flutuantes Sustentáveis. Fonte: Autoral, 2026.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Ana María, BAHAMÓN, Alejandro, **"Palafita: da arquitectura vernácula à contemporânea",** Lisboa: Argumentum, 2009;

ANDRADE, Moacir, **"Manaus: ruas, fachadas e varandas",** Manaus: Umberto Calderaro, 1984;

BENCHIMOL, Samuel, **"Amazônia: formação social e cultural",** 3ª ed., Manaus: Editora Valer, 2009;

BENCHIMOL, Samuel, **"Manual de introdução à Amazônia",** Manaus: Edição reprográfica, 1996; COSTA, João Pedro, "Urbanismo e Adaptação às Alterações Climáticas: As Frentes de Água", Lisboa: Livros Horizonte, 2013;

CUNHA, Euclides da, **"À margem da história",** São Paulo: Cultrix, 1999;

DAL CIN, Francesca, LIMA, Joana de Mesquita, PROENÇA, Sérgio Barreiros (orgs.), **"Fuzzy Boundaries: Threshold between water and land",** Londres: Routledge, 2026;

HATOUM, Milton, **"Relato de um certo Oriente",** São Paulo: Companhia das Letras, 2013;

MATA, João Nogueira, **"Manaus de Sempre"**, Manaus: Reggo / Academia Amazonense de Letras, 2021;

MELLO, Thiago de, **"Manaus, amor e memória"**, Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984;

MESQUITA, Otoni Moreira de, **"Manaus: história e arquitetura, 1852-1910"**, Manaus: Editora Valer, 2006;

NOVAES, Sylvia Caiuby (org.), **"Habitações indígenas"**, São Paulo: Nobel / Ed. da Universidade de São Paulo, 1983;

OLIVEIRA, Lauriane Teixeira de, **"Casas e Memória: estudo sobre as edificações residenciais do Centro Histórico de Manaus"**, Manaus: Editora Valer, 2025;

OLIVER, Paul (ed.), **"Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World",** 3 v., Cambridge: Cambridge University Press, 1997;

OLIVER, Paul, **"Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture",** Oxford: Architectural Press, 2006;

PÉRES, Jefferson, **"Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei",** Manaus: Reggo / Academia Amazonense de Letras, 2021;

PIESIK, Sandra (ed.), **"Habitat: Vernacular Architecture for a Changing Climate"**, Londres: Thames & Hudson, 2023;

REIS, Arthur Cezar Ferreira, **"Como governei o Amazonas"**, Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1967;

SERRA, Celso Luiz Rocha, CRUZ, Wilson Rodrigues da, **"Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante"**, Manaus: Gráfica Amazonas, 1964;

SILVA, Felipe Kevin Ramos da, **"Memória, percepção e experiência: a geopoética do habitar ribeirinho na Amazônia Marajoara (Pará)",** Curitiba: Editora CRV, 2021;

SILVA, Moacyr Paixão, **"Sobre uma Geografia Social da Amazônia",** Manaus: Reggo / Academia Amazonense de Letras, 2021;

VARELLA, Drauzio, **"O sentido das águas: histórias do Rio Negro",** São Paulo: Companhia das Letras, 2025;

VASCONCELOS, Francisco, **"Regime das águas",** Manaus: Reggo / Academia Amazonense de Letras, 2021;

Trabalhos Acadêmicos

BLECHER, Marshall, **"Waterworlds: A survey of floating communities around the world"**, Dissertação de Mestrado, Royal Danish Academy of Fine Arts, Copenhaga, 2018;

COSTA, Francisca Deusa Sena da, **"Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)"**, Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997;

GREGÓRIO, Danielle Khoury, **"Sobre as águas da Amazônia: habitação e cultura ribeirinha"**, Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019;

GROBE, Cristiana Maria Petersen, **"Manaus e seus igarapés: A construção da cidade e suas representações (1880-1915)"**, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014;

HEIMBECKER, Vládia Pinheiro Cantanhede, **"Habitar na cidade: provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975",** Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014;

LIMA, Marcos Castro de, **"Quando o amanhã vem ontem: A Institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a Indução ao Processo de Metropolização do Espaço na Amazônia Ocidental",** Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014;

MARAFONA, S. C. M., **"O assentamento Avieiro da Palhota: caracterização do património vernacular",** Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2014;

MELGAR, Gonzalo Renato Núñez, **"Manaus, os rastros da matriz histórica – as marcas da memória urbana enfrentada ao vestígio iconográfico"**, Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021;

MESQUITA, Fernando José Lima de, **"Arquitetura vernacular ribeirinha, patrimônio cultural nas Amazônias: o caso de Afuá-PA"**, Dissertação de Mestrado Profissional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017;

NASCIMENTO, Maria Evany do, **"Do discurso à cidade: políticas de patrimônio e a construção do espaço público no centro histórico de Manaus"**, Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014;

NOGUEIRA, Laelia Regina Batista, **"Entre idas e vi(n)das do rio: o habitar poético do ribeirinho no Amazonas"**, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015;

OLIVEIRA JÚNIOR, Jair Antonio de, **"Arquitetura ribeirinha sobre as águas da**

Amazônia: o habitat em ambientes complexos", Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009;
RIBEIRO, Vanessa Marques, **"A arqueologia e o turismo: O caso da Península de Tróia",** Projecto Final de Arquitectura (Mestrado Integrado em Arquitectura), ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011;

SALAZAR, João Pinheiro, **"O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus"**, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985;

SIMÕES, Isabella de Bonis Silva, **"Habitação popular na área central de Manaus: processos de territorialização e desterritorialização de palafitas e flutuantes",** Dissertação de Mestrado em Habitat, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022;

SOUZA, Leno José Barata, **"A 'Cidade Flutuante' de Manaus: Leituras, releituras e invenções de uma cidade sobre as águas (1920-1967)",** Tese de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010;

Artigos/Revistas

ANTONY, Luiz Carlos, CUNHA, Fernando Pereira da, **"Bairro da Raiz — Manaus: Urbanismo e Arquitetura"**, Arquitetura — Revista do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Rio de Janeiro, n. 42, p. 49-51, dez. 1965;

BRAGA, Angela, ALHO, Carlos, LEITE, Antonio, **"Valorização arquitetônica da casa flutuante da Amazônia: sustentabilidade identitária da casa flutuante de Manaus",** XIV Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo (SIIU), Lisboa / Recife: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa / CIAUD, p. 1-14, 2023;

CARDONA, Gloria Carolina Fiallo, GIRALDO-MARTÍNEZ, Laura, MARCILLA, Melisa Pesoa, **"Drawing with water: the Bogotá River territory",** em Fuzzy Boundaries: Threshold between Water and Land, org. Francesca Dal Cin, Joana de Mesquita Lima, Sérgio Barreiros Proença, Londres: Routledge, p. 31-51, 2025;

CAVALIERI, Chiara, **"Water re(claims)",** em Fuzzy Boundaries: Threshold between Water and Land, org. Francesca Dal Cin, Joana de Mesquita Lima, Sérgio Barreiros Proença, Londres: Routledge, p. 8-12, 2025;

CELUPPI, Maria Cristina, MEIRELLES, Célia Regina Moretti, **"A construção das configurações espaciais das comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira: o caso da comunidade Cristo Ressuscitado, em Manacapuru, AM"**, Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 163-177, jan.-jun. 2020;

COSTA, Danielle Pereira da, OLIVEIRA, José Aldemir de, **"Conjuntos habitacionais e a expansão urbana de Manaus: filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais"**, Mercator, Fortaleza, v. 6, n. 11, p. 33-48, nov. 2008;

DURÁN CALISTO, Ana María, **"Indigenous tree knowledges in Amazonia",** The Architectural Review, Londres, 26 out. 2021;

GASPAR, Pedro Lima, PALLA, João, **"Construções palafíticas da bacia do Tejo: Levantamento e diagnóstico do património construído da cultura Avieira",** ARTiTEXTOS, Lisboa: Centro Editorial da FA-UTL, n. 08, 2009;

GÓMEZ-BAGGETHUN, Erik, CORBERA, Esteve, REYES-GARCÍA, Victoria, **"Traditional**

Ecological Knowledge and Global Environmental Change: Research Findings and Policy Implications", Ecology and Society, v. 18, n. 4, art. 72, 2013;

HEIMBECKER, Vládia Pinheiro Cantanhede, **"A promoção estatal da moradia em Manaus: os conjuntos habitacionais de Flores e da Raiz e o desmanche da Cidade Flutuante em 1967", Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis: ANPUH, 2015; LENZ, Matias Martinho et al., "Os Flutuantes de Manaus"**, Revista da CODEAMA — Estudos Específicos, Manaus, n. 2, jun. 1966;

LENZ, Matias Martinho et al., **"Os Flutuantes de Manaus"**, Revista da CODEAMA — Estudos Específicos, Manaus, n. 2, jun. 1966;

LIN, Fen-Yu, SPIJKERS, Otto, VAN DER PLANK, Pernille, **"Legal Framework for Sustainable Floating City Development: A Case Study of the Netherlands"**, Lecture Notes in Civil Engineering, v. 158, Singapura: Springer, p. 433-460, 2022;

MENEZES, Tainá dos Santos, PERDIGÃO, Ana Klaudia A. V., PRATSCHKE, Anja, **"O tipo palafita amazônico: contribuições ao processo de projeto de arquitetura",** Oculum Ensaios, Campinas, v. 12, n. 2, p. 237-254, jul.-dez. 2015;

MOHAMMED, Amina, **"Sustainable Floating Cities Can Offer Solutions to Climate Change Threats Facing Urban Areas",** Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 3 abr. 2019;

OLIVEIRA, José Aldemir de, **"Espaço-tempo de Manaus, a natureza das águas na produção do espaço urbano"**, Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ, n. 23, p. 33-41, jan.-jun. 2008;

PAIXÃO, Rosineide Trindade da, PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana, **"A dimensão humana no processo de projeto: análise de tipologias habitacionais em Belém-Pará",** Revista Projetar — Projeto e Percepção do Ambiente, v. 6, n. 3, p. 129-145, set. 2021;

PASSOS, Esdros, **"Uma cidade flutua nos igarapés",** Revista Manchete, Rio de Janeiro, n. 594, p. 70-71, 7 set. 1963;

PINHEIRO, Luana C., CARDOSO, Ana Cláudia, **"A comunidade flutuante Lago Catalão — Iranduba AM",** Revista de Morfologia Urbana, v. 7, n. 2, e00114, 2019;

PROENÇA, Sérgio Barreiros, SPANINKS-AMARO, Youri, MONTEIRO, Cristiana Valente, **"The form in the fog: revealing the seashore limenas",** em Fuzzy Boundaries: Threshold between Water and Land, org. Francesca Dal Cin, Joana de Mesquita Lima, Sérgio Barreiros Proença, Londres: Routledge, p. 76-98, 2025;

SILVA, Aline Christine Silva da et al., **"Técnicas e materiais da arquitetura vernacular ribeirinha",** Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Civil, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, 2022;

SILVA, Luiz de Jesus Dias da, AZEVEDO, Matheus Silva, **"Arquitetura vernacular amazônica: uma etnografia dos saberes e fazeres tradicionais no rio Campompema, Ilhas de Abaetetuba-PA",** Revista Arquitetura e Lugar, Campina Grande, v. 3, n. 9, p. 16-29, 2025;

SOUZA, Leno José Barata, FREHSE, Fraya, **"Habitações 'Flutuantes' na Amazônia: uma proposta sustentável por via etnográfica",** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), 2025; WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO), "Review of Evidence on Housing and Health", Budapeste: WHO Regional Office for Europe, 2004;